

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Novembro de 2007

Índice

Cientistas rejeitam pagamento por preservação - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 01/11/2007	10
Mudança de poder na agricultura – Carlos Walter Porto-Gonçalves – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2007	11
II Encontro Nacional de Colegiados Territoriais na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	13
Governo Federal promove cursos sobre ilícitos ambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	14
Incra e Ibama planejam projetos de educação ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	15
SDT debate perspectivas de Agentes Governamentais – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	16
Experiência do Projeto Gestar será apresentada em seminário na Bahia - Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 01/11/2007	17
Preservação do cerrado em discussão - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 01/11/2007	18
Nova estratégia para o Brasil? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Opinião – 02/11/2007	19
Comissão pede CPI sobre devastação na Amazônia – O Globo - O País – 02/11/2007 ..	21
Ecocéticos desafiam Al Gore nos EUA a debate sobre clima - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 03/11/2007	21
Sociobiodiversidade é tema de seminário no AC – Sítio Eletrônico do MDA – 05/11/2007	23
Transversalidade e integração são prioridades, garante Marina Silva - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 05/11/2007	23
País não detém desmate e permanece entre campeões de emissão de CO2 - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2007	25
Debates sobre desenvolvimento territorial ocorrem na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007.....	26

Territórios do RN discutem políticas de desenvolvimento – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007	27
MMA lança kit de publicações sobre educação ambiental - Grace Perpétuo – Sítio Eletrônico do MMA – 06/11/2007	28
O aquecimento da Terra - José Carlos Azevedo – Estado de São Paulo – Opinião – 07/11/2007	28
Mercado de CO2 reduz 70% do desmate – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2007	30
Rainha anuncia meta britânica contra emissão – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2007	31
MDA realiza curso para elaboração de projetos territoriais no MS – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007.....	31
Câmaras técnicas do Conama aprovam recomendação para ZEE no Acre – Sítio Eletrônico do MMA – 07/11/2007	32
Secretária defende intercâmbio entre especialistas franco-brasileiros - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 07/11/2007.....	32
Secretário de Desenvolvimento Territorial em Fórum – Sítio Eletrônico do MDA – 08/11/2007	33
Sustentabilidade: diferentes visões - Fernando Rei – Valor Econômico – Opinião - 08/11/2007	35
Experiências territoriais são compartilhadas em encontro na BA – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007.....	37
País possui papel de liderança na área ambiental, afirma Ki-moon – Sérgio Dávila – Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007	39
Contag discute desenvolvimento rural sustentável – Sítio Eletrônico da Contag – 12/11/2007	40
'Brasil é gigante verde discreto' - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Vida & - 12/11/2007	41
Nem tudo o que reluz é verde – Boaventura de Sousa Santos – Folha de São Paulo – Opinião – 12/11/2007	43
Brasil é 'gigante verde discreto', diz secretário-geral das Nações Unidas – Daniela Antunes – O Globo – Economia – 12/11/2007	45

Assentamento recebe secretário-geral da ONU – Sítio Eletrônico do MDA – 12/11/2007	45
Lideranças sindicais ampliam o debate sobre territorialidade na Contag – Sítio Eletrônico da Contag – 13/11/2007	47
'Imobilismo sobre clima é criminoso' - AP, EFE E REUTERS – Estado de São Paulo – Vida & - 13/11/2007.....	48
Grupo vota destino de prêmio - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 13/11/2007 .	49
Nada como um DiCaprio depois de um Al Gore - Marcos Sá Corrêa* - Estado de São Paulo – 14/11/2007	49
Não agir no clima é crime de responsabilidade, diz ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2007	51
Marina Silva e secretário-geral da ONU prometem defesa conjunta pela Amazônia - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 13/11/2007	51
País manterá ênfase no biodiesel, diz Lula a secretário -geral da ONU - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 13/11/2007	52
Empresas de energia buscam lucro com crédito de carbono - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 14/11/2007	54
Ban diz que vai trabalhar pela floresta – Cíntia Acayaba – Folha de São Paulo – Brasil – 14/11/2007	56
MDA/RO inicia conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007	57
Marina Silva participa de encontro sobre Desenvolvimento Sustentável em Israel - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 14/11/2007	57
Marina quer que petróleo financie meio ambiente - Rui Nogueira – Estado de São Paulo – Vida & - 15/11/2007	58
Segunda Quinzena	
Relatório político do painel da ONU sobre clima não citará Amazônia - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007	59
O papo furado ambiental - Por Ricardo Neves – Valor Econômico – Cultural - 16/11/2007	61

'Subsídio ambiental' tem apoio das Nações Unidas - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007	63
Empresa verde é quase sempre um mito - Ben Elgin, BusinessWeek – Valor econômico – Caderno especial – 16/11/2007	64
FAO propõe ajuda a trabalhador para proteger ambiente - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007.....	69
Alerta final – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 17/11/2007	69
Nobel terá mais impacto que ciência, diz vice do IPCC – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2007.....	70
Clima: ONU já fala em perdas irreversíveis – O Globo – Capa – 17/11/2007.....	72
Clima: 'mudanças abruptas e irreversíveis' - Roberta Janse – O Globo – Ciência – 17/11/2007	72
Impacto de mudança climática é 'irreversível' - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2007.....	73
Aquecimento é o maior desafio da nossa era, diz Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2007	75
Para MCT, América Latina quase foi esquecida – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2007.....	77
Mudanças climáticas — o que mudou? - ANTONIO PALOCCI – O Globo – Opinião – 18/11/2007	78
ONU: aquecimento global sufoca a Amazônia – O Globo – Ciência – 18/11/2007	79
Receita do petróleo e gás pode pagar fundo antiaquecimento - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 19/11/2007	81
Emissão cresce mais que o PIB no Brasil – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo - Ciência – 19/11/2007.....	82
FNMA apóia fortalecimento da rede brasileira de fundos socioambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 19/11/2007	84
Governo lança edital para privatização da floresta amazônica - Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 19/11/2007	84

Brasil importará poluição, disseram EUA – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 20/11/2007.....	85
Kyoto será cumprido, diz Convenção do Clima – Folha de São Paulo – Ciência – 21/11/2007.....	87
Incra/PB e Ibama apontam soluções para problemas ambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 21/11/2007.....	88
MMA participa de simpósio sobre biodiversidade – Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007.....	89
Educação ambiental e futuro sustentável em debate – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007.....	89
Academia amazônica promove integração entre teoria e prática – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007.....	90
Amazônia Sustentável produz efeitos positivos na queda do desmatamento – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007.....	91
Presidente Lula assina decreto para o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007.....	92
Brasil pode ter metas contra o desmatamento - Luiza Damé – O Globo – Ciência – 22/11/2007.....	93
Lula agora apóia rigor para licença ambiental - Leonencio Nossa – estado de São Paulo – Vida & - 22/11/2007.....	94
Barreiras a um novo acordo para redução das emissões – Valor Econômico – Opinião - 22/11/2007.....	95
Comissão aprova Venezuela no Mercosul - Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Política - 22/11/2007.....	97
Brasil deve anunciar metas internas de redução das emissões - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 23/11/2007.....	98
Começa no MA etapa preparatória para CNDRSS – Sítio Eletrônico do MDA – 23/11/2007.....	100
Lei de uso da biodiversidade entra em debate - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 24/11/2007.....	101

Clima ameaça aliado de Bush na Austrália – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Mundo – 24/11/2007	102
Bali terá de dar "mapa" para o pós-Kyoto – Folha de São Paulo – Ciência – 24/11/2007	103
'Brasil precisa cuidar bem da Amazônia' - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007	104
De Brasília a Bali para 'salvar o clima' - Rosa Costa – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007	107
Guiana oferta floresta mediante financiamento - Daniel Howden – O Globo – Ciência – 25/11/2007	108
Desmatamento é grande causa do aquecimento – O Globo – Ciência – 25/11/2007	109
A última do Greenpeace - Reflexões sobre equívocos da nossa agenda ambientalista (II) - Bernardo Kucinski – 26/11/2007	110
Deputado protocola ação contra lei que cria plano de outorga de florestas – Sítio Eletrônico da CPT – 26/11/2007	112
Amazônia, Kyoto e Bali - Jerson Kelman – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/11/2007	113
Dá para salvar a Amazônia? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/11/2007	115
Herança poluída – Folha de São Paulo – Opinião – 26/11/2007	116
Maranhão mobiliza 73 municípios em conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2007.....	117
Novo premiê australiano diz que ratificará Kyoto – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2007	118
Negociadora americana diz que Doha sai ainda sob Bush – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007.....	119
Consumidor não usa critério socioambiental – André Palhano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007.....	120
Desenvolvimento territorial é tema de encontro em Manaus – Sítio Eletrônico do MDA – 27/11/2007	122

Ministra pede maior participação dos países ricos nas negociações sobre clima - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 27/11/2007	123
Criar juízo é rasgar Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – 27/11/2007	124
ONU quer metas mais duras que as de Kyoto - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/11/2007.....	126
Bovespa muda ações de carteira ‘sustentável’ - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2007.....	128
A Guiana quer virar protetorado florestal – Elio Gaspari – Folha de São Paulo – Brasil – 28/11/2007	130
Países pobres vão sofrer mais com clima; ricos terão de ajudar, diz ONU – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 28/11/2007.....	131
A Guiana quer virar protetorado florestal – Elio Gaspari – O Globo – Opinião – 28/11/2007	132
A floresta sufoca - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 28/11/2007.....	133
A Conferência de Bali e suas conseqüências para a Humanidade - Rubens Ricupero e Israel Klabin * - O Globo – Ciência – 28/11/2007.....	135
PNUD quer criação de imposto sobre emissões – Sérgio Leo – Valor Econômico – Especial - 28/11/2007	138
Em Bali, Brasil pressionará Opep por medidas contra o aquecimento - Denise Chrispim Marin, Cristina Amorim e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & – 29/11/2007	140
PL prevê recompensa financeira para quem preservar meio ambiente -	142
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul – 29/11/2007	142
Brasil se manterá contra metas para CO2 – Angela Pinho – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2007.....	142
Ninguém vai barrar o debate, diz Pachauri – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2007	144
Austrália isola Bush – O Globo – Ciência – 29/11/2007	144
Assinatura de contratos marca início do Pronat em SE – Sítio Eletrônico do MDA – 29/11/2007	145

'Kyoto não será suficiente', diz Nobel - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 30/11/2007	146
Ladainha em Bali – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 30/11/2007.....	147
Conferência do clima trará pouco avanço, diz Lagos – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007.....	148
Revista reforça alerta sobre desmatamento da Amazônia – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007	149
Ciência cresce mais no Norte, afirma CNPq – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007	150
Ciência cresce mais no Norte, afirma CNPq - Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007	150

Cientistas rejeitam pagamento por preservação - Herton Escobar – Estado de São Paulo
– Vida & - 01/11/2007

Idéia foi lançada por ONGs há um mês; para críticos, seria dar dinheiro para que se cumpra a lei

Petrópolis - Cientistas criticaram ontem uma proposta de organizações não-governamentais para acabar com o desmatamento na Amazônia nos próximos sete anos. A iniciativa, apresentada no início de outubro com o nome Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento, tem como princípio o uso de recursos públicos (R\$ 7 bilhões no total) para premiar financeiramente fazendeiros, Estados e comunidades que deixarem de desmatar. Na prática, dizem os pesquisadores, isso significaria pagar as pessoas para cumprirem a lei, além de não garantir a conservação da floresta.

“É uma proposta extremamente temerária”, disse o economista Francisco de Assis Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). “Vão dar dinheiro para quem sempre desmatou: fazendeiro, madeireiro, grileiro”, ressaltou a diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ima Vieira. Ambos participaram ontem do seminário da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede Geoma), em Petrópolis (RJ). No encerramento do evento, os mais de cem pesquisadores presentes aprovaram uma carta de repúdio ao pacto da ONGs.

A idéia é valorizar a floresta em pé de forma a torná-la economicamente mais competitiva na comparação com a pecuária e a agricultura. A proposta das ONGs usa o conceito de pagamento por serviços ambientais que hoje são prestados “gratuitamente” pela floresta, como retenção de carbono e produção de chuvas. Assim, proprietários que deixassem de desmatar seriam pagos pela preservação dos serviços. O custo anual estimado é de R\$ 1 bilhão. A proposta é assinada por nove grandes organizações: ISA, Greenpeace, Ipam, ICV, Conservação Internacional, TNC, Imazon, Amigos da Terra e WWF.

Para pesquisadores do Geoma, o mais lógico seria penalizar quem desmata ilegalmente, em vez de premiar aqueles que cumprem a lei. Para Ima Vieira, o pagamento por serviços ambientais só faria sentido em situação de legalidade. Não é o caso da Amazônia, onde quase todo o desmatamento é ilegal.

A geógrafa Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse que a proposta “imobiliza de novo a Amazônia” ao sugerir que a floresta seja simplesmente mantida em pé, em vez de investir na exploração sustentável dos recursos florestais. “O que precisa ser remunerado é uma mudança de paradigma, para produzir sem destruir.”

O mecanismo, segundo Costa, poderia até mesmo aumentar o desmatamento, ao injetar recursos num sistema carente de alternativas econômicas. “Alguns indivíduos poderão até parar de desmatar. Mas as forças de mercado que dependem dos produtos que esses atores fornecem hoje (como soja e carne) continuarão atuando. Alguém vai ter que atender a essa demanda”, disse.

A PROPOSTA DAS ONGS

R\$ 7 bilhões - Seriam destinados a fazendeiros, Estados e comunidades pela preservação dos serviços ambientais prestados pela floresta. Esse valor seria o suficiente para zerar o desmatamento

R\$ 1 bilhão - É a estimativa anual de recursos que financiariam quem conserva a floresta, bancados especialmente com dinheiro público

Mudança de poder na agricultura – Carlos Walter Porto-Gonçalves – Folha de São Paulo – Opinião – 01/11/2007

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

O DEBATE a respeito dos transgênicos e da mudança climática global demonstra que a ciência está cada vez mais politizada, o que torna ainda mais necessária a exigência da precisão conceitual. Assim, devemos deixar de lado o conceito de OGM (organismo geneticamente modificado), que é tudo o que há na evolução das espécies, dentro de um processo que se dá na natureza sempre por modificação genética não intencional. Cultivares são criações humanas co-evoluindo com processos naturais por tempos longos.

O que está em debate hoje não são os OGMs, mas os OLMs (organismos em laboratório modificados), em que o processo de criação não se dá de modo livre na relação da sociedade com a natureza, mas a partir de laboratórios cada vez mais ligados ao mundo financeiro e industrial. Não estamos mais diante da agricultura tradicional, mas de negócios que operam no campo como agronegócio -forma como o complexo técnico-científico-empresarial quer se autodenominar.

A partir de 1945, com o uso da bomba atômica, quando a relação entre o conhecimento científico e o poder, por meio da guerra, ficou por demais explícita, a ciência tem se tornado um assunto sério demais para ficar nas mãos dos cientistas. Mais recentemente, essa relação vem se tornando mais banal ao chegar mais perto do nosso cotidiano.

A relação entre ciência e poder precisa ser levada em conta por exigência da própria ética, na medida em que tem implicações na natureza da produção do conhecimento, sobretudo, mas não exclusivamente, ante as condições materiais e de financiamento. As parcerias entre o Estado e as empresas, cada vez mais comuns, têm colocado novas e complexas questões, como o caráter público do conhecimento, que se traduz na exigência de publicação, e o caráter privado da instituição empresarial, que exige a proteção sigilosa do conhecimento e seu patenteamento.

A produção de conhecimento num setor fundamental para a existência humana muda de lugar com os OLMs, já que diz respeito à reprodução energético-alimentar da

nossa espécie, a agricultura e a criação de animais. Estamos assistindo, com o deslocamento da produção de cultivares para os OLMs, à mudança do "locus" de poder, que passa dos campos e dos camponeses e dos mais variados povos originários para os grandes laboratórios do complexo técnico-científico-empresarial. Enfim, mais que uma revolução tecnológica, estamos ante uma mudança nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia.

Com a recente onda pela expansão da monocultura visando a produção de combustível (etanol e diesel de origem vegetal), surge um novo complexo de poder técnico-científico-industrial-financeiro. Isso vem se configurando com a associação de empresas automobilísticas ao ramo da biotecnologia, industrializando a agricultura e submetendo cada vez mais o destino não só das plantações e dos povos originários e camponeses mas também de toda a humanidade aos desígnios de meia dúzia de empresas. A DuPont se associou à Pioneer Hi-Bred (sementes) e à British Petroleum. A Toyota se une à British Petroleum no Canadá para produzir etanol.

A Volkswagen acaba de fazer uma parceria com a ADM (alimentos). A Royal Dutch Shell se lança na produção de óleo carburante, e a Cargill, na produção de óleo diesel. O melhor exemplo disso é a aliança dos "agronegociantes" brasileiros com o setor dos combustíveis fósseis dos EUA, consagrada com a criação da Associação Interamericana de Etanol, que tem como seus principais dirigentes o ex-governador da Flórida, Jeb Bush, e o ex-ministro da Agricultura do governo Lula, Roberto Rodrigues. As conseqüências do que está em curso são bastante graves, haja vista que, desde o século 19, os combustíveis fósseis foram colocados à disposição da produção de alimentos (máquinas a vapor nos tratores e nas colheitadeiras, por exemplo).

Atualmente, é a agricultura que se coloca a serviço da máquina a vapor para dar sobrevida a um modo de vida sabidamente insustentável do ponto de vista ecológico e que tende a agravar a injustiça social. A diversidade cultural está ameaçada, e tudo indica que o destino da humanidade e do planeta dependerá da solução dessa luta, que, cada vez mais, vem exigindo a atenção de todos.

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES , 58, é doutor em geografia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e coordenador do programa da pós-graduação da UFF (Universidade Federal Fluminense). É autor de "Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização".

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@uol.com.br

II Encontro Nacional de Colegiados Territoriais na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

Começa nesta segunda-feira (05), às 14h30, no Hotel Sol Bahia, em Salvador (BA), o II Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

“Um dos objetivos do encontro é discutir as estratégias para a gestão social do desenvolvimento territorial na perspectiva de ampliar os mecanismos de participação social”, informa Ronaldo Camboim, da comissão organizadora do evento. Ele explica que serão debatidas as principais questões voltadas ao fortalecimento e a organização dos colegiados territoriais (Codeter).

Após a abertura do evento, que contará com a presença do secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, haverá uma rodada de debates com Ronaldo Garcia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O tema será a Agenda Nacional de Desenvolvimento: questões para reflexão. Em seguida, o secretário da SDT fará palestra abordando o tema: Agenda Estratégica para os Territórios Rurais.

Na terça-feira (06), a partir das 8h30, Ronaldo Camboim, que é também diretor de Departamento de Ações Territoriais da SDT, coordenará a apresentação das atividades dos trabalhos em grupo. Serão cinco grupos, divididos a partir dos seguintes temas: gestão social; participação democrática; organização dos colegiados; articulação de políticas públicas; e planejamento e gestão.

À tarde, a discussão será em torno da realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que acontecerá no próximo ano, entre os dias 25 e 28 de junho, em Olinda (PE). Também serão repassadas informações sobre as conferências territoriais.

Serviço

Evento: II Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais

Data: segunda-feira (5/11)

Local: Hotel Sol Bahia - Rua Manoel Antônio Galvão, 1075, Patamares, Salvador

Governo Federal promove cursos sobre ilícitos ambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério do Trabalho e Emprego iniciam na próxima segunda-feira (5), em Belém (PA), um curso para identificação de ilícitos ambientais, agrários e trabalhistas.

As atividades prosseguem até o dia 9 e são voltadas para servidores desses órgãos, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento de Polícia Federal. Ao final do curso, que agora formará sua segunda turma, terão sido capacitados 80 profissionais.

Realizado com recursos do Projeto TAL, Cooperação Internacional do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o curso é coordenado pelo Ibama e faz parte das atividades do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – Plano Desmate, criado em 2004 pelo Governo Federal.

O objetivo do Plano, que envolve a participação de 14 ministérios, é possibilitar parcerias para atuação conjunta em operações, aumentando a capacidade do Estado no controle dos desmatamentos.

Conteúdo programático - Durante as aulas, será apresentado o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e também discutida a legislação ambiental, agrária e trabalhista do País. O estímulo à transversalidade de ações dos órgãos envolvidos no Plano Desmate, os estudos de caso de ilícitos ambientais, agrários, trabalhistas e os procedimentos adotados pelas instituições serão outros pontos abordados durante a capacitação.

Após o curso, a expectativa é de que os órgãos envolvidos estabeleçam uma rotina para compartilhar informações. Para o Incra, esse trabalho conjunto possibilitará avançar no processo de desapropriação pelo descumprimento da função social plena da terra, prevista no artigo 186 da Constituição Federal. Conforme o artigo, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Uma equipe interdisciplinar formada por técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai visitar, a partir da próxima terça-feira (6), 16 projetos de assentamento de todas as microrregiões paraibanas. A finalidade é realizar diagnósticos socioambientais.

Os dados obtidos a partir da observação das áreas e de entrevistas com assentados irão subsidiar a construção de projetos de educação ambiental e a realização de outras ações previstas no Termo de Cooperação Técnica entre Incra e Ibama, como a adequação dos projetos de assentamento à legislação ambiental e a recuperação de áreas degradadas.

Os detalhes da visita da equipe ao primeiro projeto de assentamento, o Nova Aurora, no município de Pedras de Fogo, com 98 famílias, foram discutidos nesta quarta-feira, 31, durante reunião realizada na sede do Incra/PB. Participaram técnicos da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) e do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da superintendência regional, além da coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama na Paraíba, Ana Maria Nogueira.

Áreas de conflito ambiental

Os 16 primeiros projetos de assentamento que receberão a visita da equipe reúnem 1.169 famílias. Eles foram priorizados por serem áreas de conflitos ambientais e por possuírem reserva legal que deve ser protegida de degradações. “Com os diagnósticos socioambientais, vamos tomar conhecimento dos conflitos e problemas existentes nos projetos de assentamento e reunir subsídios para elaborar programas de educação ambiental. O foco é o uso racional dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos assentados. A atenção especial será para o manejo conservacionista do solo, da água e da vegetação, bem como para os aspectos relativos ao saneamento rural e ao destino de resíduos sólidos e líquidos do lixo doméstico e de embalagens de agrotóxicos”, explicou Ana Maria Nogueira.

No próximo dia 20, será realizado no auditório Dona Flor de Camucim, na sede do Incra/PB, o primeiro Ciclo de Debates Técnicos para nivelar o conhecimento dos técnicos sobre o Termo de Cooperação firmado entre o Incra e o Ibama, especialmente no que se refere à educação ambiental.

O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), Humberto Oliveira, será um dos debatedores, na próxima quinta-feira (8), na mesa-redonda As Perspectivas dos Agentes Governamentais. O evento faz parte do II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, realizado de 6 a 9 deste mês no Hotel Blue Tree Premium, em Salvador.

O objetivo do Fórum é formular propostas e recomendações para o aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e modelos de gestão institucional para articulação das políticas públicas, agentes governamentais e atores sociais nos territórios. Ele é promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS), em parceria com o Governo da Bahia e MDA.

Realidade nos territórios - As experiências dos estados da Bahia e de Sergipe serão apresentadas no encontro. No terceiro dia, os participantes conhecerão as realidades vivenciadas em seis territórios brasileiros, entre os quais: Missões, do Rio Grande do Sul (RS); Irecê, da Bahia; Cariri, da Paraíba; Portal da Amazônia, Mato Grosso; Sul de Roraima, Roraima; e do Consórcio do ABC, São Paulo.

Além da experiência brasileira, o encontro reunirá realidades da Espanha, da França, Portugal e México. Professores de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), responsáveis pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), apresentarão durante plenária, no encerramento do Fórum, as propostas e recomendações para aperfeiçoar a articulação das políticas públicas e atores sociais, extraídas dos relatos das experiências e dos resultados das discussões e da perspectiva das entidades públicas e privadas.

I Fórum Internacional - O tema do I Fórum Internacional, que ocorreu em novembro de 2003, em Fortaleza (CE), foi Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Naquela ocasião, o debate foi sobre a importância do reconhecimento da dimensão espacial, tanto em seus recortes regional como territorial, para a formulação e implementação das políticas públicas.

Esses temas estão em discussão num fórum virtual, coordenado pela equipe de professores do CPDA, realizado no site Fórum DRS (www.iicaforumdrs.org.br/forum). A discussão propõe refletir sobre a relação entre o território, os processos de articulação de políticas públicas e de atores sociais no projeto de desenvolvimento territorial.

Experiência do Projeto Gestar será apresentada em seminário na Bahia - Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 01/11/2007

Eleito pelos organizadores do evento como experiência especialmente exitosa, o Território Portal da Amazônia (MT) - que integra o Projeto de Gestão Ambiental Territorial Rural (Gestar) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA - será apresentado na próxima semana no II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, em Salvador (BA). O evento ocorre entre terça-feira (6) e sexta-feira (9) e contará com a presença do secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Egon Krakhecke.

O Portal da Amazônia, que fica na área de influência da BR 163, é um dos nove territórios que integram o Gestar - projeto revitalizado pelo MMA, há alguns anos, para promover o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente nas comunidades rurais brasileiras. Para tanto, o Gestar trabalha na disseminação e coordenação de atividades ligadas à gestão ambiental territorial, integrando políticas governamentais e de organizações da sociedade civil.

"A experiência no Portal da Amazônia - que abrange 16 municípios em uma área de 108 mil quilômetros quadrados - se destacou, em primeiro lugar, porque conseguimos fazer, no território, uma forte articulação com as comunidades locais", comemora Carcius Azevedo, coordenador nacional do projeto. "Entre muitas outras ações, fizemos ali levantamentos das instituições relacionadas ao meio rural e à questão ambiental e dos principais problemas socioambientais do território - como os gargalos da produção familiar", completa.

O coordenador do Gestar explica que "a proposta do Gestar é fazer com que haja um grupo de ações que leve a um Plano de Gestão Ambiental Territorial, para aumentar a produção rural e, assim, melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas e preservar o seu meio ambiente".

O Território Portal da Amazônia atende os municípios de Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colider, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

Pólos - Os outros territórios do Gestar são os de Ariranha (SC), Araguaia (MT), Mampituba (RS/SC), Paulo Afonso-Xingó (BA/AL), Triângulo Mineiro (MG), Itaituba (PA), Baixo Amazonas (PA) e Serra Geral (MG). "Para definir territórios, trabalhamos com um conceito específico: um território é formado por um grupo de municípios de afinidade cultural, política, econômica e ambiental, em que as populações locais se reconhecem como território definido", explica Carcius Azevedo. Como exemplo, ele cita o Território do Araguaia.

Definido o território, o projeto identifica nele pontos que merecem atenção prioritária; capacita pessoal para desenvolver ações que atendam às demandas de cada área; e firma parcerias e convênios para promoção de assistência técnica e liberação de

financiamentos. Sob a coordenação do governo federal, todo o trabalho é feito de forma participativa - envolvendo comunidades, órgãos e governos locais.

Entre os vários parceiros do Gestar está a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Na constituição dos territórios, por sua vez, o apoio vem da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Preservação do cerrado em discussão - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 01/11/2007

Uma nova aliança a favor do meio ambiente foi lançada ontem em São Paulo. Desta vez, o foco da discussão é o cerrado, segundo maior bioma do Brasil (atrás da Amazônia) e reconhecidamente marginalizado pelas políticas públicas de proteção.

Não que ele será efetivamente protegido - há um longo caminho para isso. Mas trata-se da primeira iniciativa elaborada em conjunto por organizações ambientais e um peso-pesado da indústria para elevar a conscientização de comunidades e produtores da região, o que é um primeiro passo.

Por trás do movimento "Aliança BioCerrado" estão a gigante Bunge, a Conservação Internacional (CI) e a ONG goiana Oréades. "Mas não queremos a paternidade, queremos mais parceiros", afirma Adalgiso Telles, diretor corporativo da Bunge.

A idéia é criar um canal de troca de experiências e disseminação de informações para viabilizar projetos sustentáveis no cerrado, uma lacuna já preenchida por alianças como a da Mata Atlântica, Amazônia e caatinga.

"Cerca de 75% das propriedades do cerrado têm problemas de cumprimento da lei e 59% não tem interesse imediato em resolver a situação", diz Renato Moreira, da Oreádes. "Eles acham que nunca serão penalizados e apostam na deficiência da fiscalização".

Monteiro falava para uma pequena e atenta platéia de representantes de empresas como Klabin, Unilever, Nestlé e Mc Donald's e interessados no bioma.

São essas pessoas, diz Telles, que podem condicionar suas compras à sustentabilidade, tal como com a moratória da soja, em 2006. "Não pensamos em moratória a quem desmatar o cerrado. Antes, precisamos convencer os stakeholders".

Tacitamente, a aliança atesta a inevitabilidade da expansão da agricultura pelo que restou do cerrado. Com a lupa voltada à proteção da Amazônia e preços de grãos em alta, o campo se voltou com ambição ao bioma. Os produtores de grãos alegam que entrariam só nos 90 milhões de hectares já abertos. Mas há dúvidas. Nas últimas décadas, o agronegócio ajudou a desmatar quase 80% do cerrado.

Embora não sejam novos, são inquietantes os diagnósticos e prognósticos do Global Environment Outlook (Geo 4) divulgados no final de outubro pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Porque, diz o relatório, “não há nenhuma grande questão levantada no documento Nosso futuro comum, em 1987, cujas tendências previstas sejam agora favoráveis”. E as conseqüências, afirma, são de “risco para a humanidade”, sobre a qual pesa a “ameaça de sobrevivência”. Palavras graves demais para passarem despercebidas.

O documento de 1987 lançou o conceito de “desenvolvimento sustentável”, aquele capaz de atender às necessidades das atuais gerações sem comprometer os direitos das futuras. Conceito que continua no campo das utopias, segundo o relatório agora escrito por 390 cientistas e revisto por outros mil.

É preciso “corrigir o paradigma do desenvolvimento centrado na tecnologia”, entendem esses cientistas e o diretor-executivo do Pnuma e subsecretário-geral da ONU, Achim Steiner; não permitir que os interesses de “grupos poderosos” continuem a “influenciar as decisões políticas”; é imprescindível “deslocar o tema ambiental da periferia para o centro das decisões”. Se não for assim, “a conta que passaremos aos nossos filhos pode ser impossível de ser paga”.

O documento corrobora os diagnósticos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e considera necessário um corte radical nas emissões de gases poluentes da atmosfera, para evitar que a temperatura planetária suba além de 2 graus, com “danos maiores e irreversíveis” no clima. Mas essas emissões continuam aumentando. E “parte do progresso na redução de emissões em alguns países desenvolvidos foi alcançada à custa do mundo em desenvolvimento, para o qual a produção industrial e os conseqüentes impactos causados são deportados”.

Não é só. O buraco na camada de ozônio continua “maior do que nunca”. Hoje já são usados cerca de 50 mil compostos químicos e mais 85% disso estão previstos para os próximos 20 anos. A chuva ácida cresce em toda parte. E o panorama na área dos recursos e serviços naturais só se agrava, com o consumo humano já superando a capacidade de reposição em mais de 30%. Os estoques pesqueiros continuam a reduzir-se, degradam-se terras férteis, diminui a água de boa qualidade disponível, avança a desertificação. A extinção de espécies e a perda da biodiversidade ocorrem em progressão inédita.

Diante de informações tão graves, o que fará o Brasil? Neste momento, a tendência é de continuar avançando na ocupação de áreas novas, a julgar por um relatório recente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgado pelo jornal O Popular, de Goiânia (29/10). Diz ele que em três anos a área plantada com cana-de-açúcar no Estado cresceu 52%, passou de 215,9 mil hectares para 328,2 mil hectares. E está prevista a instalação de mais 74 usinas no Estado, onde as licenças para desmatamento em “áreas de mata nativa” atingiram 555,4 mil hectares em seis anos.

De acordo com o mesmo relatório, a expansão da área plantada com cana em Minas Gerais foi de 62,4%; no Paraná, de 43%; no Mato Grosso do Sul, de 42%; em São Paulo, de 25,5%; e em Mato Grosso, de 16,2%.

Também na Amazônia voltou a crescer o desmatamento, inclusive para o plantio de cana - gerando até discussões entre ministros do atual governo. E, segundo relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) reproduzido neste jornal (24/10), provavelmente continuará, dadas as projeções de que o Brasil passará de 23% para 28% sua fatia no mercado mundial de carnes em dez anos, chegando a 8,4 milhões de toneladas anuais, e aumentará sua exportação de soja em 54%, para dominar 41% do mercado mundial em uma década. O relatório da OCDE manifesta preocupação com as conseqüências desse avanço sobre os recursos e serviços naturais, inclusive em áreas de floresta.

Tudo isso ocorre no momento em que começam a surgir questionamentos quanto a fragilidades do modelo de exportação intensiva, inclusive de commodities, necessário para suprir déficits em outras áreas, principalmente na da dívida (Estado, 26/9, 22/10, 24/10 e 27/10) - agora agravados com taxas de juros privilegiadas para tomadores estrangeiros de títulos da dívida e com a concessão de novos incentivos fiscais aos setores atingidos pela desvalorização do dólar.

Chama a atenção, nesta hora, a entrevista em que o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger (O Popular, 23/10), revê fundamentos da política econômica. “O Brasil”, diz ele, “tradicionalmente crescia em setores favorecidos, avançados e internacionalizados de sua economia. Os governos esperavam que esse crescimento gerasse excedente econômico e que parcela desse excedente pudesse ser redistribuído à grande maioria excluída, por meio de políticas sociais compensatórias. O país não quer mais esse estilo, que, além de não atender às reivindicações sociais do povo brasileiro, acaba por comprometer o próprio crescimento (...) O país quer que o social seja radicalizado no próprio modelo econômico.”

Acha ele insustentável a política industrial baseada em “perdão fiscal” e “crédito subsidiado”. Deveria ela voltar-se agora “para o mundo das pequenas e médias empresas”. A agricultura, a seu ver, terá de ser moderna, porém voltada para a agricultura familiar. Será preciso deter o processo de “queda na participação dos salários na renda nacional”. Um zoneamento ecológico/econômico e estratégico terá de ser feito, especialmente na Amazônia.

Seriam mudanças muito fortes. E se tudo isso - com seus reflexos na área decisiva dos recursos e serviços nacionais - está realmente na cogitação e na formulação do governo federal, é preciso discutir com o País todo. Com urgência.

Washington Novaes é jornalista E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Comissão pede CPI sobre devastação na Amazônia – O Globo - O País – 02/11/2007

Deputados aprovam requerimento; objetivo é apurar responsáveis por desmatamento, que aumentou BRASÍLIA. A Comissão de Meio Ambiente da Câmara vai defender a instalação de uma CPI para investigar o desmatamento na Amazônia.

Esta semana, a comissão aprovou requerimento defendendo a criação da CPI. A proposta é do presidente da comissão, deputado Nilson Pinto (PSDB-PA). A idéia de transformar o desmatamento em tema de uma comissão parlamentar de inquérito surgiu a partir da divulgação de dados parciais do governo que confirmam aumento dos índices de destruição da Floresta Amazônica em algumas regiões. O requerimento do deputado Nelson Pinto sugere que a investigação abranja os últimos dez anos. A CPI tentará mapear os principais responsáveis por grandes desmatamentos nesse período. Segundo dados oficiais, nos últimos meses estaria havendo aumento no corte ilegal de árvores, principalmente em Mato Grosso. Por receio de que possa haver risco de crescimento generalizado dos índices de desmatamento, o Ministério do Meio Ambiente prepara ações em 20 áreas na Amazônia. A aprovação do requerimento não garante a criação e a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito. Para conseguir viabilizar a nova CPI, a comissão terá que colher assinaturas de 171 deputados. Se conseguirem, após a leitura do texto no plenário, os partidos têm que indicar os integrantes da CPI.

Ecocéticos desafiam Al Gore nos EUA a debate sobre clima - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 03/11/2007

Grupo duvida de aquecimento global e faz lobby contra meta de redução de CO2

Na quinta-feira, o Congresso americano votou pela primeira vez uma lei que restrinja a emissão de gases poluentes no país. A Lei Lieberman-Warner foi aprovada por um subcomitê e ainda precisa passar por várias votações para sair do papel. Mesmo assim, foi mais um golpe contra o influente lobby dos “negadores do aquecimento global”, que engoliu em seco o Nobel da Paz e o Oscar concedidos ao ex-vice-presidente Al Gore.

Mas os ecocéticos não desistem facilmente. Nas últimas semanas, um grupo de contestadores das mudanças climáticas vêm colocando anúncios enormes no New York Times dizendo que “a mudança climática não é uma crise” e desafiando Gore para um duelo verbal. Eles argumentam que o aquecimento global não tem influência do homem e se opõem a limites fixos de emissões de gás carbônico.

“O fato de Gore ganhar o Nobel não vai fazer com que nós abandonemos a luta”, diz o advogado Chris Horner, um dos desafiantes do anúncio e autor do Guia Politicamente Incorreto para Aquecimento Global e Ambientalismo, que passou metade do ano na lista dos livros mais vendidos do NYT.

Para Horner, Gore é catastrofista e parte de uma premissa falsa. “O CO2 não eleva a temperatura da Terra, e essa é apenas uma das mentiras de seu filme”, diz. Horner, considerado um anti-Cristo pelos ambientalistas por combater o protocolo de Kyoto.

O lobby poderia ser apenas folclórico se não tivesse tanto poder. Horner, por exemplo, faz parte do instituto Competitive Enterprise Institute, que recebeu US\$ 19 milhões da ExxonMobil e outras corporações para produzir estudos sobre clima.

O grupo dos negadores do aquecimento global, formado por políticos conservadores, institutos de direita, empresários das áreas de carvão, aço, gás e petróleo, está enfraquecido, mas ainda tem influência, diz Manik Roy, diretor de Assuntos de Congresso do Pew Center on Global Climate Change. “Eles estão infiltrados em várias camadas do poder” diz.

No Congresso, o mais destacado cético é James Inhofe, que chegou a ser líder do subcomitê de Meio Ambiente e diz que o aquecimento global “pode ser a maior farsa já armada contra o povo americano”. “Na Casa Branca, o vice-presidente Dick Cheney é um grande ecocético. Não acha que a mudança climática é um problema sério”, diz Roy.

No início do ano, outro instituto conservador, o American Enterprise Institute, chegou a oferecer US\$ 10 mil para pesquisadores que produzissem estudos contestando as determinações do painel de clima da ONU. O governo americano vem anunciando seu empenho na batalha contra o aquecimento global, mas, na prática, a Casa Branca não aceita metas fixas de redução de emissões.

O grande teste da influência do lobby dos ecocéticos será a tramitação da Lei Lieberman-Warner, que prevê uma redução de 19% no nível de emissões de 2005 em 2020, e 63% em 2050, além de implementar leilões de créditos de carbono. A lei poderia estar na mesa do presidente, para ser assinada ou vetada, em agosto ou setembro do ano que vem.

O problema é que boa parte da população americana ainda acha que não é preciso fazer nada de tão urgente para reduzir emissões, acredita Roy. Uma pesquisa da revista Newsweek de setembro mostra que 39% dos americanos ainda acham que “há muita controvérsia entre os cientistas” sobre o fato de o planeta estar ficando mais quente e só 46% acreditam que já se podem sentir os efeitos do aquecimento global.

Sociobiodiversidade é tema de seminário no AC – Sítio Eletrônico do MDA – 05/11/2007

A cidade de Rio Branco (AC) recebe desta terça (6) a quinta-feira (8) o seminário Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis. O encontro acontece no Centro de Convenções e Lazer Aliança (Chácara Aliança), localizada na Estrada Irineu Serra, Km 01, a aproximadamente 30 minutos do centro da cidade.

A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o apoio de parceiros governamentais e da sociedade civil.

Os eventos são voltados para representantes do setor empresarial, comunidades tradicionais, agricultores familiares, organizações de fomento, apoio e pesquisa (como empresas de assistência técnica e extensão rural), agentes financeiros, universidades e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A estimativa é de aproximadamente 100 participantes por região. Os seminários foram divididos em Região Norte I, Norte II, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e já aconteceram nas cidades de Belém (PA), Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ).

Próximos encontros

Norte II

Local: Rio Branco (AC)

Data: 6 a 8 de novembro

Nordeste

Local: Juazeiro (BA)

Data: 12 a 14 de novembro

Sul

Local: Curitiba (PR)

Data: 28 a 30 de novembro

Transversalidade e integração são prioridades, garante Marina Silva - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 05/11/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, lembrou nesta segunda-feira (5) na abertura do seminário "Recursos Hídricos no Ambiente Urbano: integração de sistemas" que uma das diretrizes da política ambiental do MMA é exatamente a integração e a transversalidade, ferramentas, segundo ela, necessárias para incrementar o diálogo com os diferentes setores do governo. Ela também apontou outras diretrizes: controle e participação social, capazes de fazer com que os processos de elaboração das políticas públicas tenham

o olhar da sociedade, podendo levar o governo a acertar mais na implementação das políticas públicas.

O seminário, promovido pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, continua até o dia 7 e tem como objetivo construir uma agenda comum de trabalho que integre as ações dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Gestão Ambiental Urbana.

Para Marina Silva, quando os diversos setores do governo estiverem integrados com outros setores da sociedade, estará sendo criada uma capacidade de respostas para as novas necessidades que surgirem. Segundo ela, a crise ambiental que estamos vivendo em relação às mudanças climáticas exigirá dos governos, das empresas, das academias, da sociedade de um modo geral, respostas muito rápidas. "Pensar uma política urbana com este olhar já voltado para a questão dos recursos hídricos, com o olhar para a gestão dos resíduos é estar trabalhando em várias agendas das mudanças climáticas, de mitigação, de adaptação e de enfrentamento das vulnerabilidades", explicou.

Para exemplificar como a transversalidade e a integração podem incrementar programas fazendo ganhar novas perspectivas, a ministra lembrou que embora tenha tido a política formulada pelo MMA, o programa de atendimento de demandas isoladas de populações do semi-árido com escassez de água, que implementava o programa de cisternas de placa, foi para o Ministério das Cidades. "Quando percebemos que o projeto não poderia se desenvolver em nosso ministério ele foi para o Ministério das Cidades e nós passamos de nove mil cisternas de placa para 70 mil e o presidente Lula quer chegar a um milhão de cisternas. Isso prova que a melhor coisa que tem é pensarmos a política e depois vê-la andando com suas próprias pernas dentro do governo".

A ministra explicou aos presentes que neste segundo mandato, o Ministério do Meio Ambiente procurou se reposicionar para conseguir enfrentar o desafio destes próximos quatro anos. "Passamos por um processo de reestruturação do Ministério e do Ibama, e criamos uma Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano exatamente porque foi algo que sentimos ser necessário para darmos conta da política que agora estamos nos propondo a formular visando sua implementação".

Marina Silva citou ainda a criação das Secretarias de Mudanças Climáticas, de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e o Instituto Chico Mendes, que, segundo ela, será uma das grandes ferramentas para a implementação da política ambiental no que concerne à estratégia de criação e implementação das unidades de conservação. "Temos feito um trabalho buscando este olhar estruturante para os processos, e confesso que não é fácil. Fácil é a gente mexer em uma coisa aqui e outra acolá de forma pontual. Mas é muito difícil você pensar em fazer as coisas, independentemente de quem sejam as pessoas que vão lhe conferir continuidade. Todas essas mudanças buscam aprofundar esse olhar".

Em sua palestra, o secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Luciano Zica, disse que é preciso consolidar no âmbito do poder público federal a compreensão de que não há como resolver a questão da gestão urbana se não tivermos a capacidade de compreender o papel dos três entes da Federação (União, estados e

municípios), de entender o papel dos movimentos sociais, de entender a interação e a intimidade que há entre os impactos da gestão do ambiente urbano na questão dos recursos hídricos. "Quero desejar a todos um excelente seminário, para que possamos consolidar as ações e construir um desenvolvimento urbano sustentável, capaz de respeitar a importância de nossos recursos hídricos", disse Zica.

País não detém desmate e permanece entre campeões de emissão de CO2 - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 06/11/2007

Destruição da floresta gera 855 mi de toneladas do gás em 2006; Brasil só está atrás de EUA, China, Rússia e Japão

O Brasil continua entre os maiores emissores de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás do efeito estufa, porque mantém taxas elevadas de desmatamento da Amazônia. Segundo uma projeção feita pelo especialista José Goldemberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, à qual o Estado teve acesso, o País emitiu 1,141 bilhão de toneladas em 2006, das quais cerca de 855 milhões (75%) viriam de mudanças no solo - corte e queimada da floresta. O valor mantém o País em 5º lugar (sem contar a contribuição da União Européia).

[Mais dados sobre desmatamento](#)

A secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, contesta a informação e diz que o número está superestimado. Em uma projeção feita para o Estado, ela afirma que as emissões em 2006 provenientes do desmatamento da Amazônia girariam em torno de 684 milhões de toneladas de CO₂.

Os cálculos feitos pelos dois cientistas não são oficiais e usam como base o primeiro e único inventário brasileiro de emissões de gases do efeito estufa. Ele foi lançado em 2004, mas apresenta um corte do passado, uma vez que usa dados registrados entre 1990 e 1994. "Esse não é um cálculo com valor científico. Porém, mostra que o problema continua o mesmo", afirma Goldemberg. "Se o desmatamento fosse zerado, o Brasil ficaria na 18ª posição."

Poucas nações estão na lista dos maiores emissores globais por causa da perda de florestas. O outro caso notável é a Indonésia, que tem derrubado a mata nativa para plantar dendê e alimentar o mercado europeu de biocombustíveis. O maior problema dos outros países, especialmente no Hemisfério Norte, é a geração de energia com queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão.

Segundo informações divulgadas ontem pelo Secretariado de Mudança no Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), em Bonn, a emissão total dos 40 países mais

industrializados do mundo atingiu 18,2 bilhões de toneladas em 2005, apenas meio bilhão abaixo do nível registrado em 1990.

PEDRA NO SAPATO - Ainda que não concorde com o valor apresentado por Goldemberg, a secretária considera que o desmatamento ainda é a principal contribuição brasileira para o agravamento do efeito estufa, e na mesma proporção observada 12 anos antes: responde por 75% do total emitido pelo País. “A proporção é semelhante à do período 1990/1994”, diz.

Conforme o inventário nacional, 96% das emissões líquidas do setor de mudança no uso da terra podem ser creditadas à conversão de florestas em atividades de agricultura e pecuária. O desmatamento é uma importante fonte de emissão porque a vegetação naturalmente armazena carbono. O elemento é estocado em seus tecidos devido à fotossíntese, quando o CO₂, o gás carbônico, é absorvido pelas plantas. Quando são cortadas, esse carbono volta para a atmosfera. As queimadas emitem, além de CO₂, outros gases-estufa, como o metano (CH₄).

Para Goldemberg, não existe justificativa para que a conversão da Amazônia em pasto e plantação mantenha o País entre os maiores emissores do mundo. “Nós sabemos mais agora sobre essas questões do que há 20 anos”, afirma.

A secretária de Mudanças Climáticas diz que o próximo inventário nacional de emissões será divulgado em 2009, com informações coletadas entre 1995 e 2000. Ao contrário dos países desenvolvidos, as nações em desenvolvimento não têm a obrigação de entregar relatórios anuais às Nações Unidas.

Além desse, Krug afirma que o ministério trabalha para entregar, na mesma época, uma estimativa das emissões entre 2001 e 2006. “Queremos incluir a matriz da conversão da terra: o que se perdeu e seu destino, se é uma vegetação perene”, explica. “O projeto está em andamento, com contratos já em execução.”

Debates sobre desenvolvimento territorial ocorrem na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007

Representantes da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia participam de dois eventos que abordam propostas e estratégias voltadas para o desenvolvimento de territórios. Um deles é o II Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, que começou nesta terça-feira (6) e termina na próxima sexta-feira (9), em Salvador.

A iniciativa pretende formular propostas e recomendações para aperfeiçoamento das estratégias, metodologias e modelos de gestão institucional para articulação de políticas públicas, agentes governamentais e atores sociais nos territórios. No Fórum, são apresentadas experiências da Bahia, de outros estados brasileiros, de Portugal, do México, da França e da Espanha relacionadas com o desenvolvimento territorial.

Na Bahia, são reconhecidos pelo governo do estado 26 territórios de identidade, constituídos por meio da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Dessa forma, pretende-se identificar oportunidades de investimentos e prioridades temáticas, considerando a realidade local de cada território. O objetivo é propiciar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões.

Encontro nacional - O Incra/BA também esteve presente no II Encontro dos Colegiados Territoriais, que terminou nesta terça-feira (6), em Salvador. No evento, foram discutidas estratégias para gestão do desenvolvimento territorial na perspectiva de ampliar os mecanismos de participação social. Ainda foram debatidas as principais questões voltadas para o fortalecimento e a organização dos colegiados territoriais.

No encontro, que começou segunda-feira (5), foi abordada a experiência da Coordenação Estadual dos Territórios da Bahia (CET), da qual o Incra/BA faz parte. Além disso, os participantes foram divididos em cinco grupos com os seguintes focos: gestão social, planejamento e gestão, participação democrática, organização dos colegiados e articulação de políticas públicas. Todos esses grupos tiveram como prioridade elaborar propostas para uma agenda estratégica da rede de colegiados territoriais para 2008.

Territórios do RN discutem políticas de desenvolvimento – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007

A partir de 20 de novembro e até 12 de dezembro, os atores sociais da agricultura familiar, movimentos sociais, gestores públicos, e técnicos de assistência técnica e extensão rural se reúnem em suas regiões para discutir políticas públicas de desenvolvimento agrário para propor ações conjuntas e planejar investimentos locais.

Nesse período, todos os cinco territórios rurais do Rio Grande do Norte e mais dois pré-territórios do estado estarão realizando as suas conferências territoriais, que fazem parte dos preparatórios para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS).

Veja abaixo as datas das conferências territoriais no estado:

20 e 21/11 – Territórios Mato Grande e Trairi

22 e 23/11 – Território Potengi

27 e 28/11 – Território Seridó

29 e 30/11 – Território Açu /Mossoró

29 e 30/11 – Território Sertão do Apodi

06 e 07/12 – pré-território Sertão Central

11 e 12/12 – pré-território Alto Oeste

A CNDRSS se realizará entre 25 e 28 de junho do próximo ano em Olinda (PE), quando representantes de cerca de 110 territórios rurais de todo o País levarão suas demandas e propostas desenvolvidas nas conferências territoriais e estaduais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Norte (MDA/RN) ressalta que as datas podem sofrer alterações.

MMA lança kit de publicações sobre educação ambiental - Grace Perpétuo – Sítio Eletrônico do MMA – 06/11/2007

Primeira publicação brasileira a receber o Selo de Reconhecimento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) da Organização das Nações Unidas (ONU), o kit de publicações Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis: Uma Coletânea para Pensar e Agir será lançado nesta quinta-feira (8), a partir das 8h30, no hall de entrada da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados. O kit, que tem edição limitada, contém documentos técnicos do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco).

O lançamento ocorrerá pouco antes da realização do seminário Metrôpoles Sustentáveis: Responsabilidades Individuais e Coletivas, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e a CDU. No evento serão apresentadas iniciativas variadas, de autoria de diferentes segmentos da sociedade, que enfrentam um desafio comum: fomentar mudanças comportamentais, de atitudes e de valores naqueles que hoje vivem em grandes regiões metropolitanas. Aberto ao público, o encontro ocorrerá na plenária da CDU e contará com a participação do Departamento de Educação Ambiental do MMA.

O aquecimento da Terra - José Carlos Azevedo – Estado de São Paulo – Opinião – 07/11/2007

Em novembro de 2000, na conferência que proferiu no Festival de Medicina do Milênio, patrocinado pela Associação Médica Britânica, o príncipe Charles disse não ter dúvida de que a doença da vaca louca e as severas mudanças climáticas em seu país decorrem do aquecimento global e que este é fruto do “descaso arrogante da humanidade em relação ao equilíbrio da natureza”. A correlação entre clima e encefalopatia espongiforme bovina é estapafúrdia, tanto quanto supor, como fez o príncipe, que alterações atmosféricas isoladas têm algo que ver com a mudança do clima, pois apenas as que se manifestem durante longos períodos podem causá-la, o que é confirmado no terceiro relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU (pág. 5). O príncipe tampouco sabia que o número anual de tempestades tem sido decrescente nos últimos 30 anos, entre 30 e 60 graus de latitude norte, onde está o seu país.

Ao contrário do que dizem os que alarmam a população com falsas novidades e litânias sobre o dia do Juízo Final, o aquecimento da Terra é assunto antigo: os estudos científicos são anteriores a J. B. Fourier, que, em 1827, discutiu esse tema nos Anais do Institut de France (t. VII), que foi retomado em 1896 pelo sueco S. A. Arrhenius, Prêmio Nobel de Química de 1903, na Philosophical Magazine (41, 237-276), onde analisou a influência do CO₂ no ar sobre a temperatura no solo e chegou a resultados pouco diferentes dos que são hoje conhecidos.

No livro *Meltdown* (Derretimento, Cato Institute, 2004), o festejado climatologista Patrick J. Michaels, com sabedoria e ironia incomparáveis, desmantelou previsões erradas de cientistas, de políticos e da mídia sobre o aquecimento global - seu livro tem o subtítulo *The Predictable Distortion of Global Warming by Scientists, Politicians and the Media*. Michaels lembrou que Arrhenius se valeu apenas de seus conhecimentos científicos e de lápis e papel para prever as variações de temperatura causadas por concentrações de CO₂ na atmosfera e que seus cálculos revelam números apenas 60% superiores aos conhecidos hoje, que, disse ele, são obtidos ao custo de mais de US\$ 20 bilhões, gastos com pessoas, computadores, hotéis, reuniões, viagens, modelos climáticos, etc. Em sua última reunião, cerca de 2.500 integrantes do IPCC chegaram a 245 valores diferentes entre 1,5 e 4,5 graus centígrados para o aumento de temperatura nos próximos cem anos, um enorme intervalo que também comprova o pouco apego da ONU à precisão numérica, pois revelou em 1980 que a Terra teria 15 bilhões de habitantes em 2050, número que corrigiu recentemente para 9 bilhões.

O degelo na Groenlândia tem sido apontado como prenúncio da hecatombe que elevaria o nível dos mares em vários metros. O mesmo relatório do IPCC, todavia, revela que ele ficará entre 2 e 9 centímetros. Tão leigo quanto o príncipe inglês, o senador norte-americano J. Lieberman afirmou em 2001: “A administração Bush ignora o terror do perigo ambiental e nega a realidade de 2.500 cientistas da ONU que nos dizem que, se não encontrarmos um meio de conter o aquecimento global, o nível dos mares poderá crescer para 35 pés (uns 11 metros) e submergir milhões de lares sob os oceanos.” O senador também ignora que há milênios, quando não havia poluição, a concentração de CO₂ na atmosfera foi 15 vezes superior à atual e que a ação do homem é infinitamente menor que a da natureza, pois esta desloca os continentes, levanta cadeias de montanhas, explode vulcões, gera tsunamis e aquece o Pacífico.

Outro ícone dos alarmistas é o Monte Kilimanjaro, que efetivamente perdeu enorme quantidade de neve; segundo Michaels, o jornal *The New York Times* de 19/2/2001 afirmou: “A capa de gelo no cimo do Kilimanjaro, que por milhares de anos flutuava como um sereno farol sobre a tremeluzente planície da Tanzânia, está recuando com tal velocidade que desaparecerá em menos de 15 anos, de acordo com estudos recentes.” A verdade é outra: as medições de temperatura feitas em 1912, 1953, 1976, 1989 e 2000 e mais recentemente por satélites mostram que a temperatura nas imediações do monte tem diminuído; a quantidade de neve não depende apenas da temperatura, mas também da umidade do ar e, nessa região, ela varia com o El Niño, que é gerado no Oceano Pacífico e ocorre com regularidade há milhões de anos.

O aquecimento da Terra é real, é lento e não há comprovação científica de que seja irreversível ou influenciado pelo homem. Com certeza, nada pode ser feito para alterá-lo, pois até fenômenos astronômicos conhecidos se correlacionam a mudanças climáticas - as manchas solares e a precessão, por exemplo. Além disso, toda a energia consumida pela humanidade por dia é 7 mil vezes inferior à que a Terra recebe do Sol no mesmo período. Por isso, resta aos governos incutir na população a importância da preservação, coibir os danos causados pela poluição - em particular a mental, de muitos dirigentes - e verificar que são inúteis as revoadas de políticos, diplomatas, burocratas, leigos e cientistas da ONU para locais aprazíveis como o Rio, Viena, Kyoto e Bali para “conter o aquecimento global.”

Cabe, assim, transcrever as palavras finais de Eugène Ionesco em seu primoroso artigo A cultura não é assunto de Estado, onde apenas substituí as palavras cultura e culturais por aquecimento global: “Quando ouço os homens de Estado, políticos, diplomatas internacionais, com suas grossas pastas e sua sobrançeria falarem de aquecimento global, tenho vontade de tirar o meu revólver. Então, por que se metem os diretores da Unesco, por que se metem os políticos, os ministros nos assuntos do aquecimento global? Os assuntos do aquecimento global não são, a propósito, seus assuntos.” ***José Carlos Azevedo, doutor em Física pelo MIT, foi reitor da Universidade de Brasília (UnB)**

Mercado de CO2 reduz 70% do desmate – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2007

Estimativa de ONG sugere que devastação na Amazônia pode ser freada a um custo baixo com comércio de emissões

Estudo do Ipam calcula em US\$ 10 por tonelada de carbono o custo da redução; mercado para carbono de floresta, porém, é incipiente

DA REDAÇÃO - Custa muito pouco reduzir 70% do desmatamento na Amazônia. Um novo cálculo feito por uma ONG, que será apresentado hoje em Brasília, estima que a maior parte da devastação -e das emissões de carbono dela decorrentes- pode ser contida a menos de US\$ 10 por tonelada de carbono.

Esse é o valor que deveria ser pago a produtores rurais em várias regiões do Norte do país para que deixar suas florestas em pé fosse mais lucrativo do que derrubá-las para dar lugar a pasto e lavoura.

A conta, explique-se, leva em consideração um fato econômico ainda inexistente: um mercado de carbono no qual a redução do desmatamento pudesse valer créditos para países como o Brasil, que detêm florestas tropicais e que têm na destruição destas uma fonte importante de emissões dos gases que causam o aquecimento global (dois terços das emissões brasileiras vêm dessa fonte).

Tal mercado, no entanto, não é um delírio de ambientalistas: uma coalizão de países tropicais deve colocar sua criação na mesa no mês que vem, numa reunião na Indonésia que começará a definir os rumos da proteção ao clima depois de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto. E o Banco Mundial lançou neste ano um fundo experimental para comercializar o carbono de florestas -baseado justamente na lógica de que, em algumas regiões, não desmatar faz muito mais sentido do ponto de vista econômico.

O novo cálculo foi feito por pesquisadores do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do Woods Hole Research Center, nos EUA. Ele integra o relatório "Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento", que será lançado hoje na Câmara dos Deputados.

"Nós calculamos o chamado custo de oportunidade, ou o quanto se deveria pagar para um proprietário em terra privada com aptidão agrícola para não desmatar, mais um fomento a povos da floresta para a proteção de terras indígenas com dignidade e boa qualidade de vida [para os índios]", afirmou Paulo Moutinho, diretor de Pesquisa do Ipam. O estudo econômico, do qual o Ipam prepara uma versão aprofundada, estabelece um teto para a chamada "redução factível" do desmatamento, ou seja, aquela que pode ser obtida sem prejuízo de atividades econômicas rentáveis.

"A curva de custo não é linear", diz Moutinho. "Para evitar emissões por fogo florestal e queimadas o custo é muito baixo. À medida que você adiciona nessa curva o custo de não formar pasto em áreas marginais, o custo é pequeno. Até que você entra numa parte onde o custo sobe exponencialmente, que é a região mais apta à soja, onde manter floresta por opção [econômica] seria burrice."

Moutinho diz que o valor a ser pago é baixo -cerca de metade do preço da tonelada de carbono no mercado hoje-, o que tornaria o carbono de florestas uma opção atraente para países que tenham metas de redução a cumprir por Kyoto.

Rainha anuncia meta britânica contra emissão – Folha de São Paulo – Ciência – 07/11/2007

DA REUTERS - O Reino Unido será a primeira nação do mundo a ter metas internas oficiais para redução de emissões de gases de efeito estufa a longo prazo. A medida foi anunciada ontem no discurso anual da rainha Elizabeth 2ª. O discurso da rainha oficializa o compromisso já assumido pelo governo britânico de reduzir em 60% o lançamento de dióxido de carbono na atmosfera até 2050 - e metade disso até 2025. A Lei da Mudança Climática será levada ao Parlamento e deve entrar em vigor em seis meses.

MDA realiza curso para elaboração de projetos territoriais no MS – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza até sexta-feira (9) o curso Capacitação do Núcleo Técnico do Colegiado Territorial do Território do Cone Sul, no escritório da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) da cidade de Iguatemi (MS). A ação ocorre por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e da Delegacia Federal do MDA/MS.

O objetivo é capacitar técnicos da agência, atores sociais do território e das prefeituras dos municípios envolvidos na elaboração de projetos em prol do desenvolvimento sustentável. "Essa capacitação é importante para qualificar projetos de infra-estrutura e serviços para que estes ganhem agilidade na aprovação por parte do Ministério", afirma Vitor Hugo Garbin, consultor territorial do MDA no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

Durante a capacitação, serão realizadas palestras, laboratórios e plenárias em que haverá orientações gerais sobre a indicação de projetos pelos colegiados, além de critérios obrigatórios e para a priorização de projetos, por exemplo.

O Território do Cone Sul compreende os municípios de Itaquiraí, Iguatemi, Naviraí, Japorã, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Tacuru e Sete Quedas.

O que são os territórios - Segundo definição da SDT, os territórios são um espaço geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais (ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições) e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Câmaras técnicas do Conama aprovam recomendação para ZEE no Acre – Sítio Eletrônico do MMA – 07/11/2007

As Câmaras Técnicas de Assuntos Jurídicos e de Gestão Territorial e Biomas aprovaram nesta quarta-feira (7), em reunião conjunta, uma recomendação ao poder público federal para autorizar a redução da Reserva Legal, na Zona 1 do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, apenas para fins de recomposição, em até 50% da propriedade rural.

As Câmaras Técnicas recomendam ampla divulgação do Zoneamento em todo o estado do Acre, e também de sua metodologia, em conjunto com a Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional para a União, Estados e Municípios.

A recomendação será apreciada na plenária do Conama, nos dias 27 e 28 de novembro, em Brasília.

Secretária defende intercâmbio entre especialistas franco-brasileiros - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 07/11/2007

A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, destacou nesta quarta-feira (7) a importância do intercâmbio entre especialistas em áreas de preservação da França e do Brasil. Ela discursou no segundo dia do seminário de Apoio à Implementação das Propostas de Mosaicos em Áreas Protegidas.

O evento teve início na terça-feira (6) e ocorre até sexta-feira (9), numa sala do hotel San Marco, em Brasília. O seminário é promovido pelo MMA, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Embaixada da França, que enviou 11 representantes de províncias daquele país.

"A nossa experiência aqui é bastante rica e diferenciada e poderá contribuir com uma conclusão mais ampla sobre o que está ocorrendo. Ambos os lados (francês e brasileiro) terão a oportunidade de poder conhecer experiências específicas. Além disso, poderão verificar iniciativas que foram realizadas em alguns mosaicos", afirmou Maria Cecília.

Mosaicos de áreas protegidas são conjuntos de unidades de conservação de categorias diferentes ou não que se localizam em territórios próximos, justapostos ou sobrepostos. Eles podem ser compostos também por áreas privadas.

"A colaboração que a França pode nos trazer é muito maior do que aquela específica em cada território dos mosaicos. Ela permitirá demonstrar que existem alternativas nesse modelo de desenvolvimento que a gente tem visto no Brasil e em outros países do mundo", afirmou a secretária.

O MMA defende a formação de mosaicos para promover a gestão integrada de áreas de conservação, o que propicia uma repercussão maior no desenvolvimento de territórios. "Os mosaicos, os corredores ecológicos ou os sítios do patrimônio são alternativas e ferramentas que dispomos e que são um grande avanço", disse.

Maria Cecília abriu os trabalhos do segundo dia de seminário, que também contou com as presenças do diretor do FNMA, Elias Araújo, e do consultor para Áreas Protegidas da Embaixada da França, Jean Phelipp Delorme. Antes, pela manhã, técnicos e representantes de nove mosaicos participaram de uma oficina para identificar dificuldades, estratégias e avanços na gestão dos mosaicos.

Secretário de Desenvolvimento Territorial em Fórum – Sítio Eletrônico do MDA – 08/11/2007

O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, participou na noite de terça-feira (6), em Salvador (BA), da cerimônia de abertura do II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. O evento é promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS) e ocorre em parceria entre o MDA e o governo da Bahia.

"A Bahia é uma referência para o Brasil pelo fato de ter decidido adotar o território como unidade de planejamento, tendo considerado a contribuição vinda dessas áreas na elaboração do seu Planejamento Plurianual (PPA 2008-2011)", elogiou. Segundo o secretário, a decisão de optar pela abordagem territorial quando da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, estava correta.

"Sabíamos pouco acerca dessa abordagem, mas, no País, já havia esse debate, tendo como referencial o Leader", explicou o secretário do MDA, durante o evento internacional. O Leader é o programa de desenvolvimento local da Comunidade Européia (CEE).

Ainda conforme Humberto Oliveira, mesmo criada recentemente, a SDT já obteve resultados significativos em função da receptividade e contribuição por parte dos atores nos territórios. “Precisamos, agora, entender melhor essa complexidade que é o desenvolvimento territorial no Brasil. Nesse processo, quero destacar a importância das unidades federativas, mas também da sociedade civil”, disse.

Experiência baiana - Para o secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Ronald Lobato, que também participou da abertura do evento, o estado vem avançando muito já neste primeiro ano de governo estadual com a adoção do conceito de territórios de identidade para o planejamento público.

“Temos 26 territórios agregando os 417 municípios baianos”, disse Lobato, destacando que o estado incorporou a política da SDT/MDA. Dos territórios localizados na Bahia, 10 estão incorporados ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da SDT.

A primeira experiência baiana de planejamento público focado nos territórios de identidade aconteceu na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2008-2011). Ela contou com a presença da sociedade civil organizada durante as plenárias do PPA, realizadas em todos os 26 territórios de identidade, entre maio de junho deste ano.

Durante a consulta pública na Bahia, foi registrada a participação direta de mais de 12 mil pessoas, que encaminharam propostas e sugestões de ações do governo para os próximos quatro anos. “Fomos surpreendidos positivamente com a participação da sociedade. Recebemos 89% de propostas programáticas e não sugestões pontuais, o que prova que os cidadãos entenderam o propósito do nosso convite”, afirmou o secretário de planejamento da Bahia.

Modelo para outros países - Carlos Américo Basco, representante do IICA no Brasil, lembrou durante a abertura do encontro que o debate é uma consequência do I Fórum Internacional sobre o tema, realizado em Fortaleza (CE), em 2003. Basco também falou acerca da expectativa do IICA em relação ao evento.

“Esta é uma oportunidade de desenvolver a experiência adquirida nestes quatro anos de trabalhos realizados nos territórios do Brasil. Uma forma também de compartilhar a experiência de outros países, entre os quais, a Espanha, França, Portugal e México”, enumerou.

O representante do Banco do Brasil no evento, Luiz Oswaldo de Souza, afirmou ser este o momento oportuno para se debater a ação de agentes governamentais. “O II Fórum Internacional de Políticas Públicas é um evento para a reflexão. Só podemos esperar uma melhoria e um avanço nas ações conjuntas que realizamos. A instituição está aprendendo a fazer desenvolvimento rural sustentável”, afirmou Luiz.

Palestra inaugural - Após a abertura do encontro, houve uma palestra sobre o tema: Políticas Públicas e Promoção do Desenvolvimento em Bases Territoriais, com a economista Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“Articulação de políticas públicas é uma tarefa muito difícil. Primeiro, porque são vários os níveis e também por serem numerosas essas políticas”, afirmou. Segundo Tânia, é necessário que os objetivos de uma política voltada para o desenvolvimento local estejam claros. “É objetivo combater as desigualdades, que se reproduzem em todas as escalas, e valorizar a diversidade”, disse.

Participam do evento, que segue até sexta-feira (9), representantes dos colegiados territoriais, convidados nacionais e internacionais, representantes de instituições públicas e privadas, universidades, centros de pesquisa, movimentos sociais, e, ainda, o terceiro setor.

O Banco do Brasil, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Integração Nacional (MI) apóiam a realização do II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial.

Sustentabilidade: diferentes visões - Fernando Rei – Valor Econômico – Opinião - 08/11/2007

Que o negócio da produção de açúcar e álcool apresenta vantagens reconhecidas, pouca gente poderá discordar. Entretanto, será que grande parte da sociedade sabe que os custos ambientais do setor não são absorvidos diretamente pelos produtores?

Atualmente a agroindústria da cana ocupa mais de 4 milhões de hectares no Estado de São Paulo, respondendo por aproximadamente 60% da produção nacional de açúcar e álcool. Logo, a expansão da cana-de-açúcar para produção de etanol é assunto que vem sendo acompanhado com muita preocupação pela Agência Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), já que são diversos os impactos desse setor da indústria paulista, que emprega intensivamente recursos naturais cada vez menos abundantes, como água e solo, comprometendo-os por meio da prática, muitas vezes abusiva, de adubação química e aplicação de herbicidas e defensivos agrícolas. Igualmente estuda-se o avanço do setor sobre áreas onde atualmente se cultivam alimentos, avalia-se o risco da atividade sobre a integridade de biomas sensíveis, com perda da biodiversidade e danos à flora e fauna, assim como analisa-se os agravos à saúde da população pela qualidade do ar prejudicada pelas queimadas, em particular nos períodos de estiagem.

Quem estuda a estrutura e o desenvolvimento do segmento sucroalcooleiro no Estado procura aprofundar suas pesquisas sobre as conseqüências dessa expansão das lavouras de cana. De acordo com projeções da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), o número de usinas de etanol no país deve crescer 30% em apenas cinco anos - saltando das atuais 248 para 325 unidades de produção na safra de 2012/2013, sendo que aproximadamente 50 dessas em território paulista. Dados levantados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apontam pedidos de financiamento superior a R\$ 7 bilhões. Nesse cenário, a área ocupada pela plantio de cana poderá chegar a um território de aproximadamente 10 milhões de hectares em dez anos.

Além do Noroeste do Estado de São Paulo, de acordo com a Única, as novas lavouras concentrar-se-ão principalmente no Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Leste do Mato Grosso do Sul, substituindo áreas de pastagens e de produção de alimentos. A infraestrutura ao escoamento da produção também tem favorecido tal substituição, realizada por meio da aquisição ou arrendamento de terras diretamente pelas empresas agrícolas

associadas às usinas, a baixo preço, já que pequenos proprietários não vêm obtendo lucros com a produção, por exemplo, de carne e leite.

No Oeste de São Paulo a rentabilidade do novo boom da cana-de-açúcar já seduz produtores de laranja a abandonar o cultivo tradicional. Em cidades vocacionadas por pequenas propriedades, como Jales e Votuporanga, onde o Sistema de Meio Ambiente deverá inaugurar em breve duas novas Agências Ambientais, a busca por terras para o plantio de cana também já indica cenários de concentração fundiária, pondo em crise modelos históricos de agricultura familiar.

É com planejamento e ocupação adequada do solo agrícola disponível que se inicia discussão sobre sustentabilidade

Na defesa do setor, vozes advogam que a tal expansão concentrada irá alavancar a geração de postos de trabalho, o que se espera não venha a contrariar a orientação do governo do Estado no sentido de avançar rapidamente com o fim das queimadas e do corte da cana caminhar para a mecanização. Neste novo momento, parece que não há mão-de-obra qualificada em número suficiente para operar as novas colhedoras, porém o plantio ainda é feito de forma manual, prática que deve desaparecer com as oportunidades para a capacitação.

Enfim, não se deve esquecer que o etanol transformando-se em commodity e a aliança estratégica com os Estados Unidos são fatos que trazem vulnerabilidade ao setor exportador, cujo telhado de vidro poderá ser rapidamente trincado, porque os impactos negativos da atividade serão muito pouco tolerados pelo atento mercado externo, mesmo que se reconheça seus aspectos positivos, mormente o pioneirismo no domínio da tecnologia de combustível renovável e alternativo, num cenário de busca de soluções para a problemática das mudanças climáticas globais, onde o equilíbrio entre forças de mercado, qualidade ambiental e de trabalho é um desafio para grande parte da humanidade.

Para a Única, a agroindústria canavieira brasileira oferece um exemplo prático de desenvolvimento sustentável, ao combinar contribuição à melhoria do meio ambiente, exploração de vocações econômicas locais e geração descentralizada de emprego e renda. Diferentes visões para uma mesma realidade. Para o órgão ambiental, o embasamento teórico das medidas em implantação está bem sedimentado. Sabe-se que o processo de decisão não agrada a alguns empresários do setor, que ainda se beneficiam da exploração insustentável dos recursos. O fato promissor é que a operação de transformação está em curso, e o que virá depois deverá ser algo mais comprometido com a justiça social e os cenários desejados de sustentabilidade.

Em verdade, é com planejamento e ocupação adequada do solo agrícola disponível, com a aplicação de técnicas de conservação e proteção aos recursos ambientais e com um olhar de dignidade sobre as condições de trabalho que se inicia qualquer discussão sobre sustentabilidade no setor. É possível que essa discussão já tenha começado, o que já é bastante positivo, porém ainda resta um longo caminho. Afinal, para que um empreendimento humano possa apresentar-se como sustentável, alguns requisitos básicos devem estar cumpridos, como ser ecologicamente correto, apresentar-se viável economicamente, ser socialmente justo e estar culturalmente aceito. E por mais "pés-requisitos" que a mesa da sustentabilidade possa ter, calços não são recomendáveis.
***Fernando Rei é presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb).**

Experiências territoriais são compartilhadas em encontro na BA – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007

Boas Práticas Territoriais: Uma Gestão Compartilhada foi o tema da apresentação do núcleo técnico do Colegiado do Território das Missões, localizado no Rio Grande do Sul, na quinta-feira (8), em Salvador (BA). A apresentação fez parte do Painel As Experiências Brasileiras em Cinco Territórios selecionados do II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais.

“O Território das Missões tem uma história de mais de 300 anos ligada à civilização indígena Guarani e aos padres jesuítas. São eles que fundaram os Sete Povos das Missões que, posteriormente, foram sucumbidos pelo Tratado de Tordesilhas”, contou Jairo Tavares, membro do Colegiado Territorial.

O território reúne 25 municípios e nele predomina a monocultura de grãos, entre soja, milho, trigo, e, ainda, a pecuária de corte e de leite – neste último caso, mais presente na agricultura familiar. A partir de 2003, época que coincide com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), se iniciou um processo de transição nessa área.

“A articulação iniciada nesse período criou as condições para a mudança no perfil produtivo. Também é nesse momento que começa a gestão compartilhada, que procurou a inclusão dos atores sociais e governo, observando a pluralidade de visões ideológicas, que possibilitou a consolidação de um novo arranjo”, analisou.

Antes de encerrar sua apresentação, Tavares explicou que o acompanhamento das ações no território se dá no Colegiado Territorial, bem como nas plenárias realizadas, e sugeriu a convivência democrática com as diferenças como meio de avançar rumo ao desenvolvimento sustentável.

Território de Irecê - “Havia uma cultura de não-participação da sociedade civil na Bahia. O estado estava resumido a três áreas, sendo uma delas a Região Metropolitana da Salvador. Todo o Semi-árido baiano estava relegado ao esquecimento”, afirmou Mário Augusto de Almeida Neto, articulador territorial de Irecê, que tem 20 municípios.

“Foi a partir do estímulo da SDT que o Território de Irecê começou a se mobilizar para que a sociedade civil definisse as prioridades para essa área”, explicou. O Território de Irecê é um dos incorporados ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da SDT/MDA. O território tem taxa de analfabetismo de 25,3% e apenas 45,5% da população conta com saneamento básico.

Segundo Almeida Neto, o território é o maior produtor de mamona. “Mas, em lugar de fornecer a matéria-prima, a agricultura familiar quer ser fornecedora do óleo de mamona, que tem valor agregado, e mesmo outros produtos”. A perspectiva, conforme ele, é de que até fevereiro de 2008 uma usina esmagadora de mamona esteja funcionando plenamente. A expectativa é de uma produção de 30 toneladas/dia.

Território do Cariri - O Território do Cariri, localizado na Paraíba e que também está incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da SDT, participou do painel. “Antes da implantação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Território do Cariri, havia entre a sociedade civil e o poder público uma relação de dependência, herança do coronelismo”, disse Luís Silva, do Colegiado Territorial.

Segundo ele, o extrativismo do caruá (erva nativa) foi substituído nessas áreas pela cultura do algodão, arrasada pelo praga do bicudo. Depois, veio o sisal, que também não demorou. “Foram vários ciclos produtivos estagnados. Houve uma época em que se vivia apenas da aposentadoria”, lembrou. Nos anos 90, com o início das atividades do Projeto Dom Helder Câmara (hoje vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA), que apóia dinâmicas locais, houve um avanço na organização popular a partir dessas experiências.

De acordo com Silva, as discussões nos territórios, a partir da nova abordagem de desenvolvimento proposta pelo MDA, têm sido fundamentais nesse recomeço de um processo produtivo. “A caprinocultura leiteira, que foi abandonada, vem sendo resgatada e fortalecida”, afirmou. O trabalho do Fórum no Cariri, ainda segundo Silva, melhorou a representação dentro do território. As relações entre prefeitos e sociedade civil também sofreram modificações.

Outras boas práticas - O painel sobre experiências brasileiras em cinco territórios selecionados também contou com participação de Adriano Alves de Sousa, do Território Sul de Roraima (RR); de Ângela Schwengber, do Consórcio do ABC (SP); e José Alessandro Rodrigues, do Portal da Amazônia (MT).

Participaram da atividade diversos articuladores estaduais da SDT, articuladores territoriais, representantes de organizações não-governamentais (ONGs), dos Colegiados Territoriais, secretários municipais de Agricultura, membros de universidades públicas e pesquisadores.

O II Fórum Internacional Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais é promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável (Fórum DRS) e ocorre em parceria entre o MDA e o governo da Bahia. O Banco do Brasil, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Integração Nacional (MI) apóiam a realização do evento.

País possui papel de liderança na área ambiental, afirma Ki-moon – Sérgio Dávila –
Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007

Secretário diz que Brasil conseguiu aliviar a pobreza e avançar na área energética

DO ENVIADO A NOVA YORK - O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, diz que a comunidade científica precisa pensar criativamente em como reduzir a dependência de combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, combater a pobreza. "Eu fico feliz de ver que seu presidente tem mostrado progresso em ambos os campos. O Brasil tem feito progresso em aliviar a pobreza e, ao mesmo tempo, tem sido muito criativo na questão de energia", disse. O sul-coreano diz ainda que o país adotou "um papel de liderança ao lidar com suas desigualdades sociais" e que "todas as estatísticas mostram progresso importante na área".
(SD)

FOLHA - O propósito de sua visita é discutir aquecimento global e biocombustíveis. O sr. diz que o Brasil é líder em ambos os setores. Ao mesmo tempo, o relator especial da ONU para a fome, Jean Ziegler, critica o programa brasileiro e chegou a pedir uma moratória de cinco anos na produção de etanol. Como o sr. concilia as duas questões?

BAN KI-MOON - Sim, o Brasil tem mesmo um papel de liderança na luta pela proteção de recursos naturais. A política do etanol brasileiro é um exemplo que os outros deveriam seguir. Ao mesmo tempo, há muita discussão sobre o impacto global que o aumento da produção de etanol causaria. Não só no Brasil, mas em muitos outros lugares.

Vou visitar seu país para saber mais sobre essa situação. Vou visitar uma usina de etanol, mas também a Amazônia, para ver como o governo tem preservado a região, que é tão importante fonte de recursos naturais para a comunidade internacional.

Alguns -como você disse, o dr. Ziegler- têm expressado alguma preocupação quanto à segurança alimentar, especialmente quando a cana-de-açúcar é usada para a produção de etanol. Mas esses relatores especiais são independentes, andam com suas próprias pernas, não refletem necessariamente as posições da ONU. De qualquer maneira, é um problema sério, em que o diálogo será necessário. O crescimento do uso de biocombustíveis precisa ser comandado pelos interesses da sociedade de uma maneira sólida e sustentável. Tem de se levar em conta produção alimentar, preços e evitar o desflorestamento.

A comunidade científica tem de pensar criativamente em como reduzir nossa dependência de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, temos de pensar que a luta contra a pobreza é também muito importante e vital. Eu fico feliz de ver que seu presidente tem mostrado progresso em ambos os campos, o Brasil tem feito progresso em aliviar a pobreza, ao mesmo tempo tem sido muito criativo na questão de energia.

FOLHA - O sr. mencionou a redução de pobreza. Acontece que o Brasil continua ao mesmo tempo na lista das dez maiores economias mundiais e na das dez piores em distribuição de renda. O sr. vê a contradição? E uma solução?

KI-MOON - É muito difícil e importante reconciliar essas duas questões, que caminham lado a lado. Sei que há desigualdades econômico-sociais no Brasil. O Brasil adotou de novo um papel de liderança ao lidar com suas desigualdades sociais. Tem projetos ambiciosos em andamento para combater a exclusão social. Todas as estatísticas mostram progresso importante na área.

FOLHA - *O sr. assumiu o comando duma instituição em crise. Enquanto conversamos, há um protesto na porta da ONU contra a situação dos curdos, um dos vários que ocorrem todo dia. Quando o sr. acorda de manhã, pensa: "Estou começando mais um dia perdido"? Ou pensa: "Hoje, ajudarei a mudar o mundo"?*

KI-MOON - Estou totalmente comprometido em mudar essa organização. Quando assumi esse trabalho, em janeiro passado, essa organização como um todo era criticada por ser ineficaz, ineficiente, sem transparência e de não prestar conta de suas ações. Essas são as áreas exatamente que eu tenho tentado mudar. Em dez meses, já tivemos muita mudança na nossa cultura.

O multilateralismo virou um fenômeno muito importante na comunidade internacional hoje. Isso me anima muito, e a ONU está no centro disso. Quanto ao meu dia, todo dia é um dia novo para mim, começo sempre com esse sentimento. Assim, estou totalmente comprometido em mudar essa organização para virar o centro do multilateralismo mundial.

FOLHA - *E os Estados Unidos o estão ajudando nesse caminho rumo ao multilateralismo?*

KI-MOON - Os Estados Unidos têm sido muito cooperativos e tem ajudado na reforma da ONU! Estou feliz de estar muito próximo deles neste momento. Têm um embaixador muito bom, Zalmay Khalizad, respeitado por todos os membros. Essa parceria é essencial e importante. Estou otimista em relação a uma cooperação e a um apoio maior dos EUA.

Contag discute desenvolvimento rural sustentável – Sítio Eletrônico da Contag – 12/11/2007

Definir estratégias de participação do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR) nas etapas territoriais da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Esse é o principal objetivo do Seminário Nacional de Aprofundamento Temático sobre Desenvolvimento e Territorialidade que começa hoje (12) e vai até quarta-feira (14), na sede da Contag, em Brasília. O evento vai mobilizar a diretoria da Contag, representantes de federações, do governo e pesquisadores universitários.

Durante esses três dias, os participantes discutirão também como ampliar a concepção de desenvolvimento e territorialidade, tendo como referência o Projeto

Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Representantes de federações irão expor as principais dificuldades que os trabalhadores enfrentam nas diferentes regiões do país. Hoje pela manhã, o presidente da Contag, Manoel dos Santos, falou sobre a importância das discussões sobre territorialidade.

A Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e tem como tema: *Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade*. O evento está dividido em etapas territoriais, que já começaram, e estaduais. A etapa nacional será em junho de 2008, em Olinda, Pernambuco.

Emmanuelle Nunes
Agência Contag de Notícias

'Brasil é gigante verde discreto' - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Vida & - 12/11/2007

Em visita ao País, secretário-geral da ONU elogia os esforços para a produção de energia renovável

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, afirmou ontem estar impressionado com os esforços do governo brasileiro na produção de energia renovável e destacou que o mundo ainda não entendeu o comprometimento do País. “O Brasil, efetivamente, é um gigante verde discreto que lidera a produção de energia renovável e é uma das poucas nações que fazem bioenergia em larga escala”, disse Ki-moon, logo após visitar a Usina Santa Adélia, em Jaboticabal (SP), no seu primeiro compromisso oficial no Brasil.

A visita faz parte de uma maratona do secretário-geral da ONU para, de acordo com ele, aprender sobre o impacto das mudanças climáticas no mundo até a conferência sobre o clima, prevista para ocorrer no início de dezembro, em Bali, Indonésia. “Em Bali os chefes de Estado tentarão chegar a uma nova legislação sobre o clima, e a estrada para Bali passa pelo Brasil”, afirmou.

Apesar de elogiar a produção de biocombustíveis no Brasil, segundo maior produtor de etanol mundial, o secretário-geral da ONU cobrou do governo e do setor produtivo a “responsabilidade de fazer um balanço entre os custos sociais e os benefícios da produção dos biocombustíveis”, numa referência às denúncias de trabalho forçado, principalmente dos cortadores de cana nas lavouras.

Ki-moon disse ainda que há uma preocupação em relação às questões ambientais, principalmente com o desmatamento e a queima da cana-de-açúcar, necessária para a colheita manual da cultura utilizada na produção de álcool. O secretário-geral da ONU relatou ainda a preocupação com o avanço da cana sobre áreas de lavouras de grãos, bem como a utilização - principalmente de milho - para a produção de etanol, no caso dos

Estados Unidos. “É preciso que haja um grande debate para discutir a questão da segurança alimentar e os biocombustíveis”, afirmou.

Sobre a participação dos Estados Unidos, que não aderiram ao Protocolo de Kyoto, como signatários de um possível protocolo mundial climático de Bali, Ki-moon deu a entender que as conversas na última Assembléia Geral da ONU, em setembro, podem ter influenciado na posição dos norte-americanos. “O mundo reconheceu a importância de todos juntarem esforços e todos vão aceitar, pois o aquecimento global não respeita fronteiras nem países desenvolvidos ou em desenvolvimento”, concluiu.

Na visita, o secretário-geral da ONU conheceu uma lavoura de cana, uma colheitadeira manual e ainda a produção de álcool e açúcar. Antes de se deslocar entre a lavoura e a destilaria, Ki-moon pulou um buraco, desequilibrou-se e quase caiu.

VALÊNCIA - Integrantes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU reúnem-se a partir de hoje, em Valência, na Espanha, para aprovar um documento que vai sintetizar os três relatórios divulgados este ano pelo órgão - que alertaram para os efeitos do aquecimento global no planeta.

No encontro, que termina no sábado, quando contará com a presença do secretário-geral da ONU, estarão presentes 450 especialistas de 130 governos. Os relatórios, juntamente com a sua síntese, vão formar o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC.

COM EFE

AGENDA

Hoje: Às 12h30 se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Itamaraty, em Brasília

À tarde: Viaja para a região amazônica, onde deve visitar um trecho de floresta e se reunir com autoridades

Amanhã: Viaja para a Europa Sábado: Estará em Valência, na Espanha, onde acompanha a divulgação da síntese do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

A QUESTÃO ambiental entrou finalmente na agenda política, o que não deixa de causar alguma surpresa aos ativistas dos movimentos ecológicos, sobretudo àqueles que militam há mais tempo e se habituaram a ser apodados de utópicos e inimigos do desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos ecológicos foram ganhando credibilidade à medida que a ciência foi demonstrando que os argumentos por eles invocados se traduziam em fatos indesmentíveis -a perda da biodiversidade, as chuvas ácidas, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a escassez de água etc.- que, a prazo, poriam em causa a sustentabilidade da vida na terra.

Com isso, ampliaram-se os estratos sociais sensíveis à questão ambiental e a classe política mais esclarecida ou mais oportunista (por vezes disfarçada de sociedade civil, como é o caso de Al Gore) não perdeu a oportunidade de encontrar nessa questão um novo campo de atuação e de legitimação.

Assim se explica o importante relatório sobre a "conta climática" de um economista nada radical, Nicholas Stern, encomendado por um político em declínio, Tony Blair. Nesse processo foram "esquecidos" muitos dos argumentos dos ambientalistas, nomeadamente aqueles que punham em causa o modelo de desenvolvimento capitalista dominante.

Esse "esquecimento" foi fundamental para a segunda razão do atual boom ambiental: a emergência do ecologismo empresarial, das indústrias da ecologia (não necessariamente ecológicas) e, acima de tudo, dos agrocombustíveis, cujos promotores preferem designar, "et pour cause", como biocombustíveis.

As reservas que os movimentos sociais (ambientalistas e outros) levantam contra esse último fenômeno merecem reflexão, tanto mais que, tal como aconteceu antes, é bem provável que só daqui a muitos anos (tarde demais?) sejam aceitas pela classe política. A primeira pode formular-se como uma pergunta: é de esperar que as indústrias da ecologia resolvam o problema ambiental quando é certo que a sustentabilidade econômica delas depende da permanente ameaça à sustentabilidade da vida na terra?

A eficiência ambiental dos agrocombustíveis é uma questão em aberto. Sua produção usa fertilizantes, polui os cursos de água e é já hoje uma das causas do desflorestamento, da subida do preço da terra e da emergência de uma nova economia de plantação, neocolonial e global.

A segunda reserva diz respeito ao impacto da expansão dos agrocombustíveis na produção de alimentos. Em setembro, o bushel de trigo atingiu preço recorde na Bolsa de

Mercadorias de Chicago. Más colheitas (derivadas das mudanças climáticas), o aumento da procura pela China e a Índia e a produção de agrocombustíveis foram as razões do aumento, e a expectativa é que a subida continue.

O aumento do preço dos alimentos vai afetar desproporcionalmente populações empobrecidas dos países do Sul, pois gastam mais de 80% dos seus rendimentos na alimentação.

Ao decidirem atribuir US\$ 7,3 bilhões anuais em subsídios para a produção de agrocombustíveis, os EUA contribuíram para um aumento (que chegou a 400%) do preço do alimento básico dos mexicanos, a tortilla.

Reside aqui a terceira reserva: os agrocombustíveis podem vir a contribuir para a desigualdade entre países ricos e países pobres. Enquanto na União Européia a opção pelos agrocombustíveis corresponde a preocupações ambientais, nos EUA a preocupação é com a diminuição da dependência do petróleo.

Em qualquer dos casos, estamos perante mais uma forma de protecionismo sob a forma de subsídios à agroindústria e, como a produção doméstica não é de nenhum modo suficiente, é, de novo, nos países do Sul que se vão buscar as fontes de energia. Se nada for feito, repetir-se-á a maldição do petróleo: a pobreza das populações em países ricos em recursos energéticos.

O que há a fazer? Critérios exigentes de sustentabilidade global; democratização do acesso à terra e regularização da propriedade camponesa; subordinação do agrocombustível à segurança alimentar; novas lógicas de consumo (se a eficiência do transporte ferroviário é 11 vezes superior à dos transportes rodoviários, por que não investir apenas no primeiro?); alternativas ao mito do desenvolvimento e numa nova solidariedade do Norte para com o Sul.

Nesse domínio, o governo equatoriano acaba de fazer a proposta mais inovadora: renunciar à exploração do petróleo numa vasta reserva ecológica se a comunidade internacional indenizar o país em 50% da perda de rendimentos derivados da renúncia.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 66, sociólogo português, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). É autor, entre outros livros, de "Para uma Revolução Democrática da Justiça" (Cortez, 2007).

Brasil é 'gigante verde discreto', diz secretário-geral das Nações Unidas – Daniela Antunes – O Globo – Economia – 12/11/2007

JABOTICABAL (SP). O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban KiMoon, afirmou ontem, logo depois de desembarcar no Brasil, que o país é “um gigante verde discreto”. Ele esteve na Usina Santa Adélia, em Jaboticabal (SP), que produz açúcar, álcool e energia elétrica pela queima do bagaço da cana-de-açúcar.

— O mundo não consegue entender como o Brasil chegou a isso (tecnologia dos biocombustíveis). O Brasil é um gigante verde discreto — disse Ki-Moon, explicando que poucos têm conhecimento dos avanços brasileiros no setor. A visita, com duração de uma hora e meia, foi programada pelo Itamaraty a pedido de KiMoon, que declarou estar em processo de aprendizado sobre os problemas climáticos.

O secretário-geral da ONU se disse “vivamente impressionado” com os investimentos brasileiros em energia renovável. O discurso foi pontuado por elogios aos investimentos brasileiros nesse setor. Ao fim da visita, ele ressaltou a preocupação com a segurança alimentar, a derrubada de florestas para cultivo e o impacto das plantações na biodiversidade: — O governo tem de criar um balanço entre os custos sociais e os benefícios da produção de biocombustíveis.

Ki-Moon defendeu um debate para dar voz aos cientistas e o avanço na busca por novas tecnologias que dêem respostas às controvérsias ambientais e sociais.

O secretário-geral disse que passa pelo Brasil a “estrada para Bali”, onde acontecerá uma conferência para definir um novo protocolo ambiental, que sucederá o de Kioto.

Ele mostrou preocupação com a situação dos trabalhadores nas usinas. O Ministério Público do Trabalho investiga a morte de 21 trabalhadores rurais na colheita e um no plantio da cana na região de Ribeirão Preto. O secretário-geral seguiu ontem para Brasília. Hoje ele se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e depois deve visitar o Pará.

Assentamento recebe secretário-geral da ONU – Sítio Eletrônico do MDA – 12/11/2007

A Ilha do Combu recebe, nesta terça-feira (13), a visita do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, que vai ao Pará conhecer comunidades extrativistas e experiências de manejo sustentável dos recursos naturais. Localizada na margem esquerda do Rio Guamá, em frente à orla da capital, Belém, a ilha possui cerca de 1,5 mil hectares e é ocupada por aproximadamente 200 famílias ribeirinhas, que praticam o extrativismo vegetal e a pesca artesanal, como meios de sobrevivência.

Na visita, o secretário-geral da ONU fará um passeio ecológico na ilha, a fim de conhecer um pouco da fauna e da flora características da Região Amazônica.

Mesmo distantes pouco mais de um quilômetro do centro da capital do estado, os moradores do Combu sofreram, ao longo de gerações, com a exclusão social e a pobreza. O problema era causado pela invisibilidade das populações que habitam as áreas de várzea da Região Amazônica diante das políticas públicas.

No entanto, a partir do ano passado, a condição de vida dos ribeirinhos do Combu começou a mudar com a implantação e o desenvolvimento, pelo Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incrá), de um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) em benefício das comunidades residentes naquela ilha.

Com a posse coletiva da terra, característica desse tipo de assentamento, nasceu entre os moradores do Combu a idéia do cooperativismo. Isso garantiu o envolvimento das mais de 100 famílias beneficiadas no desenvolvimento daquele assentamento.

Casa e apoio à produção - No final do ano passado, o Incra investiu no PAE um total de R\$ 777 mil em créditos da reforma agrária. Do montante, R\$ 555 mil são destinados à construção de moradias, enquanto o restante será investido na compra de materiais de apoio à produção.

Em maio deste ano, com a conclusão do Plano de Utilização do Assentamento, elaborado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) e com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), o Incra autorizou o início da construção de 105 casas próprias para os assentados da ilha.

Além, disso, através de sua Superintendência Regional do Incra em Belém, o Incra incluiu em sua programação a construção de sistemas de tratamento e abastecimento de água, além de pequenos ancoradouros, o que irá possibilitar, em um futuro breve, a oferta de água tratada e melhores condições de transporte para as famílias ribeirinhas do PAE Ilha do Combu.

Preservação é prioridade - Assim como os demais 111 Projetos Agroextrativistas criados pelo Incra no Nordeste do Pará – que beneficiam mais de 18 mil famílias ribeirinhas – o assentamento do Combu, por estar instalado em ambiente territorialmente limitado, porém rico em potencial extrativista, conta com um severo protocolo de proteção ambiental.

Nesse sentido, o Incra foi rigoroso nas condições impostas para a aprovação e criação do assentamento, atrelando a sustentabilidade do projeto ao equilíbrio entre desenvolvimento e preservação da biodiversidade.

A produção extrativista de cunho comercial está condicionada à aprovação de plano de manejo por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Além disso, também são proibidas a pesca predatória e a criação de rebanhos no assentamento.

Inclusão socioeconômica pioneira -A inclusão de ilhéus na relação de beneficiários da reforma agrária não é novidade para o Incra no Pará. Em 2004, a partir de um acordo específico com a GRPU, a Superintendência Regional do Instituto em Belém criou os PAEs São João Batista, na ilha Jarumã, e Nossa Senhora do Livramento, nas ilhas Campopema, ambos no Rio Pará, no município de Abaetetuba.

Em pouco menos de um ano, as 326 famílias assentadas nos dois projetos, que somam 694 hectares, receberam mais de R\$ 2,45 milhões em créditos. Isso permitiu a construção de mais de 300 moradias e a compra e reforma de pequenas embarcações pesqueiras, dentre outros equipamentos de apoio à produção.

Lideranças sindicais ampliam o debate sobre territorialidade na Contag – Sítio Eletrônico da Contag – 13/11/2007

Começou nesta segunda-feira (12), na sede da Contag, em Brasília, o *Seminário Nacional de Aprofundamento Temático sobre Desenvolvimento e Territorialidade*. Já na abertura do encontro, o presidente da confederação, Manoel dos Santos, convocou todas as lideranças ligadas as Fetags e aos STTRs a construir a partir do debate encaminhamentos que possam desenvolver os territórios em todo o Brasil.

"Temos que criar mecanismo para que o trabalhador rural possa melhorar o planejamento e comercialização da sua produção", disse Santos. O presidente da Contag ainda destacou a importância de se trabalhar a coletividade com objetivos comuns para melhorar a infra-estruturas dos municípios. "Assim as autoridades locais poderão direcionar as obras que realmente as comunidades necessitam".

Abordagens

À tarde a programação do seminário seguiu com o debate da *Concepção e abordagens de desenvolvimento e territorialidade*. O professor Marcelo Dias, da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG) falou sobre as dificuldades de se entender e desenvolver a questão da territorialidade nos municípios diante de realidades tão diferentes. "A territorialidade está ligada a fatores históricos e leva-se tempo para trabalhar isso nas comunidades", disse Dias.

Em seguida, o presidente da Contag, Manoel dos Santos falou sobre *O PADRSS e a estratégia de territorialidade*. Depois de fazer um relato sobre a construção da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Contag, Santos reforçou que é preciso planejar o processo de desenvolvimento territorial em conjunto com outros movimentos e esferas do poder locais. "Precisamos assumir a nossa parte dos territórios e avançar nas discussões na base".

O *Seminário Nacional de Aprofundamento temático sobre Desenvolvimento e Territorialidade* termina dia 14/11, quarta-feira, na Contag.

Agência Contag de Notícias

'Imobilismo sobre clima é criminoso' - AP, EFE E REUTERS – Estado de São Paulo – Vida & - 13/11/2007

Secretário da ONU afirma que políticos precisam agir para evitar catástrofes a partir das mudanças climáticas

O secretário-geral da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, disse ontem que deixar de agir para evitar as mudanças climáticas perigosas seria “criminosamente irresponsável”. A frase foi endereçada a cientistas e delegados de 130 países reunidos na Espanha para chegar a uma síntese do último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

“A falha em reconhecer a urgência dessa mensagem e em agir seria, no mínimo, criminosamente irresponsável”, disse De Boer. “As mudanças climáticas já começaram a golpear com mais intensidade os países mais pobres e mais vulneráveis.” Segundo ele, “não atuar constituiria um ataque direto contra os mais pobres entre os pobres”.

O grupo precisa condensar, em um documento com cerca de 30 páginas, o que o IPCC descreve em mais de 2 mil: o agravamento do efeito estufa e, por consequência, do aquecimento global, a responsabilidade do homem no processo, as consequências da alteração e possíveis caminhos para remediá-la - tudo isso em uma linguagem adequada aos políticos de todo o mundo.

Um rascunho analisado pelos participantes antes da reunião explicita quais atividades humanas provocaram o aumento da temperatura do globo e indica que o corte da emissão de gases-estufa é necessário para evitar mudanças perigosas do clima. Também afirma que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco, assim como ele é agora evidente a partir das observações feitas do aumento das temperaturas médias do ar e dos oceanos, do derretimento da neve e do gelo e do aumento do nível do mar”.

O secretário-geral adjunto da Organização Meteorológica Mundial, Yan Hong, defendeu reforçar os serviços nacionais de meteorologia, já que eventos extremos representam mais de 90% das catástrofes naturais. Os fenômenos, diz Hong, terão impacto em todos os países, mas principalmente nos menos desenvolvidos, cuja capacidade de se adaptar à mudança climática é “mais limitada”, já que dependem dos recursos naturais para sua subsistência.

IMPACTOS - Os dados científicos já foram reconhecidos pelas delegações em três reuniões que aconteceram no primeiro semestre. O que será debatido agora é a forma como serão apresentados e se algum item receberá mais atenção do que outro.

Ambientalistas acusam as delegações de tentar reduzir o peso de informações vitais para adequar o documento a suas agendas domésticas. O presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, afirmou que os cientistas estão determinados a “manter os padrões de qualidade” no último relatório.

O primeiro impacto do texto, a ser divulgado no sábado, será sentido na 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, que acontecerá em dezembro. Ele será usado nos debates sobre a resposta política que os países precisam dar às mudanças climáticas.

Grupo vota destino de prêmio - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 13/11/2007

O secretariado do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) propôs que o dinheiro recebido pela Fundação Nobel, pelo Prêmio Nobel da Paz de 2007, seja investido na difusão de informações sobre o tema em países pobres. O grupo divide cerca de R\$ 2,8 milhões com o ex-vice-presidente americano Al Gore, que já recebeu o Oscar pelo documentário Uma Verdade Inconveniente, que trata da crise climática.

A proposta é que o dinheiro “seja usado para apoiar atividades de disseminação de informação em países em desenvolvimento, particularmente aqueles que têm mais chance de encarar os piores impactos das mudanças climáticas”. A idéia é capacitar essas nações com os dados do Quarto Relatório de Avaliação sobre o Clima, divulgado neste ano pelo painel, para que governos e comunidades se capacitem.

O plano será votado na reunião do IPCC que acontece até o final da semana em Valência, na Espanha. Se aprovado, um grupo de trabalho será formado para desenhar um plano de ação em conjunto com o presidente do IPCC, que, por sua vez, será submetido na próxima reunião do grupo de cientistas. A entrega do prêmio acontece em 10 de dezembro, em Oslo, na Noruega.

Nada como um DiCaprio depois de um Al Gore - Marcos Sá Corrêa* - Estado de São Paulo – 14/11/2007

A pergunta veio, de chofre, por ligação interurbana: “Não acha que é pura mania de imitação as pessoas, aqui no Rio Grande do Sul, pararem de jogar o palito do picolé na praia depois de ver um filme americano?”

O americano, claro, só podia ser Al Gore, que ganhou o prêmio Nobel da Paz neste ano. E o filme, seu documentário Uma Verdade Inconveniente, que içou na internet uma penca de histórias como a de Charles Whitwam, o dono de uma transportadora que agora usa biodiesel em seus caminhões, e Gary Durnham, o cético de Nashville que, aos 71 anos, passou a bater de porta em porta na cidade como pregador ambiental.

Whitwam e Durnham pertencem à lista dos “heróis climáticos” de Gore, gente que se converteu à conservação dos recursos naturais depois de encarar na tela a tal verdade

inconveniente. Em princípio, não é preciso ser brasileiro para imitar americano. Logo, todo gaúcho que deixou de jogar na praia o palito do picolé estava em boa companhia naquele debate promovido dias atrás por uma rádio de Porto Alegre. Mas, apanhado de surpresa, com o locutor avisando que o telefonema estava no ar, o jeito foi sair pela tangente: “Americano por americano, é melhor imitar o Al Gore do que o George W. Bush”.

Seria mais fácil responder se a pergunta chegasse nesta semana, no lançamento de A Última Hora, nova superprodução da temporada de catástrofes climáticas. Como filme, não tem o peso do depoimento de Gore. Mas ganha em leveza, com a narração de Leonardo DiCaprio. O ator, fora os outros trunfos, pode passar aqui por uma espécie de gaúcho honoris causa, depois do longo namoro com Gisele Bündchen. E não tem papas na língua para dizer que salvar a Terra é mantê-la bonita.

O filme de DiCaprio desembarcou no Brasil escoltado por dois selos de seriedade ambiental, o da Fundação Boticário e o do Instituto Akatu. Invoca o testemunho de políticos e cientistas. Conjura tempestades em seus 90 e poucos minutos de projeção. Mostra desde o Furacão Katrina devastando o sul dos Estados Unidos a ursos polares fuçando lixo no Ártico. Descreve uma “convergência de crises” produzindo 150 milhões de “refugiados do clima”.

Mas não deixa o público sair da platéia com a impressão de que a luz não vai acender no fim do espetáculo. Há cenas de sobra com crianças colhendo nas mãos a água limpa da chuva e um convite explícito para fazer alguma coisa por “este singular planeta azul”. Isso, dito por DiCaprio, deve ter lá seu poder de persuasão.

FIM DE MONÓLOGO -E é melhor um Leonardo DiCaprio na mão do que dois ornitólogos voando. Os assuntos do meio ambiente estão ficando complicados demais para ser conversa só de ambientalista. Precisam de ar livre. Foi um pintor chamado George Catlin que inventou no século 19 os parques nacionais, provavelmente a idéia mais prática que o mundo já teve sobre conservação da natureza.

Os filmes são bons sinais. Como os anúncios quase diários de que mais um banco, uma fábrica de automóveis ou uma companhia de aviação resolveu seqüestrar carbono, sejam quais forem seus motivos. Acabou o monólogo da ministra do Meio Ambiente - que, aliás, ultimamente anda mesmo meio calada. * **É jornalista e editor do site O Eco (www.oeco.com.br)**

Não agir no clima é crime de responsabilidade, diz ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 13/11/2007

DA ASSOCIATED PRESS - A reunião do painel do clima da ONU encarregada de produzir a síntese de um relatório crucial sobre o aquecimento global começou ontem na Espanha com um aviso aos governos: falhar em agir para conter a mudança climática é uma "irresponsabilidade criminosa".

O recado veio de Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU. Ele abriu o encontro do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática) com delegações de 145 países em Valencia.

No sábado, o painel do clima (que ganhou o Prêmio Nobel da Paz deste ano) divulgará um resumo de cerca de 30 páginas do AR4, seu Quarto Relatório de Avaliação, um tijolo de mais de mil páginas compilado por 2.500 cientistas e que contém o estado da arte do conhecimento humano sobre o clima. Sumários executivos dos três volumes do relatório haviam sido divulgados em fevereiro, abril e maio deste ano.

De Boer disse que o IPCC já estabeleceu que gases de efeito estufa produzidos por atividades humanas já mudaram o clima da Terra.

Todos sentirão o efeito das mudanças climáticas, afirmou, mas elas atingirão mais os países pobres e "ameaçarão a própria sobrevivência" de alguns de seus habitantes. "Falhar em reconhecer a urgência dessa mensagem e agir de acordo com ela não seria nada menos do que uma irresponsabilidade criminosa", declarou De Boer.

O presidente do IPCC, Rajendra Pachauri, disse que os cientistas estavam determinados a "aderir a padrões de qualidade" no relatório-síntese -uma alfinetada nas delegações políticas, que foram acusadas de tentar diluir o tom dos sumários publicados anteriormente.

Marina Silva e secretário-geral da ONU prometem defesa conjunta pela Amazônia - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 13/11/2007

Debaixo da sombra de uma samaúma (a árvore chamada de "rainha da floresta"), a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reforçaram o compromisso de lutar juntos pela defesa da Amazônia. Nesta terça-feira (13), os dois participaram de uma visita à ilha Combu, em Belém (PA), que abriga mil famílias que vivem do extrativismo sustentável.

A ministra enalteceu a importância da ida do secretário-geral à Amazônia. "As populações locais estão aqui para reconhecer a grande contribuição política que o senhor está dando", disse a ministra. Depois de agradecer as ações do governo brasileiro, Ki-moon

afirmou: "como secretário das Nações Unidas, eu posso assegurar o nosso forte comprometimento de trabalhar com vocês".

Além das comitivas da ministra e do secretário-geral, participaram da visita a governadora do Pará e representantes de comunidades de povos tradicionais da Amazônia. Atanagildo Matos, do Conselho Nacional de Seringueiros, e Marcos Apurinã, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), também ressaltaram a importância do apoio do secretário-geral na defesa da floresta amazônica.

Referindo-se aos indígenas e ribeirinhos, Ki-moon afirmou que são eles "os pioneiros na preservação da floresta". Ele aproveitou ainda a oportunidade para citar parte da conversa que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda-feira (12), em Brasília. "Eu fiquei muito encorajado ao conversar com o presidente Lula sobre o seu forte compromisso em não usar essas terras (da Amazônia) para a produção de alimentos", afirmou o secretário.

Ainda debaixo da samaúma, Marina Silva lembrou as três propostas feitas ao secretário-geral na reunião de trabalho realizada na segunda-feira (12): a criação de um regime internacional de acesso que assegure o pagamento às comunidades tradicionais pelo uso dos componentes da biodiversidade; incentivos aos países que combatem o desmatamento e evitam emissões de CO₂; e apoio à agenda de governança ambiental para criar mecanismos de transferência de tecnologias e recursos, a fim de unir os conhecimentos científicos e das populações tradicionais.

Antes da visita à ilha de Combu, a ministra e o secretário-geral estiveram no Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição fundada em 1866 para desenvolver estudos e pesquisas sobre a floresta amazônica. No local, há uma grande variedade de espécies vegetais e animais. Marina e Ki-moon plantaram uma muda de dendê-do-pará e outra de copaíba.

As comitivas seguiram para a ilha Combu de barco, navegando pelas águas da baía de Guajará. De um lado da margem, avistavam a Belém urbana, com seus prédios e casas. Do outro, observavam a Belém insular, que mantém praticamente intacta a vegetação nativa da Amazônia, onde reina a samaúma.

País manterá ênfase no biodiesel, diz Lula a secretário -geral da ONU - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 13/11/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, que a descoberta da nova bacia de petróleo e gás em Santos não vai mudar a ênfase do governo brasileiro em relação ao biodiesel. Durante recepção no Palácio do Itamaraty, Ki-Moon fez questão de cumprimentar o presidente brasileiro pela descoberta que poderá inserir o país no rol dos grandes produtores de petróleo mundiais. "Independentemente de passarmos a ser exportadores de petróleo, nosso interesse em biocombustíveis continuará o mesmo", disse Lula, segundo relato do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Para Lula, o biodiesel será a alternativa de um combustível limpo para o futuro. Chegou várias vezes a afirmar que o "Brasil está plantando petróleo". Diante do secretário-

geral da ONU, o presidente brasileiro assegurou que a nova matriz energética será importante "não apenas para quem depende da bioenergia, mas também para quem depende e vende petróleo".

Ki-Moon voltou a classificar o Brasil como um elemento importante nas discussões sobre meio ambiente. Em dezembro, haverá uma conferência da ONU sobre aquecimento global em Bali, na Indonésia, para, entre outros temas, discutir alternativas para o término do Protocolo de Kyoto, marcado para 2012. O secretário-geral da ONU reconheceu que "o caminho para Bali passa por Brasília".

De acordo com Amorim, Lula reforçou os argumentos apresentados em Nairóbi, no Quênia, defendendo a concessão de incentivos para os países que diminuam o desmatamento. Ki-Moon afirmou que o Brasil é "um gigante verde tranquilo". O sul-coreano acaba de fazer, dentro da agenda de aquecimento global, um "tour" pela África, Ártico, Chile, passando pela floresta amazônica. Ficou impressionado com a questão do desmatamento. Em relação aos biocombustíveis brasileiros, mostrou cautela, lembrando que, ao lado de uma matriz menos poluente, ainda caminham problemas sociais e ao meio ambiente.

Fugindo das questões ambientais, Lula insistiu na aceitação do Brasil como integrante do Conselho de Segurança da ONU. Para o presidente, a ONU poderá perder a credibilidade se mantiver a mesma estrutura que tinha quando da sua criação, em 1945. "A geopolítica atual está diferente", afirmou Amorim. No encontro, o presidente brasileiro chegou a sugerir a criação de um grupo consultivo, informal, de líderes mundiais para agir em caso de crises internacionais.

Lula chegou a citar, como exemplo de atuação desse grupo, a busca de saídas para a crise do Oriente Médio. "Apesar de sabermos que existem novas tentativas de acordo, em alguns momentos é importante um ar novo nas negociações. E isso, na maioria das vezes, é possível com a presença de interlocutores novos." Segundo relato de interlocutores, Lula chegou a dizer que os Estados Unidos não teriam condições de colocar esse "ar novo" nas conversas. "Como é possível os Estados Unidos criarem um problema (conflito entre palestinos e israelenses) e depois quererem ser os mediadores da paz?", questionou o presidente.

O secretário-geral da ONU anotou as ponderações de Lula, mas não teceu comentários. Brincou, contudo, que tinha ficado impressionado com a quantidade de helicópteros que sobrevoam a cidade de São Paulo e solicitou que o país contribua com "apoio logístico" para a guerra civil no Darfur. O Exército brasileiro chegou a oferecer, segundo relato da ONU, "um hospital completo", mas as negociações não avançaram.

Em relação às pesadas críticas feitas pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chamando o ex-primeiro ministro espanhol José Maria Aznar de fascista, e o rei Juan Carlos, da Espanha, de golpista, silêncio total. Ki-Moon afirmou que teria sabido da confusão pelos jornais. "No almoço tinha muita gente, se alguém comentou o assunto eu, sinceramente, não ouvi", desconversou Amorim.

Empresas de energia buscam lucro com crédito de carbono - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 14/11/2007

Eletrobrás prepara oferta de 2,7 milhões de toneladas para o próximo ano

A estatal do setor elétrico Eletrobrás vai entrar firme no mercado de créditos de carbono. A empresa prepara para os próximos meses uma oferta de créditos correspondentes a 2,7 milhões de toneladas de gases de efeito estufa que deixaram de ser lançados na atmosfera, referentes aos 138 projetos de energia limpa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A iniciativa vem no rastro do sucesso do leilão de créditos de carbono feito pela Prefeitura de São Paulo na BM&F em setembro. Na ocasião, a prefeitura conseguiu arrecadar R\$ 34 milhões com a oferta de 808 mil toneladas de carbono. Os créditos foram arrematados a 16,20 a tonelada pelo banco holandês Fortis Bank. A disputa atraiu grupos do porte de ABN Amro, Goldman Sachs e Merrill Lynch.

No caso da Eletrobrás, os créditos seriam provenientes da quantidade de gases poluentes que deixaram de ser emitidos nos processos de geração de energia elétrica usando fontes como biomassa (queima do bagaço da cana), eólica (ventos) e em pequenas centrais hidrelétricas. “Somando os projetos, são cerca de 3.200 MW produzidos com baixa emissão de carbono, o que nos habilita a ofertar esses créditos no mercado”, diz Sebastião Florentino da Silva, coordenador-geral do Proinfa.

A empresa deve definir em breve como venderá os créditos, mas deverá fazer a oferta em três ou quatro lotes. “Estamos analisando a hipótese de fazer um leilão em bolsa, pois é um modo mais transparente de acessar esse mercado”, diz. O preço alcançado no leilão realizado na BM&F, em setembro, de 16 a tonelada, encorajou a empresa a acelerar a oferta.

A oferta da Eletrobrás será uma das maiores já realizadas desde que o mercado de créditos de carbono começou a vigorar, após a ratificação do Protocolo de Kyoto, em fevereiro de 2005, e deve render à estatal cerca de R\$ 130 milhões.

POTENCIAL - O leilão realizado na BM&F demonstrou a viabilidade financeira desse mercado, que, segundo estimativas do BNDES, tem potencial para movimentar US\$ 1,2 bilhão até 2012 no Brasil. E as empresas de energia estão descobrindo que podem obter lucros com esse mercado.

A CPFL Geração, empresa do grupo CPFL Energia, realizou no mês passado uma venda de créditos referentes a 30,5 mil toneladas de CO₂ não emitido para a SSE Energy Suplly Limited, empresa escocesa de energia. Com o negócio, embolsou R\$ 1,13 milhão. Os créditos negociados referem-se a atualizações feitas em sete pequenas centrais hidrelétricas no interior de São Paulo. “Com isso, conseguimos tornar as usinas 40% mais

produtivas, sem novas áreas alagadas e sem danos ao meio ambiente”, diz Wilson Ferreira Junior, presidente da CPFL Energia.

A venda animou a empresa, que está preparando três novas ofertas. Uma delas será de créditos referentes a 134 mil toneladas de carbono da Usina de Monte Claro, em Veranópolis (RS). Nesse caso, o critério adotado para se pleitear os créditos de carbono é a relação potência/área alagada. Quanto mais produtiva a usina, mais apta está a ofertar créditos no mercado. “Não tenho dúvidas de que o mercado de carbono está se consolidando”, diz Ferreira.

De olho nesse mercado, a AES Tietê, que tem 10 usinas no interior de São Paulo, desenvolveu uma metodologia para oferecer créditos no mercado internacional com base em um programa de reflorestamento de matas ciliares. O projeto, aprovado pela ONU, permitirá à AES Tietê reflorestar com espécies nativas cerca de 5,7 mil km de bordas de reservatórios (cerca de 10 mil hectares) no entorno de suas hidrelétricas.

Com o aval da ONU, a empresa se prepara para fazer as primeiras ofertas. Se atingir a meta de reflorestar os 10 mil hectares previstos, a empresa terá cacife para ofertar créditos referentes a nada menos que 3 milhões de toneladas de carbono, “seqüestrado” pelas árvores. “Desse total, já reflorestamos 1.450 hectares, o que nos habilita a fazer a primeira oferta já no ano que vem”, diz Demóstenes Barbosa da Silva, diretor de gestão ambiental e créditos de carbono da AES Brasil. “O mercado de carbono é um meio de frear as mudanças climáticas sem retrair a economia dos países em desenvolvimento.”

MERCADO DE CARBONO

Protocolo de Kyoto: Segundo o acordo global de combate às mudanças climáticas, os países ricos podem compensar parte de sua poluição comprando créditos de carbono dos países sem metas de redução de suas emissões, caso do Brasil, China e Índia

Negociação: Os créditos de carbono são títulos negociados no mercado internacional

Projetos: Para operar nesse mercado, as empresas devem formular projetos de desenvolvimento limpo, que retiram carbono da atmosfera, como reflorestamento e energias limpas. Os projetos são submetidos à aprovação da ONU

Ban diz que vai trabalhar pela floresta – Cíntia Acayaba – Folha de São Paulo – Brasil – 14/11/2007

Secretário-geral da ONU declara que Amazônia "é um bem de toda a humanidade" - Para a ministra Marina Silva, a visita do dirigente das Nações Unidas ao país contribui "para os esforços brasileiros de preservar seu ambiente"

DA AGÊNCIA FOLHA - Em seu terceiro e último dia de visita ao Brasil, o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Ban Ki-moon, afirmou ontem que a entidade vai trabalhar em conjunto com o governo e a população brasileira em defesa da Amazônia.

Na ilha Combu, a cerca de 30 minutos do centro de Belém, o secretário-geral das Nações Unidas -acompanhado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e da governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT)- recebeu lideranças de comunidades locais que pediram ajuda da ONU para a manutenção do extrativismo sustentável.

Ao se reportar aos líderes indígenas e ribeirinhos, Ban disse que são eles "os pioneiros na preservação da floresta" e declarou que a floresta amazônica "é um bem de toda a humanidade e devemos preservá-la".

A ministra Marina Silva, por sua vez, disse que a presença de Ban reforça "os esforços brasileiros de preservar seu ambiente". Ela pediu a adoção de medidas concretas para conter as mudanças climáticas e disse esperar que os países que se beneficiam dos produtos da Amazônia também possam contribuir para sua preservação.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Meio Ambiente, Ban aproveitou para citar parte da conversa que teve com o Lula, anteontem, em Brasília. O secretário-geral disse que ficou "muito encorajado" ao conversar com Lula sobre seu "compromisso" em não usar terras da Amazônia para a produção de alimentos.

Marina repetiu os pedidos feitos anteontem: criação de regime internacional que assegure o pagamento às comunidades tradicionais pelo uso de componentes da biodiversidade, incentivo a países que combatem o desmatamento e evitam emissões de CO2 e apoio para criar mecanismos de transferência de tecnologias e recursos entre os países. *(CÍNTIA ACAYABA)

MDA/RO inicia conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Rondônia (MDA/RO) inicia no próximo dia 26 o ciclo de conferências territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (veja calendário abaixo). Esses encontros são preparatórios para as conferências estadual e nacional, que acontecerão em 2008.

Ao todo, serão sete conferências territoriais no estado. A proposta de realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário (I CNDRSS) divide o evento em diversas fases, que são regionalizadas em etapas territoriais, municipais, intermunicipais e estadual.

O objetivo é formular uma política nacional de desenvolvimento sustentável para o meio rural que contemple todas as forças sociais e as diversidades regionais. O tema do evento nacional – Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade – explicita essa perspectiva.

Calendário dos encontros no estado

Data	Território	Cidade sede da conferência
26 e 27/11	Madeira-Mamoré	Porto Velho
03 e 04/12	Vale do Juary	Ariquemes
03 e 04/12	Vale do Guaporé	Seringueiras
05 e 06/12	Central	Ouro Preto do Oeste
05 e 06/12	Zona da Mata	Rolim de Moura
07 e 08/12	Rio Machado	Cacoal
07 e 08/12	Cone Sul	Colorado do Oeste

Marina Silva participa de encontro sobre Desenvolvimento Sustentável em Israel - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 14/11/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participa na próxima semana, em Israel, da Conferência Internacional sobre Liderança da Mulher para o Desenvolvimento Sustentável. O encontro, com plenárias em Jerusalém e Haifa, é promovido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Centro de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores de Israel (Mashav) e Centro Internacional de Capacitação Golda Meier Monte Carmel.

Na segunda-feira (19), a ministra preside o painel Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável, que irá discutir três temas: o impacto da globalização na produção e padrões de consumo e no meio ambiente - aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento sustentável; as implicações da degradação ambiental para os papéis de reprodução, produção e lideranças femininas; e ainda a inclusão de uma perspectiva de

gêneros para políticas de proteção ambiental - florestas, água, terra, biodiversidade e gerenciamento de recursos.

A abertura oficial do evento acontece no domingo à noite, com a participação da ministra das Relações Exteriores de Israel, Tzipi Livni; da representante do secretário-geral das Nações Unidas, Asha Rose Migiro, e do chefe do Mashav, embaixador Haim Divon.

Marina quer que petróleo financie meio ambiente - Rui Nogueira – Estado de São Paulo – Vida & - 15/11/2007

Ministra surpreende colegas em reunião convocada por Lula e sugere aplicação de royalties para criação de fundo de combate ao aquecimento

A Petrobrás ainda não sabe nem como nem quando vai começar a explorar o megapóço de petróleo de Tupi, mas a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, surpreendeu ontem a equipe econômica com uma proposta especial durante uma reunião convocada pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na reunião, para tratar do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e preparar o governo para a 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, marcada para o próximo mês, em Bali (Indonésia), a ministra propôs a criação de um fundo especial com parte do dinheiro da fatura de impostos e royalties que o governo federal vai arrecadar da indústria de exploração e exportação de petróleo. O fundo serviria para financiar soluções de combate ao desmatamento e ao aquecimento global, contribuindo assim para a estabilização climática.

Além da criação do fundo, ficou decidido na reunião que o governo vai formar um comitê interministerial só para propor soluções e, ao mesmo tempo, monitorar a execução de cada uma das medidas implementadas. A criação do fundo com dinheiro dos royalties do petróleo não foi rejeitada - a descoberta de Tupi foi anunciada oficialmente na semana passada, e o poço pode ter entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de óleo.

O Estado apurou com dois dos ministros que participaram do encontro de ontem que o Planalto fez apenas uma ponderação: que antes de criar o fundo fosse constituído o comitê interministerial para que ficasse claro onde e como o dinheiro dos royalties será investido. O Planalto vai continuar a discutir as propostas da ministra Marina Silva, mas a intenção é que o governo chegue com algumas decisões “concretas e surpreendentes” à reunião de Bali. Há uma grande expectativa sobre o que os delegados brasileiros vão dizer na Indonésia porque, na abertura da Assembléia-Geral da ONU, em setembro passado, em Nova York, o presidente Lula disse que o enfrentamento dos problemas climáticos também é de responsabilidade dos países emergentes.

Relatório político do painel da ONU sobre clima não citará Amazônia - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007

Floresta fica fora do texto de amanhã para evitar alusão ao Brasil como responsável direto por destruição ambiental

O impacto do aquecimento global sobre a Amazônia não constará do relatório-síntese que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) vai apresentar amanhã, em Valência, na Espanha. O texto vem sendo apreciado desde segunda-feira por cientistas do painel e por 130 delegações nacionais, que exercem um forte contrapeso político nas discussões. Ao não citar a maior floresta natural do mundo no texto, as delegações tentam evitar a alusão ao Brasil como um responsável direto pela destruição ambiental e pelo aquecimento do planeta.

O relatório-síntese que vem sendo preparado na Espanha é o resumo dos três sumários elaborados em fevereiro, abril e maio, em Paris, Bruxelas e Bangcoc. A repercussão pública internacional desses documentos levou o IPCC a receber o Prêmio Nobel da Paz 2007, ao lado do ex-vice-presidente norte-americano Al Gore. Mesmo com alta credibilidade científica, no entanto, o painel é marcado pelo jogo de pressões políticas, no qual cada país tenta minimizar a destruição ambiental em curso em suas fronteiras. É esse ponto que explica a supressão do termo Amazônia. A eventual referência ao desflorestamento e à savanização da floresta amazônica, quase integralmente situada no Brasil, poderia ser tomada como crítica direta ao governo brasileiro. E o IPCC não faz ponderações políticas em seus relatórios. “A citação à Amazônia não consta do esboço em discussão em Valência”, confirmou ao Estado Thelma Krug, membro do conselho do IPCC e secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, que participou da elaboração dos textos anteriores e recebeu o esboço do atual relatório. “Singularizar a Amazônia seria implicar o Brasil e abriria espaço para a conotação de que só a Amazônia tem importância no processo de aquecimento global.”

Para os delegados governamentais, mencionar a floresta brasileira é diferente de citar o derretimento das calotas polares do Ártico, a fragilidade das ilhas, as chances de tempestades na Ásia ou a superexposição da África, referências mais genéricas, sem implicações nacionais - e que ainda podem constar do texto de amanhã. “Não ser prescritivo do ponto de vista político é uma das obrigações do painel. O IPCC precisa ser neutro”, disse Thelma. “A referência até poderia constar, mas só se o relatório fosse específico ao citar as vulnerabilidades regionais ao aquecimento global, mas não será o caso.”

SUPERFICIALIDADE - A supressão dos dados regionais de destruição ambiental pode tornar o relatório mais superficial, um problema também verificado no texto de Bangcoc. O documento de amanhã deve ser a base das discussões da Convenção Mundial do Clima, que será realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Bali, na Indonésia, em dezembro. Nos três primeiros relatórios do painel, apenas no texto do Grupo de Trabalho II, sobre impacto regional do aquecimento global, a referência à Amazônia foi feita.

O papo furado ambiental - Por Ricardo Neves – Valor Econômico – Cultural -
16/11/2007

Vamos imaginar que a seleção brasileira ao disputar a próxima Copa do Mundo resolvesse assumir a bandeira da responsabilidade socioambiental. Imagine que o Dunga tivesse de deixar de lado o critério tradicional de convocar-os-melhores-talentos-com a bola e tivesse de escolher uma seleção que agradasse a critérios sociais e também fosse menos lesiva ao meio ambiente.

No equacionamento da questão social, inicialmente podemos pensar em começar com a criação de cotas étnicas. No caso da seleção brasileira, isso significa que brancos e índios precisam ser mais incluídos socialmente. Afinal, temos de desconstruir esse preconceituoso pensamento popular que apregoa que seleção brasileira boa é aquela na qual a maioria dos nossos craques é negra. Deveremos também começar a nos preocupar em reduzir a exclusão social que impede que classe média alta e riquinhos, que são em geral mais ruins de bola do que a meninada da baixa renda, entrem em campo. Afinal, a turma dos mauricinhos e intelectuais só consegue espaço quando é dona da bola. Não podemos tampouco negligenciar a exclusão social expressa no slogan "futebol é coisa de macho". Assim, precisamos de cotas também para homossexuais, travestis e transexuais. E, claro, não podemos esquecer que já é tempo de promover a integração para portadores de deficiências físicas, portanto algumas vagas são desejáveis se nossa seleção quiser se destacar como politicamente correta.

Do ponto de vista ambiental, a seleção deve começar contratando uma consultoria que faça um levantamento do impacto ambiental da atividade esportiva. Certamente as viagens, a concentração, o calendário e a forma com que estádios serão utilizados, tudo isso deve ser objeto de EIA/Rimas, que devem considerar tanto aspectos locais quanto globais, causados pela prática do futebol. Afinal, até concerto de rock do Al Gore já foi acusado de provocar aumento da produção de CO₂.

Dentro dessa perspectiva da responsabilidade social, a camisa da seleção deve ter algum tipo de mensagem ética que inspire um consumo mais responsável e racional do futebol como forma de entretenimento, da mesma forma que ocorre com o consumo do álcool e do tabaco. Afinal, já dizia o velho ditado de esquerda que o futebol é o ópio do povo. Além disso, como já reconhecem as mulheres há muito tempo, o hábito masculino de passar os fins de semana inteiros em frente da TV vendo esportes contribui seriamente para o aumento do sedentarismo, da obesidade e para a redução da capacidade masculina de raciocinar. Algo como mensagens do tipo "torça com moderação".

Não sei se essa fórmula nos levaria a ser mais competitivos na Copa. Mas podemos fazer um lobby na Fifa para aperfeiçoar o regulamento de forma a criar uma pontuação que reflita a responsabilidade socioambiental das seleções.

Essa brincadeira, que pode parecer politicamente incorreta, é só para chamar a atenção para algo que, a meu ver, está fora de foco: a responsabilidade socioambiental corporativa. Vejo muita gente esclarecida e bem-intencionada dizendo que as empresas agora têm um triplo "bottom-line". Agora, devem se esforçar também para produzir um balanço social e ambiental positivo. Em outras palavras: empresa que foca em lucro é uma besta-fera troglodita e desumana.

Vamos com calma. Não vamos fazer marketing enganoso. Negócios são um jogo altamente competitivo. A tal ponto que a inovação que as empresas buscam é sempre, no fim das contas, uma maneira de conquistar um diferencial competitivo que sirva como um monopólio virtual e temporário, que é o sonho de qualquer empresa e só é possível em

mercados onde os consumidores são mantidos em cativeiro e a concorrência é indevidamente imobilizada.

O objetivo de uma empresa em uma sociedade aberta e democrática é, dentro do respeito estrito das leis, prestar um serviço ou fabricar um produto e lucrar com isso. Uma empresa não tem de ter cara de boazinha e ficar se preocupando em divulgar balanços sociais falando quantos portadores de deficiência são seus empregados, exaltando o percentual de mulheres em cargos de chefia, ou quanto se gasta em filantropia ou em parcerias feitas com ONGs. Empresa não é instituição de caridade, tampouco de assistência social. Empresa não é governo nem ONG.

Empresa existe para dar lucro aos seus acionistas, donos e empregados, sem subsídios de governos, sem conseguir negócios na base da propina. Se uma empresa polui fora dos padrões permitidos pela lei, ela deve ser multada, deve recuperar o dano ambiental ou deve ser fechada. Uma empresa incapaz de concorrer em um mercado aberto, que não tenha capacidade de atrair os melhores talentos que a tornem competitiva e lucrativa, que viole leis ambientais, fiscais, de competição não tem direito a existir. Por mais que os seus balanços sociais sejam lindos e maravilhosos.

A história das corporações de negócios tem mostrado que são justamente as mais controversas empresas as que mais levantam o argumento da responsabilidade social corporativa. Empresas petrolíferas, a indústria do tabaco, fast-food, megaempresas que esmagam a concorrência e destroem a fina tessitura urbana de onde se instalam, essas são seguramente as que gastam os maiores orçamentos em ações e atividades de propaganda, publicidade, relações públicas e marketing de relacionamento. Não sejamos cínicos. Isso acaba sendo uma atitude construída para dizer à sociedade: "Olha, somos grandes e lucrativos, mas não somos tão maus quanto parecemos."

Neste início de novos bravos tempos digitais, vivemos um mundo de competição globalizada de tal forma que qualquer coisa, sem exceção, pode ser feita de forma mais barata, mais rápida e com maior qualidade quando feita pela iniciativa privada. Não há mais razão para governos serem provedores de serviços de energia, serviços financeiros e bancários, de telecomunicações, tecnológicos, postais, de mídia e comunicação; governos não têm de fabricar coisas ou de operar e construir infra-estrutura, nem meios de transporte, sejam aeroviários, rodoviários ou ferroviários etc.

Neste contexto do mundo atual, empresas públicas e estatais, de forma geral, perderam qualquer razão de existir. Neste contexto, sou um privatista feroz. Mas não advogo uma visão de que o setor privado deve ser visto com leniência pela sociedade. Ficar clamando por mais ética nos negócios é conversa de sacristão. Nós, seres humanos, somos essencialmente jogadores. Nossas atividades sociais são, no fundo, jogos que devem seguir leis e regras. De preferência, simples e poucas, com punição assegurada no caso de transgressão. Olhe para o futebol: mesmo craques, como Maradona, vão fazer gol de mão e, como Pelé, darão cotoveladas se não estiverem sendo monitorados e punidos.

A governança corporativa, sim, é ponto capital. A obrigação de passar informações fidedignas ao mercado sobre suas operações e planos do ponto de vista mercadológico, econômico, financeiro e fiscal não deve, em nenhuma hipótese, ser confundida com o papo de responsabilidade socioambiental. Causas são objeto e missão de organizações sem fins lucrativos, as ONGs; políticas e interesse público para a sociedade como um todo são objeto e missão de governo e suas organizações. Empresas não são boazinhas nem más. Qualquer tentativa de transformar empresas em pessoas jurídicas simpáticas é objeto de "branding" e de ações de propaganda, publicidade e relações públicas. Empresas são

organizações inventadas para produção econômica e devem ser vistas como tal. Ponto. Mais do que isso é papo para enganar o consumidor e pessoas de boas intenções e boa-fé.

Ricardo Neves é consultor e autor de "Copo pela Metade" (Campus/Elsevier) e "Pegando no Tranco" (Senac Rio)

'Subsídio ambiental' tem apoio das Nações Unidas - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) defende claramente que os agricultores sejam remunerados para proteger o meio ambiente, como uma forma de garantir que a crescente demanda por alimentos e bioenergia não destrua o planeta.

Os agricultores são os principais gestores dos recursos naturais do mundo. Exploram 5 bilhões de hectares de uma superfície total de 13 bilhões. Assim, destaca a FAO, a agricultura pode tanto provocar a degradação de solos, recursos hídricos, ar e recursos biológicos, como melhorá-los. Tudo depende das decisões tomadas por 2 bilhões de pessoas que vivem da agricultura, pecuária, pesca e exploração das florestas.

"O desafio é convencer os agricultores a limitar os efeitos negativos de seu modo de produção, ao mesmo tempo em que respondem à crescente demanda por produtos alimentares", destaca a entidade em relatório publicado ontem em Roma.

As regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) permitem que os governos dêem subsídios para que seus agricultores protejam o meio ambiente sem perder renda. O mecanismo vem sendo utilizado pela União Européia sobretudo para transferir a ajuda até então concedida para ampliar o volume de produção e que provocava gigantescos excessos, que derrubavam depois os preços internacionais com a exportação subsidiada.

Mas Leslie Lipper e Bernardete Neves, duas das autoras do relatório da FAO, explicam que a proposta agora é diferente e não tem nada a ver com subsídios, mas sim com o pagamento de um "serviço ambiental" real. Como existe hoje mais informação sobre os custos das degradações, a avaliação desse serviço pode ser melhor calculada para permitir que os agricultores sejam pagos sem depender necessariamente dos governos.

A captação de recursos para esse fim virá principalmente do setor privado. Uma empresa de água mineral, por exemplo, poderá pagar para que produtores de uma determinada região protejam a área e não utilizem material que possa prejudicar a qualidade da água.

"O Brasil já tem um nível elevado de informação, boa estrutura e capacidade para aplicar os serviços ambientais e proteger sua enorme biodiversidade", afirma Leslie. As ajudas financeiras poderiam ser utilizadas pelos agricultores para evitar o desflorestamento, reduzir o cultivo, aumentar a cobertura vegetal ou mesmo para uma gestão correta dos campos de pastagem.

"A agricultura mundial pode assumir esse desafio", declarou o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, na apresentação do documento. "Muitos governos já dão subsídios à agricultura, mas poucos o fazem para proteger o meio ambiente e os incentivos atuais tendem a favorecer a produção de alimentos e, cada vez mais, de biocombustíveis.**(Com agências internacionais)**

Empresa verde é quase sempre um mito - Ben Elgin, BusinessWeek – Valor econômico
– Caderno especial – 16/11/2007

Auden Schendler teve aulas de ambientalismo empresarial diretamente da boca do profeta do movimento. No fim da década de 90, Schendler trabalhava como pesquisador no Rocky Mountain Institute, entidade de pesquisas e estudos em Aspen, Colorado, dirigida por Amory Lovins, lendário autor da idéia de que "abraçando a ecologia" as companhias podem ampliar seus lucros e, simultaneamente, salvar o planeta. Como Lovins dizia a Schendler, elevar a eficiência energética e reduzir emissões é não só um "almoço grátis", mas "um almoço que você é pago para comer".

Inspirado nessa promessa, em 1999 Schendler foi trabalhar na Aspen Skiing, tornando-se pioneiro de uma nova classe de executivos: o da "sustentabilidade empresarial". Oito anos depois, a empresa exhibe seus feitos ambientais em seu marketing e decorou sua sede com troféus e placas comemorativas de sua postura ambientalista. No ano passado, a revista "Time" deu a Schendler, de 37 anos, o título de Defensor do Clima.

Mas Schendler não se sente triunfante. Ele pára o carro da empresa no acostamento de uma estrada de terra e desliga o motor. "Quem estamos enganando?" Apesar de seus esforços, a emissão de gases que causam o efeito estufa pela operadora de resorts continua a subir ano a ano. Mais gente de férias implica acomodações que consomem mais energia. Invernos mais quentes demandam toneladas de neve artificial, e mais energia. "Consegui viabilizar muitos projetos atraentes, mas fracassei no que me propus a fazer", diz ele. "Como tornar uma companhia verde? É quase impossível."

Praticamente não passa um dia sem que uma companhia importante anuncie ruidosamente seu mais recentes feitos ecológicos: varejistas reformando suas lojas para reduzir o consumo de energia; companhias de eletricidade desenvolvendo imaculados projetos de energia eólica; grandes bancos investindo bilhões de energia limpa. Não importa o que possam dizer os críticos de Al Gore, não há como negar que a mensagem do ganhador do Nobel da Paz foi ouvida. Com a crescente preocupação dos consumidores, as empresas querem mostrar que fazem parte da solução, diz Chris Hunter, ex-administrador de energia na Johnson & Johnson, que trabalha para a GreenOrder, uma consultoria ambiental. "Dez anos atrás, as companhias queriam de nós uma estratégia digital. Agora, querem uma estratégia ecológica."

Gestão ambiental tornou-se peça fundamental da construção de imagem empresarial. A General Electric diz estar gastando quase todo o seu orçamento multimilionário de publicidade institucional no "Ecomagination", seu elenco de produtos não agressivos ao meio ambiente, apesar de representar apenas 8% das vendas do conglomerado. Yahoo! e Google proclamaram que em 2008 seus escritórios e centros computacionais emitirão "zero carbono". O que alimenta o frenesi de relações públicas é a noção de que preservar o clima é melhor que ser economicamente viável. Mas Schendler, que até há poucos anos considerava-se um destacado defensor dessa teoria, agora refuta penosamente a crença em que práticas empresariais verdes produzem as "verdinhas", do tipo pecuniário.

Contrariando a sedutora tese de Lovins, muitas iniciativas simplesmente não economizam dinheiro. Elas implicam custos que minam a convicção de que a salvação ambiental pode ser barata.

Schendler range os dentes diante do fracasso de propostas modestas, como seu plano, no ano passado, de reformar uma das acomodações mais antigas do resort para consumir menos energia. Ele estimou que um projeto de US\$ 100 mil iria pagar-se em sete

anos mediante economia de eletricidade. Mas o dinheiro foi para novos teleféricos, snowmobiles e outras compras convencionais.

Freqüentemente vencido nas decisões, o executivo ambientalista admite ter cometido um erro, no ano passado, quando insistiu em que o marketing do resort fizesse ousadas "afirmações verdes" apoiadas na compra de "créditos de energia renovável". Os CER são um tipo de esquema financeiro ao qual as companhias vêm recorrendo cada vez mais para justificar afirmações de terem reduzido sua contribuição líquida para o aquecimento mundial. Mas a maioria dos CERs comumente empregados, que em tese resultam em que um terceiro desenvolva energia não poluente, acaba revelando-se extremamente duvidosa. A Aspen Skiing baseou-se em CERs para declarar ter "contrabalançado 100% de nosso consumo de eletricidade". Schendler agora admite que a afirmação era descabida.

A Aspen Skiing não é a única a fazer afirmações suspeitas sobre sua virtude ecológica. A desconsideração de créditos discutíveis de energia renovável esvaziaria as afirmações de benefícios climáticos por dezenas de importantes companhias celebradas por sua liderança ambiental. A Johnson & Johnson proclamou uma redução de 17% nas emissões de carbono desde 1990, predominantemente baseada em CERs. Descontados os créditos, a gigante farmacêutica teria registrado um aumento de 24% em suas emissões.

Em meio a afirmações inflamadas, algumas companhias têm registrado avanços ambientais legítimos. Dow Chemical e DuPont reduziram seus níveis de emissões. Mas ainda há razões para nos preocuparmos sobre comprometimento de longo prazo. A Dow diz ter investido US\$ 1 bilhão para conseguir reduções de 19% de 1994 a 2005. Mas devido a dificuldades e custos tecnológicos, a Dow prevê que reduções adicionais não ocorrerão até 2025, daqui a 18 anos.

Grande parte do ambientalismo empresarial não passa de estatísticas e hipérboles enganosas. Para aferições confiáveis, os feitos genuínos precisam ser separados de gestos inócuos que visam apenas pacificar as consciências. Schendler já não considera o setor privado capaz das mudanças impactantes que considerava possíveis há oito anos, o tipo de mudanças que as companhias acostumaram-se a alardear. Seu próprio empregador é "um exemplo perfeito de porque isso não funcionará", diz ele.

Schendler conseguiu um trabalho, em 1997, no Rocky Mountain Institute (RMI), nas imediações de Aspen, do qual Lovins havia sido um dos fundadores 15 anos antes. Lovins, formado em física, estava trabalhando com sua mulher, L. Hunter Lovins, e o empresário Paul Hawken num livro denominado "Natural Capitalism", que tornou-se um best-seller. Ao repensar suas operações e selecionar sabiamente suas materiais, argumentava o livro, as companhias poderiam gerar menos poluição e lucrar mais.

Em 1999, Auden ficou sabendo que o Aspen Skiing, um complexo de hotéis e pistas de esqui freqüentadíssimo por gente rica em férias, estava buscando um diretor ambiental. O cargo parecia se encaixar perfeitamente. O setor de serviços a esquiadores, que consome enormes quantidades de energia para criar uma fantasia de permanentes montanhas de neve fofa e acolhedores refúgios alpinos, proporcionava um lugar ideal para pôr essas abstrações em prática.

A Aspen Skiing, uma companhia limitada de propriedade da família Crown, de Chicago - que faturou bilhões de dólares por sua participação no grupo General Dynamics, fornecedora de equipamentos ao Exército -, transpira genuína preocupação com a natureza, inclusive porque seus negócios derreteriam se as temperaturas subissem apenas alguns graus.

Seu primeiro alvo foi o Little Nell Hotel, com 90 quartos. A luxuosa infra-estrutura de hospedagem aninhada na base da montanha Aspen devora tanta eletricidade, que Schendler estava convencido de que seria fácil melhorar a eficiência. Ele disse ao então gerente, Eric Calderon, que queria instalar lâmpadas fluorescentes em todos os quartos de hóspedes. As novas lâmpadas durariam dez vezes mais tempo, consumiriam 75% menos potência e se pagariam em apenas dois anos. A resposta foi negativa. Calderon preocupava-se com que uma lâmpada fluorescente sugeriria um ambiente de sala de espera, pondo em risco a classificação cinco estrelas do estabelecimento. "Sempre há uma necessidade de equilibrar preocupações ambientais e a satisfação das expectativas da clientela", diz ele.

Schendler voltou sua atenção para a garagem subterrânea do Little Nell. Os hóspedes nunca a viam, porque manobristas estacionavam todos os carros. Schendler disse que, por US\$ 20 mil, poderia substituir luminárias fluorescentes de 175 watt por lâmpadas, e economizar US\$ 10 mil por ano. Sem se deixar impressionar, Calderon novamente rejeitou a proposta. Se ele dispusesse de US\$ 20 mil para gastar, preferiria usá-lo em coisas que os hóspedes notariam: suntuoso mobiliário em couro ou novas louças para os banheiros.

Na reunião seguinte da alta administração da companhia, Schendler trouxe um cartaz para a apresentação de seus argumentos defendendo a nova iluminação para a garagem. Mas Donald Schuster, o diretor de infra-estrutura, não acreditava que o esquema proposto pouparia dinheiro. "Eu estava cético sobre os cálculos de retorno sobre o investimento de Auden referentes à mudança na iluminação", relembra Schuster. "Uma das preocupações foi de que estaríamos investindo em mudanças com base em retornos teóricos, sem nenhuma oportunidade real para aferir os retornos reais."

Foram precisos dois anos para que Schendler superasse a resistência à substituição da iluminação da garagem, e apenas depois que ele obteve uma dotação de US\$ 5 mil de uma organização local sem fins lucrativos. Ele reconhece ser estranho que uma companhia com uma receita anual em torno de US\$ 200 milhões, segundo gente do setor (a companhia nega-se a fornecer seus números), recorra a uma ONG para reduzir seu consumo de eletricidade.

"Quem estamos enganando? ... Como tornar uma companhia verde? É quase impossível."

Versões em maior escala dessa briga sobre luminárias estão acontecendo em diversas outras companhias. Elogiada por seu pioneirismo ambiental, a FedEx diz em seu website estar "comprometida com a adesão a inovações e tecnologias para minimizar a geração de gases causadores do efeito estufa". Com 70 mil carros e caminhões e 670 aviões torrando combustível, a maior transportadora de encomendas do mundo é uma enorme produtora de gases que aprisionam calor. Em 2003, a FedEx anunciou que em breve começaria a utilizar caminhões híbridos "limpos" ao ritmo de 3 mil por ano, chegando ao ponto de evitar o lançamento de 250 mil toneladas de gases de efeito estufa anualmente na atmosfera por seus veículos de motores a diesel. "Esse programa poderá substituir os 30 mil caminhões de médio porte da companhia nos próximos dez anos", anunciou a FedEx à época. A Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) deu à iniciativa um prêmio de "Clean Air Excellence".

Quatro anos depois, a FedEx tinha comprado menos de cem caminhões híbridos, ou seja, menos de um terço de 1% de sua frota. Com preços a partir de US\$ 70 mil, os híbridos

custam pelo menos 75% mais do que os caminhões convencionais, embora a economia de combustível deva cobrir a diferença durante os dez anos de vida útil dos veículos. A FedEx, que registrou lucro recorde de US\$ 2 bilhões para o ano fiscal findo em 31 maio, decidiu que equilibrar os custos com a economia de uma década não representava a o melhor emprego de capital pela companhia. "Nós temos uma responsabilidade fiduciária para com nossos acionistas", diz Mitch Jackson, diretor ambiental da FedEx. "Não podemos subsidiar o desenvolvimento dessa tecnologia em benefício de nossos concorrentes."

Schendler tem de enfrentar a questão do retorno sobre investimentos de quase todas as propostas que defende. Hierarquicamente, ele está abaixo da alta administração da Aspen Skiing, mas participa da maioria de suas reuniões importantes. Schendler nunca sossega, metendo o nariz em tudo.

Um das vitórias de que Schendler mais se orgulha é a pequena usina hidrelétrica que, para ser instalada em uma das encostas usadas pelos esquiadores, custou US\$ 150 mil à companhia em 2003. Ela é acionada durante dois meses do ano por um córrego caudaloso quando a neve derrete. A despeito do empenho, Schendler começa a sentir mais frustração. Somados, os projetos de energia hídrica e solar poderão chegar a gerar menos de 1% da necessidades energéticas da companhia. Empenhado em promover uma iniciativa inédita no setor, em 2005 decidiu explorar os créditos de energia renovável.

Lançados no início da década, os CERs visavam canalizar as forças de mercado em apoio às energias eólica e solar. Os desenvolvedores de energia limpa vendem CERs, geralmente quantificados em megawatt-horas de eletricidade, para compradores que desejem contrabalançar a poluição que geram investindo em energia não agressiva ao meio ambiente.

Schendler sabia que os CERs e transações financeiras similares estavam conquistando rápida popularidade, à medida que mais companhias buscavam credibilidade ambientalista e proliferavam os corretores de CERs. Em 2006, ele convenceu seus superiores a gastar US\$ 42 mil por ano, ou seja, um ágio de 2% sobre os custos energéticos da companhia, para comprar CERs por aproximadamente US\$ 2 o megawatt-hora. De acordo com princípios comumente aceitos, esse investimento, menos de um terço do necessário para construir a usina hidrelétrica, permitiu que a Aspen Skiing afirmasse ter contrabalançado todo o seu uso de energia da queima de carvão.

Colegas não pouparam elogios a Schendler. Em comunicado à imprensa, Pat O'Donnell, então CEO da companhia, disse: "Esta compra representa nosso princípio norteador em ação". Elogios chegaram da EPA; jornais noticiaram o feito.

Ele gastou horas ponderando sobre como descrever, para fins de marketing, a compra dos CERs. Segundo a formulação que concebeu, a Aspen Skiing tinha contrabalançado "100% de nosso emprego de eletricidade com créditos de energia eólica, evitando o lançamento de 455 toneladas de poluição na atmosfera". Essa mensagem foi afixada nos teleféricos, impressa em livretos promocionais e repetida em incontáveis e-mails enviados pela companhia.

Mas, mesmo enquanto participava do lançamento dessa campanha, uma sensação constrangedora apossou-se de Schendler. Ele suspeitava de que os créditos de carbono não implicava a construção de fazendas eólicas. Literalmente, eles não estavam contrabalançando coisa alguma. Ele se sentiu angustiado. "Sei claramente o que é certo e o que funciona e o que importa", diz ele. "Também tenho consciência do posicionamento de marca. Parte do meu trabalho é manter a liderança [da Aspen Skiing]. O setor vai assumir essa postura em grande estilo. Um pequeno resort na Califórnia já tinha inaugurado a

tendência e precisávamos avançar. Meu consolo era o valor educacional da iniciativa. As discussões que provocariam seriam valiosas, mesmo se os CERs não tivessem repercussão real."

Sua previsão foi correta. No ano e meio após a compra de CERs, mais de 50 outras operadoras de resorts para esquiadores também adquiriram os certificados. Nada menos que 28 delas alegaram usar "100% de energia eólica". Seduzidas por um esquema barato que permite propagandear-se como responsáveis em relação ao meio ambiente, companhias em outros setores têm se mostrado igualmente entusiasmadas.

Em vez de desfrutar seu papel como pioneiro no esquema dos CERs, Schendler sentiu-se cada vez mais preocupado. Reservadamente, ele pressionou os corretores de CERs a fornecer evidências concretas da construção de capacidade de geração eólica. A reação evasiva deles o atormentava. O problema decorre da equação econômica básica dos CERs. É lógico que créditos comprados a US\$ 2 por megawatt-hora, o preço pago pela Aspen Skiing e por muitas outras companhias, não podem produzir grandes conseqüências. As geradoras de eletricidade eólica recebem cerca de US\$ 51 por megawatt-hora pela eletricidade que vendem para as companhias distribuidoras de eletricidade. Elas recebem outros US\$ 20 em incentivos tributários federais, e o equivalente a até outros US\$ 20 na forma de depreciação acelerada de seu capital em equipamentos. Até mesmo muitos desenvolvedores de equipamentos para conversão da energia eólica potencialmente beneficiários dos CERs admitem que as geradoras que ganham US\$ 91 por megawatt-hora não irão expandir a produção por outros US\$ 2.

Algumas companhias empregam métodos mais diretos, por exemplo, construindo sua própria capacidade adicional de geração de energia limpa. Em agosto, o Jiminy Peak Mountain Resort, em Hancock, Massachussets, pôs em funcionamento uma nova turbina eólica com altura de 120 metros e capacidade para suprir 50% da demanda de eletricidade do resort. O projeto levou três anos para ser concluído e custou US\$ 4 milhões.

Mas muitas companhias de maior porte defendem sua política de custo mais baixo. Mark Buckley, vice-presidente da Staples para questões ambientais, defende os CERs, dizendo que eles "indiscutivelmente mandaram o recado correto ao mercado".

No primeiro semestre deste ano, Schendler concluiu que tinha de reverter seu curso, convencer seu empregador a distanciar-se dos créditos de energia renovável que endossara apenas meses antes - e defender projetos verdes mais significativos. Seus colegas reagiram com perplexidade e irritação. A companhia continuará a comprar CERs pelo menos até 2008, quando caduca seu atual contrato. Seus executivos dizem-se relutantes em interromper as compras de CERs antes desse prazo, porque não querem passar uma imagem de indiferença diante dos problemas ambientais, quando concorrentes afirmam ser movidos exclusivamente por energia eólica.

Schendler, em contrapartida, tornou-se um destacado crítico das CERs, uma posição potencialmente confusa, pois seu empregador as compra. Em abril, em carta ao Center for Resource Solutions, uma organização sem fins lucrativos em San Francisco que certifica créditos, ele disse que os CERs têm igual efeito sobre o desenvolvimento de novos projetos de energia renovável quanto teria o comércio de "pedras, notas promissórias ou abobrinhas".

Hoje, simultaneamente dentro e fora de círculos ambientalistas empresariais, Schendler delicia-se com sua notoriedade. "A idéia de que posturas ecológicas são divertidas, fáceis e baratas é perigosa. Ser verde implica trabalho duro. A coisa toda é

complexa. Nem sempre lucrativa. E as companhias precisam inaugurar o placar e passar efetivamente a fazer algo." *(Tradução de Sergio Blum)

FAO propõe ajuda a trabalhador para proteger ambiente - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) propôs ontem ajuda econômica aos trabalhadores rurais como meio de proteger o ambiente. A idéia consta do relatório anual da FAO sobre o estado da agricultura e da alimentação, apresentado em Roma.

O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, disse que “a agricultura emprega mais pessoas e consome mais terra e água que qualquer outra atividade” e pode “destruir terras, água e recursos biológicos, ou melhorá-los”. A FAO admite que a ajuda pode ter efeitos adversos, como a alta dos preços dos alimentos.

Alerta final – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 17/11/2007

Apesar de seu discurso "ecológico", Brasil não contribui para reduzir incertezas políticas de novo acordo do clima

O PAINEL Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, órgão criado pela ONU em 1987) divulga hoje em Valência, na Espanha, seu relatório-síntese sobre o problema do aquecimento global. Por tratar-se de um sumário dos três documentos anteriores publicados ao longo deste ano, o novo texto não traz novidades técnicas, mas ganhou especial densidade política pelo fato de o IPCC ter sido contemplado há poucas semanas com o prêmio Nobel da Paz de 2007, que dividiu com o ex-vice-presidente dos EUA Albert Gore.

A difusão do relatório é especialmente oportuna por ocorrer às vésperas da retomada, no próximo dia 3, em Bali (Indonésia), das negociações em torno do acordo internacional que deverá substituir o Protocolo de Kyoto, a expirar em 2012. A mensagem central do relatório permanece a mesma: a mudança climática provocada pelo homem é uma realidade que pode trazer conseqüências graves e irreversíveis para a vida no planeta. É preciso que governos envidem esforços em estabilizar a concentração de CO₂ em torno de 450 partes por milhão (ppm). Se tal meta for alcançada, estima-se que o aumento médio de temperatura até 2100 não excederá 2C, o cenário considerado menos desastroso.

O desafio é formidável. Para realizá-lo, as emissões atuais teriam de ser cortadas em 50% até 2050. O IPCC calcula que os investimentos anuais necessários para atingir tal objetivo não cheguem a 3% do PIB mundial.

Ninguém sabe ao certo se essa redução bastará para evitar o pior. E as incógnitas políticas não são menores do que as dúvidas científicas. Os EUA, que ficaram de fora de Kyoto, participarão do esforço a ser concertado em Bali? Haverá consenso para estabelecer metas concretas de redução para grupos de países, ou o máximo que se conseguirá será definir alvos de longo prazo? Qual será a cota de sacrifício dos países de Terceiro Mundo, hoje desobrigados de cumprir metas? Quais serão os mecanismos para financiar iniciativas de controle de emissões de CO₂?

Apesar de seu discurso "ecológico", o Brasil vem contribuindo para a manutenção das incertezas. Em setembro, em sessão solene na ONU, o presidente Lula havia prometido para "breve" seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, o Pnmc. O plano, descobre-se agora, não fica pronto antes de meados de 2008. Para evitar vexame maior, o governo deverá produzir e anunciar a toque de caixa uma série de medidas pontuais contra o aquecimento.

Além disso, o Itamaraty insiste em não divulgar a posição do país em relação a compromissos que tenhamos de assumir. O Brasil já é o quinto maior poluidor do planeta (75% de nossas emissões se devem a desmatamento e queimadas) e ainda assim o país se recusa a considerar seriamente a proposta diminuir o desmatamento na Amazônia. A mudança climática não é um daqueles problemas que podem esperar indefinidamente. É preciso agir agora para não sacrificar o modo de vida das futuras gerações.

Nobel terá mais impacto que ciência, diz vice do IPCC – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 17/11/2007

Comitê lança hoje síntese de seu quarto relatório sobre o aquecimento global - Para economista, painel do clima só ganhou o respeito merecido dentro da ONU após cientistas do grupo receberem o prêmio da Paz

O IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, divulga hoje em Valencia, Espanha, a síntese de seu relatório que diz que o aquecimento global é "inequívoco" e pode trazer mudanças "abruptas e irreversíveis".

O documento, de cerca de 20 páginas, é destinado a líderes políticos do mundo inteiro e deve guiar as negociações que acontecem a partir do próximo dia 3 em Bali, Indonésia, sobre o combate aos gases de efeito estufa após 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto.

Mas o economista cingalês Mohan Munasinghe, um dos três vice-presidentes do IPCC, diz que as discussões em Bali serão mais impactadas por um outro fator, que pouco tem a ver com as evidências técnicas (inquestionáveis) de que o mundo está

esquentando. "Eu diria a você que o maior impacto em Bali será o do Prêmio Nobel da Paz", disse Munasinghe à Folha, por telefone, após ter ficado até as 5h de ontem em uma reunião plenária que finalizou o texto do relatório-síntese do AR4 (Quarto Relatório de Avaliação do IPCC).

Segundo Munasinghe, o Nobel, que o IPCC dividiu neste ano com o ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore, ajudou a "levantar o nível" da atenção mundial ao painel. Prova disso é que hoje, pela primeira vez, o secretário-geral das Nações Unidas, o sul-coreano Ban-ki Moon, participará da divulgação do relatório-síntese.

Nas próximas semanas, a ONU deve divulgar também sua primeira resolução sobre mudança global do clima. Ainda não há detalhes do seu conteúdo, mas o texto provavelmente reforçará o caráter multilateral do combate ao aquecimento da Terra. "Anteontem eu fiz uma apresentação na Assembléia Geral [da ONU] sobre o IPCC e todos os delegados apareceram!" -diz o pesquisador. "Geralmente, só líderes como Tony Blair e George W. Bush enchem a casa."

Sem novidades - O documento a ser apresentado hoje funcionará como uma espécie de "guia rápido" da mudança climática para governantes do mundo todo.

Ele sintetiza a informação contida nos sumários executivos dos três grandes grupos de trabalho do IPCC (base física da mudança climática, impactos e vulnerabilidades e mitigação). Não apresenta novidades científicas em relação às informações que já foram divulgadas pelo painel, mas "nem todos os tomadores de decisão vão querer ler os três sumários", diz Munasinghe.

O vice-presidente do IPCC minimiza relatos de que algumas delegações de países-membros da ONU que acompanham a reunião de Valencia tenham tentado diluir o tom do relatório-síntese. Nesta semana, a imprensa noticiou que os EUA objetaram à expressão "irreversível" -já presente nos sumários executivos- para qualificar o aquecimento.

"Houve algumas mudanças para acomodar traduções em outras línguas [o texto original está em inglês]", afirmou Munasinghe. "Isso é normal. O que mais houve foram mudanças para substituir palavras únicas por frases", continuou.

Alguns países pediram menções de interesse específico. O Peru, por exemplo, pediu que o degelo das montanhas entrasse no texto final. A Amazônia e as florestas tropicais da Indonésia, no entanto, não foram mencionadas entre os ecossistemas mais vulneráveis do planeta. O texto fala do Ártico, dos megadeltas asiáticos, de áreas com tendência à desertificação e dos recifes de coral.

"Eu acho que, no geral, este é um documento bom e equilibrado", disse o holandês Bert Metz, um dos 40 autores da síntese. "Ele diz em linguagem direta: este é o problema e isto é o que podemos fazer para resolvê-lo", afirmou Hans Verlome, da ONG WWF.

Clima: ONU já fala em perdas irreversíveis – O Globo – Capa – 17/11/2007

Novo documento do painel da ONU sobre mudanças climáticas alerta: o mundo deve estar preparado para alterações repentinas e irreversíveis, como o colapso do gelo antártico e grandes ondas de extinção. O relatório servirá de base para a elaboração de um acordo mundial para a redução de gases do efeito estufa, que começa a ser negociado no próximo dia 3 em Bali, na Indonésia. Página 41

Clima: 'mudanças abruptas e irreversíveis' - Roberta Janse – O Globo – Ciência – 17/11/2007

As mudanças climáticas atualmente em curso poderão trazer impactos “abruptos e irreversíveis”, de acordo com um novo documento do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU a ser divulgado oficialmente hoje.

O colapso da Antártica, grandes extinções, a desertificação da Amazônia e o resfriamento da Europa são algumas das alterações possíveis.

O texto é um resumo dos três relatórios climáticos já divulgados (sobre as causas, as conseqüências e as formas de mitigação do aumento das temperaturas) pelo painel este ano e tem por objetivo fornecer subsídios científicos aos governos para a adoção de políticas de combate ao aquecimento.

— Depois desse relatório, nenhum político poderá dizer que não ouviu falar das mudanças climáticas e não sabia o que fazer para detê-las — afirmou o diretor do programa de mudanças climáticas do WWF, Hans Verolme.

— O documento é uma clara mensagem aos políticos. Os cientistas fizeram seu trabalho e mereceram o Nobel. A questão agora é saber o que os políticos farão a respeito.

O documento servirá de base para a próxima Convenção do Clima, o encontro internacional de ministros do meio ambiente a ser realizado em Bali, na Indonésia, a partir do próximo dia 3, em que serão negociadas as bases de um acordo climático mundial para suceder Kioto. A idéia é aprovar cortes de emissão de gases estufa bem mais ousados, capazes de deter, ao menos em parte, a elevação das temperaturas.

— O consenso no IPCC hoje é que é fundamental reduzir de 60% a 70% das emissões de gases estufa para, ao longo do próximo século, estabilizar em 550 partes por milhão a concentração de CO₂ na atmosfera e, com isso, limitar o aumento da temperatura média do planeta em dois graus Celsius — afirmou Paulo Artaxo, do Instituto de Física da USP, um dos membros do IPCC. — Essa idéia está sendo reforçada neste relatório de Valência.

Alterações são inequívocas, diz documento O sumário, que será apresentado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, conclui que as mudanças climáticas são “inequívocas”, que as emissões humanas são a sua principal causa e o que seus impactos podem ser reduzidos a um custo razoável. Alerta, sobretudo, para as alterações abruptas e irreversíveis de significativos sistemas climáticos do planeta.

— Essas mudanças de um sistema climático para outro mais instável realmente podem acontecer — diz Artaxo.

— Tais alterações costumam ser irreversíveis e abruptas.

Não quer dizer que ocorreriam do dia para a noite nem de um ano para o outro. Levaria um tempo, mas extremamente curto do ponto de vista da escala temporal climática, ou seja, de algumas décadas, em vez dos milênios que seriam necessários no ritmo normal.

O principal motor dessas mudanças radicais seria a alteração da circulação dos oceanos — responsável pela distribuição do calor dos trópicos para as regiões temperadas do planeta. O aquecimento diferenciado dos oceanos teria um impacto na circulação resultando, por exemplo, no intenso resfriamento da Europa.

— Mudanças na temperatura dos oceanos poderiam ter impactos significativos no Brasil, embora não saibamos exatamente quais — sustenta Ar taxo.

Para o cientista, é fundamental que o mundo se conscientize da importância de se reduzir as emissões para que tais cenários extremos não aconteçam

Impacto de mudança climática é 'irreversível' - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2007

Termos do 4º e último relatório do IPCC, que sai hoje, incomodam EUA

Em uma negociação política menos acalorada e maniqueísta do que as três reuniões realizadas no primeiro semestre, cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e representantes de 130 países encerraram ontem, em Valência, na Espanha, as discussões em torno do relatório-síntese sobre o aquecimento global com um novo recado contundente ao mundo: “as mudanças podem ser rápidas e irreversíveis”. A escolha do termo concentrou críticas de delegados norte-americanos ao longo da semana, mas acabou mantido.

O documento será uma das bases da Conferência do Clima, da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontece em Bali, na Indonésia, em dezembro. Como o nome diz, o texto resume o trabalho detalhado em milhares de páginas pelos cientistas que compõem o painel.

As sessões plenárias de Valência não foram um novo campo aberto para debates exaltados entre países ricos e nações em desenvolvimento, ao contrário das expectativas. Escrito por representantes de 23 países - de graus de riqueza tão diversos quanto Estados Unidos, Serra Leoa, Alemanha e Bangladesh -, o rascunho começou a ser discutido na segunda-feira.

Como de praxe, as negociações aconteceram a portas fechadas. O término foi divulgado, em comunicado, na tarde de ontem. “A mudança climática antrópica (causada pelo homem) e suas conseqüências podem ser rápidas e irreversíveis”, dirá o relatório.

A definição de “irreversíveis” gerou protestos por parte de delegados dos Estados Unidos, cuja atitude ao longo da aprovação dos três primeiros relatórios - em Paris, Bruxelas e Bangcoc - foi marcada pela tentativa sistemática de minimizar as constatações científicas sobre o aquecimento global.

Especialistas ouvidos pelo Estado (que preferem não ser identificados em nome do sigilo exigido pelo fórum) ao longo da semana confirmaram que delegados norte-americanos contestaram o embasamento científico da suposta irreversibilidade do efeito estufa. Representantes de países europeus intervieram como contrapeso e garantiram a manutenção do termo.

DANOS PARA TODOS - Os norte-americanos também criticaram a afirmação de que “todos os países” serão afetados, mas a expressão também comporá o relatório, que deve ter 23 páginas. O IPCC reforça a idéia de que todo o planeta sofrerá o impacto do aquecimento, com diferentes graus de danos.

O texto foi considerado “muito equilibrado” pelo diretor do Observatório Nacional sobre os Efeitos do Aquecimento Global (Onerc), de Paris, Marc Gillet. “Não é um relatório ruim”, disse ao Estado outro especialista.

Ele será dividido em seis capítulos. “Mudanças observadas no clima e seus efeitos” abrirá o relatório, recuperando informações de paleoclimatologia e destacando o impacto de mudanças climáticas anteriores nas sociedades. O segundo capítulo, “Causas das mudanças”, reforçará a posição do homem como responsável pelo agravamento do efeito estufa.

“Mudanças climáticas e seus impactos em médio e longo prazos sob diferentes cenários”, o terceiro capítulo, vai se focar nas alterações previsíveis até o momento, com ênfase na elevação de 1,1°C a até 6,4°C na temperatura média da Terra até 2100. O capítulo trará um resumo das prováveis conseqüências sobre água, agricultura e desenvolvimento. As eventuais transformações causadas em ecossistemas como os da Amazônia, ameaçada de savanização, não serão mencionadas porque os relatores optaram por não destacar dados regionais.

Os tópicos seguintes, sobre mitigação do aquecimento, mencionarão fontes alternativas de energia consideradas viáveis pelo IPCC. Quando essa avaliação foi divulgada pela primeira vez, em maio, menções reiteradas à energia atômica e o pouco destaque aos biocombustíveis geraram questionamentos entre delegados, cientistas e ativistas. A divulgação do texto completo acontece hoje, com a presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon.

TERMÔMETRO - Riscos a que a Terra está sujeita com o aumento da temperatura média do planeta, decorrente do efeito estufa, segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC):

Acréscimo de 1°C: O derretimento das geleiras ameaçará o suprimento de água para 50 milhões de pessoas; cerca de 80% dos recifes de coral em todo o globo morrerão; aumentam os danos costeiros causados por inundações e tempestades

Acréscimo de 2°C: A produção de cereais na África tropical cairá até 10%; até 30% das espécies de seres vivos serão ameaçadas de extinção e a camada de gelo da Groenlândia começará a derreter de forma irreversível

Acréscimo de 3°C: Entre 1 bilhão e 4 bilhões de pessoas a mais enfrentarão falta de água; entre 1 milhão e 3 milhões de pessoas a mais morrerão de desnutrição e haverá início do colapso da floresta amazônica

Acréscimo de 4°C: As safras de produtos agrícolas diminuirão entre 15% e 35% na África e até 80 milhões de pessoas a mais serão expostas à malária no continente; até 40% dos ecossistemas no mundo serão afetados

Acréscimo de 5°C: Grandes geleiras desaparecerão; a elevação do nível dos oceanos ameaçará locais como Londres e Tóquio; o sistema de saúde sofrerá uma sobrecarga com o aumento do número de casos de afetados

Aquecimento é o maior desafio da nossa era, diz Ban – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2007

Secretário da ONU cobra resposta de governos a dados científicos sobre clima

Coreano lançou ontem síntese de relatório do IPCC sobre o clima e disse que Amazônia "está sufocando" e pode virar uma savana

DA REDAÇÃO - O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, classificou ontem o aquecimento global como "o desafio que definirá nossa era" e cobrou de governos de países ricos e pobres ação imediata para minimizar suas conseqüências.

Ban lançou ontem em Valencia, Espanha, a síntese do AR4, o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, o painel do clima da ONU. O documento, de 23 páginas, resume o estado-da-arte do conhecimento humano sobre o efeito estufa.

Destinado a líderes políticos, ele deve guiar as negociações a serem iniciadas no mês que vem em Bali, Indonésia, sobre o acordo para reduzir emissões que substituirá o Protocolo de Kyoto, que vence em 2012.

Embora não traga muitas novidades científicas em relação aos três sumários executivos que o IPCC lançou ao longo deste ano, o relatório-síntese pode ser considerado um alerta mais duro. Ele admite, por exemplo, que o aquecimento acelerado traz o risco de "singularidades de grande escala".

A principal delas é o aumento do nível do mar muito além dos 59 cm esperados para 2100 em decorrência do degelo polar. "Processos dinâmicos do gelo vistos em observações recentes mas não incluídos totalmente no AR4 poderiam aumentar a taxa de perda", diz a síntese.

"Os cientistas determinaram, em uníssono, que a mudança climática é inequívoca. Agora eu preciso de respostas políticas dos líderes políticos", declarou Ban à imprensa.

Testemunha ocular - Antes, em discurso a delegados de cerca de 130 países, o coreano afirmou que pôde testemunhar nos últimos dias os efeitos da mudança climática, como o rompimento de plataformas de gelo na Antártida.

"A Amazônia, o pulmão da Terra [sic], está sufocando", afirmou. (A floresta consome quase todo o oxigênio que produz, portanto, a imagem de "pulmão" não é adequada.)

Declarou em seguida que Brasil tem se esforçado para reduzir o desmatamento e promover o manejo sustentável da floresta, mas que o governo teme que o aquecimento global já esteja minando esses esforços.

"Se as projeções mais graves se concretizarem, boa parte da Amazônia se transformará em uma savana."

"Essas cenas são tão assustadoras quanto um filme de ficção científica. Mas são ainda mais terríveis por serem reais."

Ban destacou, no entanto, que o relatório do IPCC mostra que há meios reais e economicamente viáveis de enfrentar a mudança climática, e que uma ação coordenada pode evitar o desastre.

"Nós estamos abordando a ciência de uma maneira muito objetiva. Se isso não der base para a ação política, eu não posso pensar em nada melhor", afirmou o presidente do IPCC, o indiano Rajendra Pachauri.

O relatório acrescenta impulso técnico e político à conferência de Bali, que começa daqui a duas semanas e tem o objetivo de definir o calendário de negociações do futuro regime de redução de emissões, a ser adotado em 2009.

Ban voltou a enfatizar que "não podemos nos permitir não obter um avanço real em Bali" e que "não se alcançará um acordo" se os países em desenvolvimento não se comprometerem a reduzir suas emissões.

Pelo acordo de Kyoto, somente os países industrializados, agrupados no chamado Anexo 1, têm metas obrigatórias de redução a cumprir. Acontece que nações do Terceiro Mundo, como a China, têm tido um crescimento enorme de suas emissões. O sucesso da conferência de Bali depende do papel que China e Estados Unidos desempenharão.

Com agências internacionais

Para MCT, América Latina quase foi esquecida – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 18/11/2007

Como nenhum pesquisador brasileiro participou do grupo de 40 pessoas que redigiu o quarto relatório síntese do IPCC (Painel Intergovernamental da Mudança do Clima) - da América Latina participaram apenas dois argentinos-, representantes do governo federal tiveram de intervir para que a região fosse lembrada, de alguma forma, no texto final.

"A ênfase do sumário acabou sendo muito sobre os países do Norte, por causa dos autores, que fizeram o texto muito sob a perspectiva deles", disse à Folha José Miguez, coordenador geral de Mudanças Globais de Clima do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia). Ele foi um dos representantes brasileiros na reunião de Valencia.

Um dos problemas enfrentados na negociação do texto final, segundo Miguez, foi em relação ao desmatamento da Amazônia. "O documento estava dando uma visão distorcida. A questão do desmatamento das florestas, por exemplo, estava aparecendo com o mesmo peso que a queima dos combustíveis fósseis", por pressão dos países petrolíferos.

"Em termos de grandes setores, a área energética que queima combustíveis fósseis é a grande vilã. Mas os países da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) sempre tentam levar o foco para outras questões, como para o desmatamento. Mas cada vez mais isso tem ficado mais claro", comentou.

Em uma das tabelas apresentadas no próprio documento divulgado ontem na Espanha a questão fica elucidada: em termos de emissões totais de gases que contribuem para o efeito estufa, segundo números de 2004, a queima dos combustíveis fósseis representa 56,6% do total, enquanto desmatamento e queimadas respondem por 17,4%. Apesar da diferença, o setor florestal é a terceira maior fonte de emissões.

Se não entraram como vilãs, as florestas tropicais brasileiras tampouco aparecem com destaque entre as vítimas do aquecimento. A Amazônia não está no relatório como um dos ecossistemas mais frágeis do planeta. O risco de savanização é mencionado apenas como eventual impacto regional. Mais destaque mereceu o semi-árido, citado especificamente como uma das regiões do globo mais sensíveis à seca.

Com Kyoto até o fim

Miguez também delineou a posição que o Brasil deverá adotar na conferência de Bali: o país é favorável ao aprofundamento do Protocolo de Kyoto, não à adoção de metas obrigatórias de redução de emissões em um outro acordo, que englobasse todos os países. Para ele, o debate sobre corte de emissões deverá acontecer em dois "trilhos", com os países ricos adotando metas obrigatórias mais rígidas em uma extensão do acordo atual e os países em desenvolvimento contribuindo com reduções voluntárias, já preconizadas pela Convenção do Clima da ONU. As nações industriais devem se opor a isso em Bali.

Há uma profunda mudança de qualidade no debate internacional sobre clima. O tema, antes restrito aos círculos envolvidos com a questão ambiental, agora atinge todos os setores políticos e econômicos. Essa nova percepção se deu após a recente conclusão de dois importantes estudos — o relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change da ONU e o relatório de Nicolas Stern, assessor econômico do ex-primeiro ministro do Reino Unido e do então Chanceler Gordon Brown.

Esses documentos demonstram de maneira sistematizada que as mudanças climáticas em curso poderão impor custos elevadíssimos à humanidade em um período de tempo muito mais curto do que se previa, com impactos substanciais sobre a qualidade de vida no planeta. A partir de estudos empíricos consistentes, destacam o peso da ação humana na aceleração das mudanças do clima e demonstram que o custo do imobilismo será muito superior ao custo das ações preconizadas.

Em função disso, a Comunidade Européia começa a definir metas ambiciosas de substituição de combustíveis fósseis. Mesmo o governo dos EUA, que resistiu fortemente ao protocolo de Kioto, passou a dar maior prioridade ao tema, injetando recursos volumosos na produção de etanol de milho e nas pesquisas sobre etanol celulósico.

Também os organismos multilaterais — e, em particular, a ONU e o Banco Mundial — colocaram a questão no centro de suas agendas.

Empresas investem em novos materiais e em máquinas e eletrodomésticos eletrodomésticos mais eficientes no uso dos recursos energéticos. Todos os cálculos econômicos recentes incluem a questão climática como pauta obrigatória de médio e longo prazos.

Há pelo menos quatro aspectos importantes que destacam o Brasil neste novo cenário:

- Abriga a maior parte da floresta amazônica, a mais extensa reserva do planeta;

- Produz energia hidrelétrica em larga escala, com eficiência e capacidade acumulada em engenharia e construção;

- Produz etanol de cana-de-açúcar, com grande eficiência energética e baixo custo comparativo;

- A auto-suficiência em petróleo, potencializada com as mais recentes descobertas da Petrobras em águas superprofundas, que permite ao país desenvolver seu programa de biocombustíveis com alto potencial exportador.

Mas ainda há grandes desafios nessas áreas. Combater, de forma eficiente, o desmatamento da floresta amazônica é uma das questões centrais.

A recente legislação sobre manejo sustentável de reservas é um bom começo. Garantir a contabilização do “desmatamento evitado” como contribuição para a redução dos gases de efeito estufa é outro trabalho importante que está em curso.

A exportação de serviços de engenharia e o gerenciamento de obras em hidrelétricas também têm sido objeto crescente da ação de empresas e do governo.

O incentivo ao uso global do etanol é outra vertente dessas oportunidades que se abrem. O presidente Lula tem liderado este esforço em suas viagens internacionais, destacando o papel que a produção de etanol pode ter para as nações mais pobres. Abrir novos mercados para os combustíveis renováveis, eliminando as barreiras que protegem a

produção ineficiente dos países desenvolvidos, será uma árdua batalha, mas muito promissora.

Alguns já se preocupam com a conseqüente elevação dos preços do etanol no mercado interno. Ora, os carros com motores flexíveis vieram justamente para atenuar esse efeito. Com eles, o consumidor ganha liberdade de escolha de combustíveis e preços, aprendendo, inclusive, a enfrentar as mudanças sazonais de oferta.

As mais recentes conclusões sobre o clima não são, de fato, boas notícias.

Representam percepção de riscos bem maiores sobre o nosso futuro.

Mas esse desafio exigirá das nações que coloquem toda sua competência acumulada a serviço de um esforço multilateral de grandes proporções.

E o Brasil poderá se posicionar como parceiro preferencial para as melhores soluções, a fim de mitigar as ameaças ao planeta.

ANTONIO PALOCCI é deputado federal (PTSP) e foi ministro da Fazenda.

O Brasil pode ser parceiro preferencial para as melhores soluções

ONU: aquecimento global sufoca a Amazônia – O Globo – Ciência – 18/11/2007

Secretário-geral diz que tesouros da Terra estão ameaçados e frisa que governos têm como evitar desastre

VALÊNCIA, Espanha.

As alterações pelas quais passarão a Amazônia são assustadoras, disse ontem o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ao apresentar oficialmente o relatório-síntese preparado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC, na sigla em inglês).

O relatório, cujo conteúdo acabou sendo conhecido na sexta-feira, não inclui a Amazônia entre as áreas onde já existem sinais evidentes do impacto das mudanças climáticas.

Mas Ban a mencionou entre “os tesouros da Terra” gravemente ameaçados.

— As mudanças na Antártica, em Torres del Paine (Chile) e na Amazônia são tão aterrorizantes quanto as de filmes de ficção científica.

Mas são ainda piores porque são reais — disse ele, na cerimônia de encerramento da reunião do IPCC, em Valência, na Espanha.

Ban esteve semana passada na Amazônia brasileira e disse que testemunhou como a floresta corre perigo.

— Vi como a floresta está sendo sufocada. O Brasil está fazendo avanços sérios no combate ao desmatamento.

Mas o aquecimento global mina esses esforços. Se a previsão mais forte do IPCC se tornar realidade, grande parte da selva amazônica se transformará em savana — afirmou.

Documento será base para negociação mundial

O texto do IPCC diz que até meados deste século “aumentos de temperatura associados à redução do nível da água no solo devem ocasionar uma substituição gradual da floresta tropical por cerrado no leste da Amazônia”.

Segundo fontes do próprio IPCC, o texto aprovado ontem teve trechos atenuados por pressões de governos. Isso porque ele servirá de base para as negociações da Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, em dezembro, em Bali, na Indonésia. Na

conferência, ministros do meio ambiente de todo o mundo negociarão o acordo que substituirá o Acordo de Kioto, considerado fraco e que vigorará apenas até 2012.

O IPCC declarou que as mudanças climáticas são “inequívocas” e terão impactos “abruptos” e “irreversíveis”.

Como no primeiro relatório, apresentado em fevereiro, este diz que as emissões de gases do efeito estufa promovidas pelas atividades humanas têm 90% de chance de ser a principal causa das alterações no clima mundial.

O texto descarta o papel de fenômenos naturais, como erupções vulcânicas e atividade solar. De acordo com o IPCC, em vez de aquecer a Terra, como dizem alguns cééticos, esses fatores deveriam ter resfriado o planeta e isso não aconteceu.

O relatório considera “muito provável” que áreas semiáridas como o sertão nordestino terão sua situação agravada.

Como uma grande parte da África, o Nordeste do Brasil é uma das áreas que mais devem sofrer com as consequências do aquecimento global.

Chegou a hora de os políticos agirem

Ban reforçou a declaração formal do IPCC de que os governos do mundo têm condições reais e viáveis de combater o aquecimento global.

— Hoje os cientistas falaram claramente e com uma só voz. Em Bali, eu espero que os políticos façam o mesmo — afirmou o secretário-geral da ONU.

O que afirma o IPCC

CERTEZAS: O aquecimento da Terra é inequívoco. As temperaturas do mar e do ar subiram.

E a elevação de temperatura é generalizada por todo o planeta. Porém, a terra esquenta mais do que os oceanos. Gelo e neve derretem nos dois hemisférios. O nível do mar sobe globalmente e a elevação dos oceanos se acentuou a partir de 1985. A Terra mais quente tem também mais chuva. Segundo o IPCC, de 1900 a 2005, choveu mais no leste das Américas do Norte e do Sul, no norte da Europa e no norte e no centro da Ásia. Nos últimos 50 anos, os dias e noites frios se tornaram menos frequentes do que os dias e noites quentes. Além disso, a primavera tem começado mais cedo, com consequências para numerosos ecossistemas.

FUTURO: O IPCC considera provável que as ondas de calor e as chuvas extremas se tornem mais comuns.

O HOMEM: O IPCC considera “muito provável” que a ação humana tenha contribuído para a elevação do nível do mar ao longo do século XX. Provavelmente, o o homem foi responsável por mudanças no padrão dos ventos, com consequências para a formação de tempestades extratropicais e alteração de padrões de temperatura. E também está por trás do aumento da frequência de dias e noites mais quentes.

Receita do petróleo e gás pode pagar fundo antiaquecimento - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 19/11/2007

A idéia é buscar o antídoto no veneno. É a partir dos recursos da extração do petróleo, o combustível fóssil tido como o grande vilão do efeito estufa, que o governo brasileiro pretende criar um fundo nacional para enfrentar as mudanças climáticas. A proposta faz parte de um conjunto de medidas elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente e que acaba de aterrissar em outros ministérios. Se aprovado, o fundo pode significar cerca de R\$ 700 milhões ao ano para ações de adaptação aos impactos do aquecimento global, redução na emissão de gases e desenvolvimento de pesquisas no tema.

A área ambiental chega nesta discussão dentro do governo com um trunfo na manga. Nos próximos dias será divulgado o índice oficial do desmatamento da Amazônia para 2006/2007 e que, estima o governo, ficará em 10 mil km². "Este terá sido o ano com o menor índice de desmatamento da Amazônia desde o início do monitoramento em 1988", diz João Paulo Capobianco, secretário-executivo do MMA. O aumento das queimadas e de áreas desmatadas registrado em agosto e setembro só entrará na taxa do ano que vem. "Trata-se de uma redução contínua por três anos consecutivos, e isto é importante", diz Capobianco. "Claro que o aumento verificado a partir de agosto preocupa. Temos que reverter esta tendência."

A proposta do fundo criado com recursos provenientes da extração de petróleo e gás depende de um ajuste à Lei 9.478, de agosto de 1997. Hoje a legislação prevê uma participação especial sobre a receita bruta da produção (deduzidos royalties, investimentos na exploração e custos operacionais) de 10% ao MMA para pesquisas relacionadas às fragilidades ambientais das áreas de extração e a danos causados por acidentes e vazamentos de óleo. É esta cláusula que o MMA sugere modificar. "Trata-se de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano para o ministério, mas como existe restrição ao uso, hoje a verba não pode ser utilizada na questão climática", diz Capobianco.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, a ANP, de outubro de 2006 a setembro de 2007, o MMA recebeu R\$ 656 milhões como repasse de participações especiais. Parte desta verba tem sido utilizada no mapeamento ambiental e de risco dos campos de petróleo, especialmente das bacias de Santos e Campos. O restante vai para as contas do governo, já que não têm ocorrido acidentes. A idéia, agora, é destinar 30% desta verba na contenção de eventuais vazamentos e acidentes e 70% para iniciar o fundo nacional de mudanças climáticas. Em princípio, a sede do fundo seria o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

O fundo é um dos vértices de um triângulo de medidas que o governo vem discutindo nos últimos dias tendo as mudanças do clima como foco. Há ainda um decreto presidencial que pretende organizar a ação federal na área, com ações de vários ministérios e desembocando em um plano nacional de mudanças climáticas. O plano, anunciado pelo presidente Lula em setembro, durante evento nas Nações Unidas, só deve estar pronto em maio. A partir daí, será submetido a consulta pública.

Na base do tripé está a política nacional de mudanças climáticas, uma lei que envolverá o governo federal, os estaduais e municipais. Dará as normas gerais em quatro áreas: mitigação das emissões, adaptação às mudanças, pesquisa e comunicação com a sociedade. A intenção é enviar o projeto ao Congresso no início de 2008, adianta Capobianco. "O fundamental é institucionalizar no país um processo para criar oportunidades e ações nesta área", diz ele. "Ações em mudança climática são transversais. Temos que ter um sistema de articulação do governo."

De imediato serão anunciadas duas investidas na esfera do Ministério da Ciência e Tecnologia, o MCT. A primeira é uma rede nacional de pesquisas em mudanças climáticas que vem sendo estruturada há meses, deve reunir os principais institutos e universidades do país e será coordenada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe. A outra é um centro de pesquisa e monitoramento de florestas tropicais, com sede em Belém, e também sob o guarda-chuva do Inpe. Trata-se de um projeto ambicioso que prevê o trabalho em cooperação com países amazônicos e, no futuro, com África e Ásia. Os investimentos iniciais no centro são de R\$ 10 milhões.

Outra iniciativa é a implantação de uma antena na região de Boa Vista, em Roraima, para que se obtenham as imagens que faltam ao monitoramento da floresta, com cenas da Amazônia Ocidental e da América Central. No futuro, o monitoramento de queimadas e desmatamento, hoje feito a partir de São José dos Campos, a sede do Inpe, passará gradativamente a ser feito dentro da própria Amazônia.

As propostas foram apresentadas na quarta-feira em reunião com vários ministérios e serão coordenadas pela Casa Civil. As sugestões foram bem recebidas, na avaliação de Capobianco. "A idéia do fundo foi vista como uma boa solução, de curto prazo, com base em um recurso que já tem provisão legal", diz ele. "Agora depende do cenário econômico." O dinheiro vindo da exploração de petróleo seria só um dos alicerces do fundo, que pretende captar recursos também da cooperação internacional. O plano de incentivos positivos à redução de emissões por desmatamento evitado, nome da proposta brasileira para preservar a Amazônia, é outra fonte possível. O debate destas propostas deve estar fechado para que o resultado saia antes do encontro da ONU sobre mudanças climáticas, em dezembro, em Bália, na Indonésia.

Emissão cresce mais que o PIB no Brasil – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo-Ciência – 19/11/2007

Gás carbônico emitido na economia teve alta de 45% entre 1994 e 2005 - Cálculo foi feito por grupo do RJ a pedido do governo e integrará novo inventário nacional; térmicas e carros foram fatores de elevação

Frota maior foi um dos responsáveis pelo crescimento nas emissões

As emissões de gás carbônico na economia brasileira cresceram 45% entre 1994 e 2005. Nesse período, a média de crescimento anual da produção de gases-estufa excluindo o desmatamento foi de 3,4%, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,6%. Ou seja, o país está poluindo mais do que gerando riqueza.

Os dados integram relatório do balanço de carbono do Brasil, feito em convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela Economia & Energia (www.ecen.com), uma organização sediada no Rio.

Eles formarão a base do próximo inventário nacional de emissões, ainda sem data para ser concluído, que será entregue à Convenção do Clima das Nações Unidas. O

inventário atual, lançado em 2004, já nasceu desatualizado: seus dados refletem as emissões de 1994.

Naquela época, as emissões industriais brasileiras (que incluem indústria, geração de energia e transportes) eram de 62,9 milhões de toneladas de carbono, menores que as da Romênia. Em 2005, chegaram a 91 milhões de toneladas, ultrapassando as emissões somadas de Áustria e da Holanda. Tudo isso excluído o desmatamento, que responde por cerca de 75% das emissões brasileiras -e que torna o Brasil o quinto maior poluidor global. Segundo Carlos Feu, diretor da Economia & Energia, dois fatores responderam pela elevação das emissões: o brasileiro está andando mais de carro e consumindo energia mais suja.

"No primeiro inventário, quase não existiam usinas termelétricas no Brasil. Agora existem e continuarão existindo." A matriz energética nacional, antes predominantemente hidrelétrica (cujas emissões não são contabilizadas por falta de critério científico), passou a contar a partir desta década com usinas movidas a combustíveis fósseis como gás natural, diesel e carvão mineral.

O governo federal já dá como fato consumado que o crescimento futuro do país demandará mais energia fóssil.

O Plano Nacional de Energia, elaborado pela EPE (Empresa Brasileira de Pesquisas Energéticas), prevê que a participação do gás na matriz nacional em 2030 terá quase dobrado em relação ao 2005. A capacidade instalada de usinas a carvão deve quadruplicar no período, de 1.400 para 6.000 megawatts. As estimativas foram feitas antes da confirmação do potencial do campo de petróleo de Tupi, na bacia de Santos -que tende a tornar o óleo uma fonte de energia ainda mais importante no país.

Segundo o relatório do balanço de carbono, o setor de geração de energia foi o único que cresceu sua participação relativa no total de emissões entre 1994 e 2005: de 12% para 17%.

As emissões desse setor duplicaram no período, de 7,6 milhões de toneladas de carbono em 1994 para 15,2 milhões em 2005. Os transportes mantiveram a fatia de 40%, mas suas emissões saltaram 45%: de 25,4 milhões para 36,9 milhões de toneladas de carbono.

Para Carlos Feu, o aumento no consumo de veículos no país -que se reflete primeiro na queima de combustíveis fósseis- é parte da explicação para o aumento nas emissões ter ultrapassado do PIB.

Intensidade - Isso tudo contribui para que a chamada intensidade de carbono, ou seja, o total de carbono emitido por US\$ 1.000 gerados na economia, ainda seja alta no Brasil. Nos países ricos, a tendência é que ela caia, seja por eficiência, seja pelo aumento da participação do setor de serviços. "Ainda estamos num caminho de subir a intensidade de carbono", diz Feu.

O relatório, no entanto, ainda não conseguiu avaliar o peso dos motores flex na redução das emissões. Os carros flex, que aumentaram o uso do álcool (combustível que emite pouco carbono) no país, só entraram no mercado em 2004.

O crescimento das emissões industriais deve colocar o Brasil numa posição ainda mais delicada nas negociações do acordo substituto de Kyoto, que começam no mês que vem em Bali, Indonésia. O país, como o resto do Terceiro Mundo, é desobrigado por Kyoto de cortar emissões mas vem sendo pressionado pelas nações industrializadas a adotar algum tipo de compromisso obrigatório no período pós-Kyoto. A posição tradicional brasileira é não aceitar metas.

FNMA apóia fortalecimento da rede brasileira de fundos socioambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 19/11/2007

Durante a IX Assembléia Geral da RedLac - Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, realizada entre 12 e 15 de novembro em El Salvador, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) assinaram carta de acordo para fortalecimento dos fundos socioambientais no Brasil.

O acordo permitirá a incorporação de fundos privados à Rede Brasileira e o desenvolvimento de ferramentas para fortalecer os nós da rede de fundos, através do qual serão investidos mais de R\$ 250 mil no processo de fortalecimento. O plano de trabalho prevê a elaboração de um site da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais que facilitará as trocas entre os membros da Rede, além de permitir a divulgação de publicações e a realização de um curso a distância para o fortalecimento dos fundos. Essa parceria trará bons resultados para melhorar a comunicação e contribuir para o aprimoramento do desempenho do financiamento ambiental no país.

Na IX Assembléia, a presidência da RedLac foi assumida pelo secretário-geral do Funbio. Segundo Elias de Paula de Araújo, diretor do FNMA, isso deverá favorecer uma maior integração entre a Rede Brasileira de Fundos e a RedLac.

Governo lança edital para privatização da floresta amazônica - Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 19/11/2007

Na última quarta-feira, dia 14, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançaram o primeiro edital para exploração comercial de madeira em uma floresta pública na Amazônia. A área concedida é a Floresta Nacional do Jamari (RO), que soma 96 mil hectares. O MMA usa como argumento para a concessão, o objetivo de evitar o desmatamento e a grilagem de terras.

Para o pesquisador em ecologia e manejos naturais da Universidade Federal do Acre (Ufac), Elder Andrade, os argumentos do MMA são falsos e o governo na verdade está privatizando algo público.

“Trata-se efetivamente da privatização das florestas públicas e o que é mais dramático nessa história é o argumento de que entregando para o madeireiro a floresta será preservada. Eu não sei quem pode acreditar em algo dessa natureza, porque a indústria madeireira, seja ela a pequena ou a grande, ela tem se caracterizado pela fraude”.

O pesquisador também discorda do fato de que a privatização incentivaria a geração sustentável de renda e empregos nas comunidades situadas na Floresta do Jamari.

“A alegada função social no sentido de gerar empregos também não é verdadeira porque as máquinas utilizadas pelas grandes empresas são importadas e o uso de mão de obra é muito pequeno”.

Quem vencer a licitação terá o direito de explorar a área por até 40 anos, com lucros estimados de R\$ 450 mil por ano e por hectare.

O Serviço Florestal estima que 13 milhões de hectares de florestas serão privatizados nos próximos dez anos.

Brasil importará poluição, disseram EUA – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 20/11/2007

Afirmção está em documento de 1972 produzido pelo Departamento de Estado na véspera de 1ª conferência ambiental

Análise ecoa em posições defendidas hoje pelo país em reuniões ambientais, como a aversão à vigilância externa sobre a Amazônia

"No futuro, o Brasil poderá até mesmo se tornar um "porto seguro de poluição" para empresas que estejam procurando escapar a restrições de países com controles." A frase está no documento intitulado "Brazil -If Development Brings Pollution, so Be It" ("Brasil - Se o Desenvolvimento Traz Poluição, Que Assim Seja").

Seu autor é o Departamento de Estado norte-americano. O texto, disponível online desde que foi "desclassificado" (jargão dos serviços de inteligência para documentos que deixam de ser secretos), mas nunca antes publicado, traz a data de 28 de fevereiro de 1972.

Escrito por Ruth M. Schimel e aprovado por Godfrey H. Summ, da Chancelaria norte-americana, o relatório procurava dar uma panorâmica da situação do meio ambiente ("ecologia" era palavra mais em voga então) no Brasil para o governo Nixon (1969-1974).

Foi feito às vésperas do que é considerado o primeiro encontro multilateral sobre o tema, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

As críticas feitas então encontram eco 35 anos depois, quando o mundo se prepara para debater o tema da vez na "ecologia" -as mudanças climáticas- em Bali, na Indonésia, no mês que vem.

A oposição do Brasil a controles externos, diz o documento, "reflete medos profundos de que tais controles possam frustrar seu impressionante crescimento econômico e o cumprimento de seu destino de potência mundial".

"A política brasileira oficial [...] coloca objetivos de desenvolvimento acima do controle da poluição e busca forçar os países desenvolvidos a assumir a responsabilidade pelo controle da poluição", escreve Schimel no começo.

A sentença poderia se referir a posições que o Brasil tem defendido em encontros ambientais internacionais, como a de que os países do Terceiro Mundo não podem abrir mão de seu "direito de poluir" em nome do desenvolvimento.

Um esboço do decreto que propõe a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que o governo Lula promete aprovar em 2008, reflete esse tipo de posição. A **Folha** publicou trechos do decreto no dia 10. Instado então pelo jornal a comentá-lo, Marcelo Furtado, do Greenpeace, fez crítica similar ao que já alertava o Departamento de Estado há mais de três décadas. "A única coisa que está assegurada aqui é que o desenvolvimento econômico não será afetado(...) Essa era a posição brasileira em 1972 em Estocolmo." O documento foi elaborado pelo hoje extinto Escritório de Pesquisa e Análise das Republicas Americanas, subordinado ao Escritório de Inteligência e Pesquisa da Chancelaria norte-americana, então comandada por William Pierce Rogers (1913-2001).

Seu texto é bastante duro com a política ambiental brasileira. No geral, afirma, os brasileiros "continuarão a estimular investimentos em grande escala que apoiem seus objetivos de desenvolvimento, mesmo que isso signifique "importar poluição". E conclui com a frase do início dessa reportagem.

Em outro trecho, o documento arrisca uma análise do cenário político brasileiro: "Aqueles que fazem as políticas públicas estão de acordo entre si e dizem que padrões internacionais serão usados para manter as nações em desenvolvimento dependentes".

Outros, continua, "como membros do fraco Congresso e o presidente do Instituto de Estudos Oceânicos [Instituto Oceanográfico], admitem os perigos da poluição, mas no geral pedem soluções brasileiras para problemas brasileiros".

NA INTERNET - Leia o documento e a íntegra de sua tradução www.folha.com.br/073232

Redução de emissões de CO2 será de 11% em 2012

DA REDAÇÃO - O Protocolo de Kyoto, único acordo internacional contra o efeito estufa, será cumprido em 2012 com folga. A constatação é da Convenção do Clima das Nações Unidas.

E o mérito é do colapso do comunismo no Leste Europeu nos anos 1990. Segundo dados divulgados ontem pelo secretário-executivo da convenção, o holandês Yvo de Boer, os países industrializados chegarão em 2012, último ano do acordo, emitindo 11% menos gases de efeito estufa (que esquentam o planeta) do que em 1990. Kyoto prevê que a redução média desses países, chamados coletivamente de Anexo 1, seja de 5,2%.

No entanto, as emissões de 36 países com metas a cumprir pelo protocolo estão crescendo em um ritmo que De Boer qualificou como "preocupante". Elas atingiram o segundo maior valor da história em 2005 e não pararam de crescer. Na Espanha, por exemplo, o crescimento esperado até 2010 é de 52% em relação a 1990; na Turquia, de 157%. Segundo De Boer, a janela de oportunidade para reverter essa tendência -e evitar as mudanças climáticas catastróficas- é estreita.

O segredo do sucesso de Kyoto está nas chamadas "economias de transição". Trata-se do antigo bloco comunista do Leste Europeu. Esses países, como a Polônia e a Romênia, tinham indústrias pesadas e muito sujas, que fecharam com o colapso do regime soviético.

Segundo os dados da Convenção do Clima, as economias de transição terão uma queda de 27,5% em suas emissões entre 2008 e 2012 em relação a 1990, mesmo com seu ressurgimento econômico durante os anos 2000. Os outros países do Anexo 1 verão suas emissões crescerem 3,8% em média.

Apenas dois países ricos, Reino Unido (19% de queda) e Alemanha (21,3% de queda), cumprirão sua meta de Kyoto sem nenhum esforço adicional.

As emissões dos EUA, maior poluidor do mundo -que rejeitou Kyoto- cresceram 16% entre 1990 e 2005, e devem chegar a 2012 26% maiores.

De Boer reafirmou que é fundamental tentar trazer os EUA para o esforço global de corte de emissões que deverá ser feito após 2012, quando Kyoto expira. As negociações de um acordo substituto para o protocolo começam no mês que vem em Bali, Indonésia.

Incra/PB e Ibama apontam soluções para problemas ambientais – Sítio Eletrônico do MDA – 21/11/2007

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba, Frei Anastácio, e o superintendente substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rosil de Lima Lacerda Júnior, comprometeram-se nesta terça-feira (20), durante o primeiro Ciclo de Debates sobre o Termo de Cooperação Técnica celebrado pelos dois órgãos, a somar esforços para solucionar problemas ambientais existentes nos projetos de assentamento paraibanos.

No evento, que contou com a participação do delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Paraíba (MDA/PB), Marenilson Batista da Silva, de técnicos da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Setor de Cadastro e do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais Incra e do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama/PB, foram discutidos projetos de desenvolvimento e de educação ambiental, a adequação dos projetos de assentamento à legislação ambiental e a recuperação de áreas degradadas. Um dos pontos a serem priorizados pela equipe interdisciplinar formada por servidores dos dois institutos é o licenciamento ambiental. De acordo com Marcel Chacon, do Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra/PB, a maior parte dos projetos de assentamento paraibanos não possuem licenciamento ambiental, assim como a maioria dos projetos de assentamento de todo o País.

O licenciamento é condição necessária para a concessão de crédito rural aos agricultores assentados nos projetos de reforma agrária criados pelo instituto. É a partir do licenciamento que serão definidas as áreas que o produtor rural poderá desmatar para exercer suas atividades econômicas ou de subsistência. Os superintendentes se comprometeram a negociar acordos, convênios e termos de cooperação entre Incra, Ibama, órgãos estaduais de meio ambiente, ONG's e movimentos sociais para diminuir custos gerais e acelerar trâmites dos licenciamentos e da execução de projetos de desenvolvimento sustentável. A idéia é que as entidades trabalhem em conjunto, como já vem acontecendo em Pernambuco, segundo explanação de Ricardo Padilha, do Programa de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, que também participou do Ciclo de Debates.

Diagnósticos socioambientais - Para possibilitar a implantação de projetos de desenvolvimento e de programas de educação ambiental serão realizados diagnósticos socioambientais de 19 projetos de assentamento paraibanos, que reúnem 1.169 famílias e foram priorizados por serem áreas de conflitos ambientais e por possuírem reserva legal que deve ser protegida de degradações. Através de questionários que serão aplicados às famílias assentadas, os técnicos irão conhecer os conflitos e problemas ambientais existentes nos projetos de assentamento e elaborar programas de educação ambiental que tenham em vista o uso racional dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos assentados, com atenção especial para o manejo conservacionista do solo, da água e da vegetação, o saneamento rural e o destino de resíduos sólidos e líquidos do lixo doméstico e de embalagens de agrotóxicos.

MMA participa de simpósio sobre biodiversidade – Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007

O Ministério do Meio Ambiente participa em Belém (PA) do simpósio "Conservação da Biodiversidade em Paisagens Florestais Antropizadas". O evento, que ocorre até o dia 23, é promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com as universidades de East Anglia e Lancaster (ambas do Reino Unido). O encontro pretende avaliar os impactos das populações humanas sobre a biodiversidade das florestas.

No simpósio, serão apresentados estudos realizados em áreas fragmentadas e paisagens já altamente degradadas. Também serão discutidos os desafios e as oportunidades para a conservação da biodiversidade em áreas protegidas e antropizadas, manejadas ou degradadas.

O coordenador do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) do MMA, Ronaldo Weigand, participa do encontro como palestrante. No simpósio serão apresentadas diversas palestras, onde serão abordados assuntos relacionados a estratégias de conservação, baseadas tanto em áreas de proteção integral quanto em paisagens agroindustriais e de uso intensivo do solo.

Weigand explica que o evento, de nível acadêmico, tem implicações práticas, pois as palestras estão organizadas de modo a colocar os programas como soluções para os problemas levantados. No encontro, Weigand abordará o estágio atual do programa Arpa e sua importância para esses ecossistemas fragmentados.

Educação ambiental e futuro sustentável em debate – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007

O diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente, Marcos Sorrentino, participará da 4ª Conferência Internacional de Educação Ambiental ou "4 th International Conference on Environmental Education", a ser realizada entre os dias 24 e 28 de novembro na cidade de Ahmedabad, na Índia.

O evento tem como tema central Educação Ambiental rumo a um Futuro Sustentável " Parceiros para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e marca os 30 anos da realização " em Tbilisi, na Geórgia, em 1977 □ da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, cuja declaração final contém princípios e objetivos que servem de referência até hoje.

Na conferência " que conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) " , Sorrentino lançará a II Jornada sobre o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a ser realizada até

2009, e a I Conferência Internacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, agendada para 2010.

Além disso, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente encaminhou ao evento o artigo Políticas Públicas Nacionais de Educação Ambiental não-formal no Brasil: gestão institucional, processos educacionais e cooperação internacional.

Academia amazônica promove integração entre teoria e prática – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007

Estudantes de pós-graduação da região amazônica participam, desde dia 19 deste mês, em Rio Branco (AC), do curso Academia Amazônica - Teoria e Prática para a Construção de uma Amazônia Sustentável. O curso tem por objetivo promover análises e debates sobre temas relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tendo como referência experiências desenvolvidas na região com apoio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais. Trata-se de uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e Universidade Federal do Acre (Ufac).

Os temas abordados no curso envolvem questões relacionadas com as fronteiras amazônicas, ciência e tecnologia para a Amazônia, desenvolvimento urbano, exploração florestal sustentável e gestão e ordenamento territorial. Dentre os expositores estão Luiz Oliveros, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Francisco Pianco, Secretário de Estado dos Povos Indígenas do Acre, Helena Luna, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Marcos Del Prette, do Ministério do Meio Ambiente, dentre outros. A aula inaugural, sobre mudanças climáticas, foi ministrada pelo professor da UFAC, Foster Brow.

Além de palestras, aulas expositivas e mesas-redondas, os alunos farão visitas de campo para conhecer experiências relacionadas com os temas estudados. Estão programadas visitas ao Complexo Florestal Industrial de Xapuri - fábrica de pisos localizada às margens da rodovia BR 317 - onde os alunos conhecerão o processo de produção de pisos e a relação da fábrica com a comunidade, fornecedora de matéria-prima. Ainda em Xapuri, eles conhecerão o trabalho desenvolvido pela Cooperativa Mista de Castanha, em parceria com a comunidade da Resex Chico Mendes. Está agendada, também, visita ao Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, no Seringal Cachoeira, no município de Epitaciolândia, onde é desenvolvida experiência de manejo florestal comunitário de madeira., bem como às instalações da Pousada Ecológica, construída pelo governo do estado na área de abrangência do projeto. Na sede do município de Xapuri eles visitarão a casa de Chico Mendes e a Fundação Cultural Chico Mendes. Por fim, visitarão a cidade de Cobija, na fronteira do Acre com a Bolívia.

O curso encerra no dia 01 de dezembro com um seminário final e apresentação de trabalho pelos alunos sobre os temas abordados.

Amazônia Sustentável produz efeitos positivos na queda do desmatamento – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007

Antes mesmo de ser assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) já produziu efeitos positivos e que podem ser traduzidos, entre outros indicadores, na vertiginosa queda do índice de desmatamento. Esse resultado se deve ao fato de que as diretrizes para elaboração do plano definidas em 2003, acordadas entre os governos federal e dos estados amazônidas, orientaram, ao longo dos últimos quatro anos, tanto as ações do governo como os debates no Congresso Nacional, que garantiu instrumentos para a atuação do Executivo.

A declaração foi feita pelo ministro interino do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, nesta quarta-feira (21), na abertura do I Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Nacional, organizado pela Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados. Ao longo dos últimos quatro anos, segundo Capobianco, a sociedade brasileira demonstrou decisão política de enfrentar a imposição de preservação da Amazônia e alcançou resultados incontestáveis. "Debatemos hoje sobre um patamar extremamente positivo porque os últimos anos fizemos muito pela Amazônia. A redução do desmatamento ficará na faixa de 60%. Chegamos ao menor índice de desmatamento desde 1988, quando ele começou a ser monitorado. E durante esses 19 anos a população, a infraestrutura, a capacidade de "degradar a floresta" na Amazônia aumentaram de forma exponencial", afirmou.

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, que envolve 13 ministérios e tem sido a principal ferramenta do governo para conter o desmatamento, é, segundo Capobianco, um dos resultados do PAS. Ele ainda citou outros: "Foi o Plano Amazônia Sustentável que orientou a revisão do sistema de titulação da Amazônia, que possibilitou a criação de mais de 20 milhões de ha de unidades de conservação, que possibilitou a homologação de 10 milhões de hectares de terras indígenas e a implantação de milhares de projetos de assentamento sustentável pelo Incra. Na verdade, ele já vem sendo implementado".

O ministro interino dividiu com o Congresso o mérito dos avanços alcançados pelo Brasil. Ele citou as leis de Gestão de Florestas Públicas e de criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade como exemplos dos pleitos do ministério que foram atendidos pelo Congresso.

Apesar dos avanços, a Amazônia ainda é, para Capobianco, o maior desafio brasileiro. "Nós estamos encarregados de dar à Amazônia um destino diferente do que o mundo inteiro deu para as suas florestas. Seremos capazes de fazer diferente. De dar qualidade de vida a 24 milhões de pessoas sem destruir a floresta pela agricultura, pela pecuária ou pelas cidades, reduzindo a Amazônia ao que foi reduzida a Mata Atlântica. Esse não é um desafio que possa ser enfrentado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelos órgãos ambientais ou pelas entidades ambientalistas. É um desafio que depende de uma decisão política da sociedade. E o espaço em que podemos construir uma decisão política da sociedade é o Congresso Nacional".

Presidente Lula assina decreto para o Plano Nacional sobre Mudança do Clima –
Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta quarta-feira (20), durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), no Palácio do Planalto, decreto que institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). De caráter permanente, será formado por 16 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, liderados pela Casa Civil. Este Comitê será o responsável por alinhar as diferentes iniciativas do governo nesta área e, em especial, por orientar a elaboração e implementação da Política Nacional e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

As ações serão operacionalizadas por um Grupo Executivo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e composto por outros seis ministérios, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil. A equipe deverá elaborar uma primeira minuta do Projeto de Lei que definirá a Política Nacional para o tema até 11 de janeiro de 2008, bem como a versão preliminar do Plano Nacional, que deverá ser concluída até 30 de abril de 2008.

O Plano estará apoiado em quatro eixos: mitigação, adaptação aos efeitos da mudança do clima, pesquisa e desenvolvimento, e capacitação e divulgação. De acordo com o ministro interino do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, a iniciativa será fundamental também na definição de medidas concretas que permitam ao País reduzir ainda mais suas emissões de CO₂.

"O Plano deverá constituir a síntese dos esforços já realizados até o momento e prover as diretrizes para que o País possa contribuir com os esforços globais de mitigação da mudança, bem como adotar medidas de adaptação aos impactos que o Brasil sofrerá com o aquecimento global já constatado", destacou o secretário.

O Comitê Interministerial terá tarefas como, por exemplo, propor ações prioritárias de curto prazo, promover a articulação internacional para a troca de experiências e transferência de tecnologia e ainda identificar fontes de recursos para a implementação da iniciativa, entre outras responsabilidades.

A sociedade poderá contribuir com o documento por meio de consultas públicas. Serão utilizados como instrumentos dessa consulta a III Conferência Nacional do Meio Ambiente, as reuniões do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, reuniões regionais a serem realizadas em todo o País e ainda a internet, em endereço a ser divulgado posteriormente. O objetivo é promover a transparência do processo em sua elaboração e implementação.

Tanto o Plano quanto a Política Nacional sobre Mudança do Clima vêm se somar aos esforços que o governo brasileiro já desenvolveu para mitigar as emissões dos gases de efeito estufa, como o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento, que envolve 13 ministérios. O resultado já se observa na redução de 50% na taxa de desmatamento de 2004 a 2006. Com isso, o Brasil evitou a emissão de cerca de meio bilhão de toneladas de CO₂ na atmosfera no período. "É o equivalente a 14% das reduções

preconizadas para todos os países desenvolvidos no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto que se estende de 2008 a 2012", destacou Capobianco.

O secretário enfatizou que reduzir o desmatamento no Brasil implica a mudança de um modelo de desenvolvimento que vai além de cercar a floresta. "Implica, fundamentalmente, em prover condições adequadas para que a manutenção da floresta em pé seja, do ponto de vista econômico, social e ambiental, mais vantajosa do que a sua derrubada", disse.

Nesse sentido, Capobianco destacou que o governo federal prepara a segunda fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e que é com este espírito que o Brasil irá para a 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, em Bali, em dezembro. "Vamos insistir na proposta de incentivos positivos para a redução de emissões provenientes do desmatamento e defender a urgência do cumprimento das metas, por parte dos países desenvolvidos", finalizou.

Composição dos grupos:

Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM): ministérios do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, das Cidades, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; dos Transportes, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda, da Educação, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, de Assuntos Estratégicos, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Casa Civil.

Grupo Executivo sobre Mudança do Clima: ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Casa Civil.

Íntegra do discurso do ministro interino do MMA, João Paulo Capobianco

Brasil pode ter metas contra o desmatamento - Luiza Damé – O Globo – Ciência – 22/11/2007

Governo, cientistas e ONGs discutem plano para reduzir queimadas e emissão de gases

BRASÍLIA. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas propôs ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo estabeleça metas de redução de desmatamento e queimadas no país, especialmente na Amazônia, como forma de diminuir a emissão de gases e contribuir para o combate ao aquecimento global. Segundo o secretário-executivo do fórum, Luiz Pinguelli Rosa, a maior questão climática no Brasil é o desflorestamento.

O ministro interino de Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, admitiu ser possível adotar metas quantificáveis atenuar o problema. — Entregamos ao presidente sugestões para o Brasil ter um plano para mudança climática. E o ponto principal é o combate ao desmatamento. O governo tem de priorizar isto, o que está sendo feito, mas queremos

metas para o próximo ano — disse Pinguelli. O fórum, que se reuniu no Palácio do Planalto, é presidido por Lula e tem cerca de 70 integrantes — 12 ministros e representantes de órgãos federais, estatais, instituições de pesquisa, empresas privadas e organizações não governamentais. Capobianco disse que no Acordo de Kioto, para redução de emissão de gases, não há metas para os países em desenvolvimento, somente para os desenvolvidos.

— Mas é possível determinar metas internas. O Brasil pode internamente definir políticas estratégicas e até objetivos quantificáveis para estimular sua ação na redução de emissões do desmatamento.

Ou seja, nas várias ações para enfrentar o desafio das mudanças climáticas — afirmou. Segundo Capobianco, a previsão é que no período de julho de 2006 a julho de 2007 tenha sido registrado o menor índice de desflorestamento da Amazônia, desde 1988, quando começou o monitoramento pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados devem ser divulgados em breve pelo Ministério do Meio Ambiente. Ele reconheceu que nos últimos meses houve um incremento do desmatamento e será necessário rever o plano nacional para retomar a tendência de redução.

Na reunião, o presidente disse que o governo foi criticado por inchar a máquina pública ao abrir concurso para o Ministério do Meio Ambiente.

Segundo ele, havia críticas ao aumento de gastos, mas ninguém reconhecia que havia poucos servidores para fazer licenciamento ambiental.

Lula agora apóia rigor para licença ambiental - Leonencio Nossa – estado de São Paulo
– Vida & - 22/11/2007

No Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, presidente abandona crítica à área do meio ambiente no governo por atrapalhar obras do PAC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou o discurso sobre meio ambiente. Ao anunciar o envio ao Congresso no início do próximo ano de um Plano Nacional e de um Programa de Política de Mudanças Climáticas, ele deixou de lado as críticas ao Ministério do Meio Ambiente e defendeu a posição dos técnicos da área de licenciamento de obras.

Em discurso no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no Palácio do Planalto, ele avaliou que o problema na área de licenciamento não era ideológico, como chegou a dizer no início do ano, mas falta de pessoal e falta de recurso. “Eu sei a angústia e o sofrimento no tempo em que a gente não tinha dinheiro”, disse. “O governo vive esse confronto cotidiano, esses meninos sabem quantas pessoas nós tínhamos para fazer licenciamento, e era pau neles, pau neles.”

A reunião do fórum foi conduzida a portas fechadas, mas um longo trecho do discurso do presidente foi ouvido por jornalistas num corredor do palácio, próximo ao salão onde ocorreu o encontro. “O ministério era o culpado, ninguém se preocupava que não tinha funcionários suficientes”, disse o presidente em outro trecho do discurso. “Foram dois

anos trabalhando, aprendendo, apanhando, batendo, até chegar à posição de ganhar mais voz.”

Os assessores do Planalto retiraram os jornalistas do corredor, impedindo que a imprensa seguisse acompanhando o restante do pronunciamento de Lula.

Foi um discurso bem diferente dos que o presidente fez nos últimos meses. Lula sempre atacou os técnicos do licenciamento ambiental e reclamava com a própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, especialmente pela “demora” na licença para construir as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. No início do ano, ele chegou a dizer que a equipe de Marina queria colocar um “bagre” no colo dele, referindo-se aos peixes do Madeira.

DESMATAMENTO - Lula ainda avaliou que o governo federal sozinho não tem condições de combater o desmatamento da Amazônia. “Nós ainda temos uma deficiência grave”, disse. “Se o governo federal acha que pode cuidar de um território grande como esse, é um ledão engano”, completou.

Ele ainda defendeu parcerias com Estados, prefeituras, movimentos sociais e a Igreja Católica. “Todo mundo tem de ser fiscal de todo mundo.”

PLANO NACIONAL - Na mesma reunião, Lula assinou um decreto instalando uma comissão interministerial para elaborar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que deverá ser enviado ao Congresso até 30 de abril.

O plano vai definir metas nacionais de redução de emissões de gases que causam o efeito estufa. O governo ainda pretende mandar ao Legislativo, em janeiro, o Programa de Política de Mudanças Climáticas.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse, em entrevista, que o eixo central do Plano Nacional de Mudanças Climáticas é definir uma meta de redução de desmatamento e queimadas. O plano definirá formas de adaptação às mudanças climáticas e incentivos a pesquisas na área. “É possível definir essas metas”, reiterou Capobianco.

Barreiras a um novo acordo para redução das emissões – Valor Econômico – Opinião - 22/11/2007

Há hoje poucas dúvidas de que, na ausência de ações incisivas e permanentes, o planeta se tornará cada vez mais hostil à vida humana. A conferência do clima da Organização das Nações Unidas a ser realizada em Bali, em dezembro, está cercada pela urgência e pela necessidade e ameaçada pela politicagem e estreiteza de interesses econômicos. Movem-se em direções opostas os diagnósticos severos lançados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que coloca as transformações ambientais no limiar da irreversibilidade, e a conduta dos principais países poluidores do mundo, na maior parte dos casos negligente e desinteressada.

Diante da gravidade das ameaças, as metas do Protocolo de Kyoto se tornaram tímidas. O balanço feito pelo secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, indica que o objetivo de reduzir em 5,2% as emissões, com base em 1990, será atingido em 2012. A diferença é que, com poucas exceções, o feito se deve aos países do Leste europeu, que jogaram fora a sucata improdutiva herdada da era comunista. Esses avanços se concentraram nos anos 90 e não estão se repetindo. "As emissões estão crescendo de forma preocupante", disse Boer.

Kyoto é um fracasso absoluto nos países desenvolvidos. Só Alemanha (- 21,3%) e Reino Unido (- 19%) fizeram um trabalho sério entre as nações ricas. China e Índia estão em marcha acelerada para destronarem os EUA no ranking de maior poluidor do mundo. O Brasil está em quinto na lista. Apesar da comemoração de que no biênio 2006-2007 o desmatamento foi reduzido, a vitória é relativa e instável. Em agosto e setembro, ele voltou a crescer.

Um outro relatório traz dados alarmantes sobre o comportamento futuro das emissões. O "Panorama da Energia Mundial", divulgado pela Agência Internacional de Energia, projeta que, se o ritmo econômico atual se mantiver, a necessidade energética mundial terá de crescer mais de 50% até 2030. A demanda dos países em desenvolvimento será 74% deste total - apenas China e Índia responderão por 45% dela. E de onde virá esta energia? Pelo menos 84% do acréscimo, dos combustíveis fósseis. Resultado: as emissões de dióxido de carbono aumentarão 57%. Dois terços dela serão feitas por EUA, Rússia, China e Índia. Segundo Martin Wolf (Valor, 14 de novembro), mesmo em um "cenário de política alternativa mais radical da AIE, as emissões de CO2 só se estabilizarão até 2025 e permanecerão quase 30% acima dos níveis de 2005".

A equação política da disputa que se travará em Bali e nos próximos anos tem essa base econômica. Os países que mais crescem no mundo são os emergentes e, dentre eles, os que já são grandes poluidores, como China, Índia, Rússia e Brasil. Esses países se manifestaram totalmente contrários a metas compulsórias de redução de emissões. O campeão mundial de poluição, os EUA, por seu lado, não querem compromissos que o amarrem a nada e citam a atitude dos países em desenvolvimento como um bom motivo para isso. É claro que, ainda que não existisse este pretexto, o unilateralismo americano buscaria outros.

A diplomacia brasileira se alinha a esse eixo poluidor terceiro-mundista, sob o argumento de que os países industrializados foram os maiores causadores do problema e não se deve sacrificar agora o crescimento das nações em desenvolvimento. Mas metas voluntárias preconizadas podem ser mais um disfarce para inoperância e improvisação. Não só o desmatamento na Amazônia voltou a crescer, como também as emissões de outras fontes de CO2. De 1994 a 2005, elas avançaram 45%, um crescimento acima do ritmo das atividades econômicas, medido pelo Produto Interno Bruto. Enquanto isso, um plano nacional de mudanças climáticas, anunciado pelo presidente Lula na ONU, só estará pronto em maio e procura-se recursos adicionais para a preservação do meio-ambiente que já existem - na receita de extração de petróleo.

O Brasil deveria se comprometer com metas viáveis e considerar o apoio à taxaçoão sobre as emissões. Ela não se contrapõe aos atuais instrumentos, pode acelerar a adoção de tecnologia limpa e estimular a inovação. Poderia ser também uma importante fonte de recursos adicionais para o combate às emissões nos países emergentes.

Comissão aprova Venezuela no Mercosul - Thiago Vitale Jayme – Valor Econômico – Política - 22/11/2007

Por 44 votos a 17, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou ontem o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Depois de três sessões de debates fortíssimos e negociação de cargos com o PMDB, o governo federal conseguiu contabilizar uma maioria folgada. O texto do projeto de decreto legislativo sobre o tema segue agora para o plenário da Casa.

O dia começou com um problema na base aliada. O governo cogitou adiar a votação de ontem na CCJ. O PMDB cobrava pressa na indicação do diretor de Exploração e Produção da Petrobras (cargo prometido ao partido). Os pemedebistas querem o remanejamento de Paulo Roberto Costa, que hoje ocupa a diretoria de abastecimento da estatal.

Durante os discursos a favor e contra a entrada do país presidido por Hugo Chávez no Mercosul, os governistas conseguiram amansar o PMDB. "Vamos votar hoje. Está tudo tranquilo", minimizava o líder do governo na Câmara, José Múcio Monteiro (PTB-PE).

Apenas PSDB, PPS e DEM se posicionaram contra a adesão venezuelana, durante a reunião da CCJ. Na noite de terça-feira, uma reunião da Executiva Nacional tucana fechou questão contra o protocolo. "O PSDB tirou decisão partidária. Admitir Hugo Chávez em uma organização que poderá ser presidida por um camarada instável e imprevisível é colocar fogo no Mercosul e iniciar uma caminhada para o fim do bloco", disse o líder do partido na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).

Os deputados da base aliada defendiam a integração do país e lembravam que o Mercosul não passa de um bloco aduaneiro, sem ligações mais estreitas, como é o caso do Mercado Comum Europeu. "Dizer não à Venezuela é contrariar os interesses nacionais. Não é uma união política, mas apenas aduaneira. Não podemos embaralhar as coisas. Temos de defender os interesses econômicos do país", afirmou o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA).

O parlamentar disse que o Brasil não precisa ter "medo da economia venezuelana", que é seis vezes menor do que a brasileira, e nem receio de Chávez. Segundo a base aliada, com a Venezuela, o Mercosul passaria a refletir 76% do PIB da América do Sul. O país de Hugo Chávez é o segundo na lista daqueles com quem o Brasil possui maior superávit na balança comercial, atrás apenas dos Estados Unidos.

"Temos a responsabilidade de defender a democracia. O regime Chavista está, sim, em julgamento aqui nesta comissão. Quando os deputados da base aliada dizem que é apenas um bloco aduaneiro, vejo um discurso da mediocridade", protestou o vice-líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA). Entre os partidos da base aliada, diversas legendas defendia a Venezuela e criticavam seu presidente. "O Chávez é horroroso. Mas a Venezuela é maior do que ele", disse o líder do PTB, Jovair Arantes (GO).

José Múcio defendeu fortemente a entrada do país vizinho. "Temos de avaliar quais são as nossas relações históricas com o país e a sociedade que estamos querendo segregar", disse. "O Brasil tem, com a Venezuela e seu povo, uma relação social, cultural e econômica histórica. Isso é maior do que Hugo Chávez. Se fosse uma sessão só para falar de seus métodos, talvez estaríamos todos do mesmo lado", completou Múcio.

O líder do governo pediu que os deputados avaliassem a entrada do país por dois aspectos. "Ou pensando no povo da Venezuela ou nos interesses econômicos do Brasil." Múcio informou que o país é um parceiro preferencial brasileiro. Segundo ele, 10% dos

medicamentos nacionais são vendidos para o país de Hugo Chávez. Da produção de carros, 7% vai para lá.

O P-SOL foi o único partido da oposição a votar favoravelmente à entrada venezuelana no Mercosul. Para Chico Alencar (RJ), líder da sigla na Câmara, a adesão dá prosseguimento ao "sonho do avanço do mercado comum da América Latina". O texto segue para o plenário.

Brasil deve anunciar metas internas de redução das emissões - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 23/11/2007

Às vésperas da conferência de cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, governo forma um comitê interministerial que elaborará até abril do ano que vem um projeto de lei para a criação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

RIO DE JANEIRO – A menos de um mês da realização da conferência de cúpula da ONU que tentará construir uma agenda comum para a segunda fase do Protocolo de Quioto (pós-2012), o Brasil sinaliza que poderá assumir uma nova postura no cenário multilateral de discussões sobre o aquecimento global. O governo brasileiro continua determinado a não assumir metas obrigatórias de corte para suas emissões de gases provocadores do efeito estufa, mas a novidade na reunião que acontecerá em Bali (Indonésia) entre os dias 3 e 14 de dezembro poderá ser o anúncio de metas internas voluntárias de redução.

Esse quadro começou a se desenhar na quarta-feira (21), durante a reunião em Brasília do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, quando foi apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a proposta de que o governo estabeleça internamente metas de redução do desmatamento e das queimadas como forma de diminuir suas emissões de gases que contribuem para o aquecimento global. A idéia, que conta com a simpatia de Lula, é aproveitar o bom momento provocado por três anos consecutivos de queda no desmatamento da Amazônia para anunciar metas internas em Bali e mostrar ao mundo que o Brasil está fazendo a sua parte no enfrentamento das mudanças climáticas.

Na visão do governo, ao assumir metas internas contra o desmatamento e as queimadas, responsáveis por cerca de 75% de suas emissões, o Brasil terá maior capital político para reapresentar em Bali a proposta, inicialmente rechaçada pelos países ricos, de que os países em desenvolvimento recebam incentivos econômicos pelo desmatamento evitado.

Como prova do “dever de casa” bem feito, o governo vai anunciar oficialmente dias antes do evento na Indonésia os dados relativos ao desmatamento no período entre julho de 2006 e junho de 2007. Estes indicarão a terceira redução anual consecutiva e o menor índice de desflorestamento da Amazônia já registrado desde que essa medição começou a ser feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em 1998.

“O principal ponto da proposta apresentada ao presidente Lula é o combate ao desmatamento. O governo sabe que tem que priorizar isso e acreditamos que seja possível estabelecer metas já para 2008”, disse Luiz Pinguelli Rosa, que é secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Também presente à reunião, o ministro interino do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, se manifestou favoravelmente à adoção de metas internas: “O Brasil pode internamente definir políticas estratégicas e até objetivos quantificáveis para estimular a redução do desmatamento e, conseqüentemente, a redução das emissões”, disse.

Plano Nacional a caminho - Durante a reunião do Fórum, o presidente Lula confirmou que o governo pretende lançar no ano que vem o Plano Nacional de Combate às Mudanças Climáticas, além de enviar ao Congresso o projeto de lei que instituirá a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Para coordenar os trabalhos do governo nessas duas frentes, Lula assinou na quarta-feira (21) o decreto que criou o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Coordenado pela Casa Civil, o CIM terá caráter permanente e será formado por 16 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Suas ações serão operacionalizadas por um grupo executivo, composto pelo Ministério do Meio Ambiente e por outros seis ministérios. De acordo com o cronograma estabelecido pelo governo, o comitê interministerial deverá elaborar uma primeira minuta do projeto de lei que definirá a Política Nacional sobre Mudança do Clima até 11 de janeiro de 2008, bem como a versão preliminar do Plano Nacional, que deverá ser concluída até 30 de abril do ano que vem.

Segundo o que foi apresentado durante a reunião do Fórum, o Plano Nacional de Combate às Mudanças Climáticas estará apoiado em quatro eixos: mitigação, adaptação aos efeitos da mudança do clima, pesquisa e desenvolvimento, e capacitação e divulgação. O CIM ficará responsável por propor ações prioritárias de curto prazo, promover a articulação internacional para a troca de experiências e transferência de tecnologia e ainda identificar fontes de recursos para a implementação da iniciativa, entre outras responsabilidades.

Desmatamento e etanol - Apesar dos trunfos políticos, o governo brasileiro certamente terá que responder a pelo menos duas grandes críticas internacionais durante o encontro de cúpula da ONU em Bali. A primeira delas diz respeito à retomada da intensidade do desmatamento registrada em quase todos os estados da Amazônia no segundo semestre deste ano. A segunda é sobre a pressão que a expansão dos cultivos destinados à produção de etanol ou biodiesel já estaria exercendo sobre a floresta.

O governo reconhece a retomada do desmatamento, mas afirma acreditar na reversão do quadro: “Até nesse sentido será importante a implementação do Plano Nacional de Combate às Mudanças Climáticas”, afirma João Paulo Capobianco. Sobre a ameaça do etanol e do biodiesel, o governo segue firme na promessa de que a expansão da cana-de-açúcar e das oleaginosas não contribuirá ainda mais para a destruição da floresta: “Não vamos permitir a introdução dos biocombustíveis na Amazônia. Não tem nenhum sentido produzir cana-de-açúcar lá”, disse Lula, em recente encontro com empresários alemães.

Começa no MA etapa preparatória para CNDRSS – Sítio Eletrônico do MDA – 23/11/2007

Teve início no Território Vale do Itapecuru, no município de Itapecuru Mirim (MA), na última terça-feira (20), a primeira de uma série de conferências territoriais a serem realizadas no estado e que fazem parte da etapa preparatória da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), prevista para junho de 2008, em Olinda (PE), com o tema Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade.

“As conferências são espaços democráticos nos quais as lideranças representativas do movimentos sociais e governos participam ativamente da construção de uma agenda estratégica, objetivando um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”, afirmou a articuladora estadual no Maranhão, Mary Alba Figueiredo. Para isso, segundo ela, considera-se “as diversidades territoriais e regionais e valoriza-se o acúmulo de experiências organizativas, de iniciativas produtivas e de inovações nas políticas públicas no meio rural”.

Durante o evento, a plenária dedicou-se à versão preliminar do documento-base da CNDRSS, quando foram feitas propostas de alterações no texto. “Foram incorporadas aos relatórios apenas as propostas que alcançaram um mínimo de 30% dos votos dos participantes”, explicou a articuladora.

Também foram eleitos os delegados para a Conferência Estadual. “A eleição observou o critério da representatividade da composição da plenária. Em cada território foram eleitos 50 delegados para a conferência estadual, na proporção de 1/3 de órgãos públicos e 2/3 da sociedade civil, priorizando os 30% de representatividade de mulheres”, acrescentou. O Maranhão terá 82 delegados na conferência nacional.

Avaliação - “Os temas debatidos influem diretamente na vida dos agricultores familiares. Por isso, a importância dessas conferências territoriais”, disse o Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Maranhão (MDA/MA), José Inácio Sodrê Rodrigues. Segundo ele, as conferências permitem que os trabalhadores tomem decisões, de forma democrática, acerca dos temas que podem fortalecer a agricultura familiar de todo o estado. “É muito interessante realizar uma discussão de políticas públicas em âmbitos territoriais, estaduais e nacional”, disse Juvenal de Souza da Comissão de Instalação das Ações Territoriais (Ciat). De acordo com o representante da Ciat, a conferência nacional vai permitir uma troca de experiências sobre a articulação de políticas públicas nos diversos territórios brasileiros.

Estiveram presentes representantes de agricultores; assentados; comunidades quilombolas; jovens; agroextrativistas; pescadores artesanais; empreendedores cooperativos e da economia solidária; representantes de redes; organizações não- governamentais (ONGs) de apoio e assessoria; cooperativas de técnicos; representantes de órgãos públicos dos poderes executivo e legislativo das esferas federal, estadual e municipal.

Anteprojeto fixa compensação a comunidades locais e simplifica pesquisa

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vai colocar em consulta pública anteprojeto de lei com novas regras para coletar, pesquisar e desenvolver produtos a partir de recursos genéticos de espécies silvestres e domesticadas brasileiras. O projeto prevê a criação da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) da Biodiversidade, que seria paga pelos fabricantes de mercadorias desenvolvidas a partir dessas pesquisas. A alíquota varia de 1% (se não houver patente) a 2% (se o produto for patenteado).

Pela proposta, recursos reunidos com a nova modalidade de Cide seriam usados para financiar dois fundos. Um deles, administrado pelo MMA, ficaria encarregado de compensar comunidades tradicionais. O outro, administrado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, teria como objetivo financiar pesquisas na área de biodiversidade e conservação.

A proposta, já debatida por um grupo interministerial, foi desenvolvida pelo MMA desde 2003 e tem como objetivo substituir uma medida provisória editada em 2001 e que até hoje está em vigor. “A MP é carregada de um tom policial, traz uma série de dificuldades para que pesquisas sejam realizadas”, diz o secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco.

A compensação tem de ser ofertada para comunidades - ribeirinhos, índios ou quilombolas - cujo conhecimento foi essencial para o desenvolvimento do produto. “Se uma semente é usada por índios para contracepção e, mais tarde, pesquisadores conseguem desenvolver um anticoncepcional a partir desse princípio ativo, tal compensação tem de ser dada”, afirma Capobianco.

Atualmente, quando um estudo precisa ser feito a partir de determinada planta, um contrato tem de ser firmado também com o proprietário da terra de onde ela foi retirada. Ele tem direito a parte dos lucros, mesmo que não tenha contribuído com conhecimento. Na proposta do projeto, essa obrigação deixa de existir.

BUROCRACIA - O anteprojeto também reduz as exigências para que pesquisas sejam realizadas. Hoje, para fazer coletas ou iniciar estudos, pesquisadores precisam de autorização do Ibama, algo que já rendeu uma série de atritos com a sociedade científica. O anteprojeto prevê apenas a inscrição em um cadastro, com informações do pesquisador, da pesquisa e, numa etapa posterior, dos resultados do trabalho. Autorizações seriam necessárias só para pesquisas em unidades de conservação ou com espécies que constam na lista de risco de extinção. É preciso ainda uma anuência prévia de comunidades tradicionais, caso a pesquisa seja feita em seu território.

Quem acessar recurso genético ou conhecimento associado para bioprospecção, sem licença necessária, terá de pagar uma multa que vai até R\$ 10 milhões.

A consulta pública será de 30 dias. Passado esse período, uma comissão de redação, com representantes de vários ministérios, deverá se reunir para avaliar mudanças propostas. "Não será uma consulta para inglês ver. Há pontos que ainda podem ser aprimorados", disse Capobianco.

Clima ameaça aliado de Bush na Austrália – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Mundo – 24/11/2007

Seca de três anos aguça preocupação ambiental e pode encerrar governo do premiê John Howard, há 11 anos no poder

Líder conservador enfrenta diplomata 18 anos mais novo, que defende retirada do país do Iraque e adesão ao Protocolo de Kyoto

Hoje os australianos vão às urnas decidir o destino do conservador John Howard, do Partido Liberal, no poder há 11 anos. O 25º primeiro-ministro da Austrália, firme aliado da "guerra ao terror" de George W. Bush e mais longo no cargo, passa por sua terceira eleição tendo a seu favor uma economia sólida, em que o desemprego é quase zero, a moeda local valorizou até alcançar a paridade com o dólar e o PIB chega a dois terços do brasileiro, para uma população de quase um décimo.

Apesar de polêmica e contestada, a participação da Austrália na Guerra do Iraque é das menos traumáticas: nenhum dos soldados do país morreu em decorrência do conflito desde o seu início, em 2003. Há hoje mil australianos no front. Howard, 68, disputa o pleito com o trabalhista Kevin Rudd, 50, um diplomata de carreira que passou por sua primeira eleição em 1996 (perdeu) e foi eleito para o Parlamento dois anos depois. Mas, segundo pesquisas recentes, Rudd e seu partido estão à frente de Howard entre oito e dez pontos percentuais e devem conseguir as 16 cadeiras que faltam para chegar à chefia do governo.

É o ambiente - O que está errado nesse quadro? O ambiente. "Mais de 75% dos australianos apontam o aquecimento global como sua principal preocupação na hora de votar nestas eleições" disse à Folha Martine Letts, vice-diretora do Lowy Institute for International Policy, um dos principais centros de pesquisa do país, em Sydney. "Esse item está à frente mesmo do terrorismo e de questões econômicas."

Pela primeira vez na história recente, um conceito de interpretação tão sofisticada como o aquecimento global será fator determinante numa eleição majoritária de um país rico. A Austrália passa por uma seca avassaladora há pelo menos três anos, o que assusta muitos num país em que as commodities são parte fundamental do equilíbrio econômico. Há cientistas que ligam a mudança climática ao fato de o país ser um dos maiores emissores de gás carbônico per capita do mundo. "O eleitor parece estar fazendo a ligação entre os dois assuntos, seca e aquecimento global", acredita Letts.

A próxima ligação natural seria com Howard, um negacionista de primeira hora do fenômeno -ou "cético", como se definiu. Foi sob sua liderança que a Austrália virou um dos

dois únicos países do mundo a não ratificar o Protocolo de Kyoto para a redução de emissão de gases do efeito estufa- ao lado dos EUA. Nos últimos meses, de olho nos números, o veterano político virou o que os analistas chamam um "agnóstico ambiental". "Nós faremos parte de Kyoto", concedeu ele recentemente, "mas um novo Kyoto, que leve em conta a necessidade de cada país". Talvez tenha sido tarde demais.

Kevin Rudd fez sua campanha baseada em três pilares: o principal é o clima e a ratificação de Kyoto. Os outros dois são a retirada imediata dos australianos do Iraque e a renegociação da atual Lei Trabalhista, acordo que foi a menina-dos-olhos do partido de Howard e que, aprovado, mostrou-se muito mais vantajoso aos patrões do que diziam os políticos. O novato promete ainda continuar a gestão conservadora na economia.

Desgaste - Além do fator ambiental, há quem aponte o efeito dos anos da mesma turma no poder. "É quase como se os australianos estivessem dizendo: "Está tudo bem, o país caminha muito bem, podemos nos dar ao luxo de mudar", disse à **Folha** o vice-chanceler David Spencer. Por fim, outro ponto de peso é a ligação umbilical de Howard com George W. Bush.

Junto do britânico Tony Blair, do italiano Silvio Berlusconi e do espanhol José María Aznar, todos já fora do poder, o australiano formava o principal quarteto de sustentação mundial da aventura militar americana no Iraque. Ficou sozinho. Num momento em que os índices de antiamericanismo batem recordes mundiais e as políticas do presidente republicano são vistas como as principais responsáveis pelo sentimento, o australiano está sendo alvo de fogo colateral.

Mas para aquele que é considerado um dos principais teóricos conservadores do país, Gerard Henderson, diretor-executivo do Sydney Institute, o jogo ainda não acabou. "Historicamente, outras eleições com esse cenário tiveram mudança de última hora", diz ele. "Volte a me procurar quando as urnas forem abertas." *O jornalista **SÉRGIO DÁVILA** viajou a convite da Chancelaria australiana.

Bali terá de dar "mapa" para o pós-Kyoto – Folha de São Paulo – Ciência – 24/11/2007

DA REDAÇÃO - Do dia 3 ao dia 14 deste mês, representantes de cerca de 180 países se reúnem na cidade de Denpasar, na ilha de Bali, Indonésia, para tentar mais uma vez tirar o planeta da rota da catástrofe.

Eles buscarão, dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (ou Convenção do Clima, para encurtar), lançar as negociações formais para o acordo que substituirá (ou prolongará, dependendo de com quem se fala) o Protocolo de Kyoto, de 1997.

Kyoto, que expira em 2012, tem metas pífiyas: exige que 36 países industrializados cortem suas emissões de gás carbônico (CO2) e outros gases que esquentam a Terra em 5,2% em relação aos níveis de 1990.

O consenso que emergiu depois do último relatório do IPCC (o painel de climatologistas da ONU), no entanto, é que, se a humanidade quiser evitar os efeitos mais trágicos do aquecimento global, como uma elevação descontrolada do nível do mar, precisará limitar o aquecimento adicional do planeta até 2100 em 2C. Para isso, o corte de emissões necessário é da ordem de 50%.

É em torno desses números que a conferência de Bali vai se desenrolar. Um corte de emissões dessa magnitude exigirá nada menos que o reordenamento completo da economia mundial, hoje movida a combustíveis fósseis, como o carvão e o petróleo. Bali não vai produzir um novo acordo. No máximo, os ministros ali reunidos concordarão em uma meta "aspiracional" de redução de emissões. A maneira como o planeta perseguirá essa meta, no entanto, demandará ao menos mais dois anos de negociação para ser definida. Até lá, emissões e termômetros continuam subindo.

'Brasil precisa cuidar bem da Amazônia' - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007

Delegado cita ainda preocupação com combate a crimes de mando e contra a vida, que assumiram proporções graves

Com mais de 450 megaoperações executadas, que levaram à prisão pelo menos 6 mil pessoas, em 5 anos, a Polícia Federal também vai agora se voltar para a Amazônia. Esse reforço estratégico foi revelado ao Estado pelo delegado Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da PF desde setembro. “A Amazônia é prioridade por tudo que ela significa em termos de meio ambiente e o Brasil precisa cuidar bem desse patrimônio da humanidade”, afirma. Corrêa lembra, ainda, que há preocupação com o uso da região como rota do narcotráfico, além do contrabando de riquezas nos mais de mil quilômetros de fronteira desguarnecida.

No mês que vem, a PF vai incorporar a seus quadros mais 636 policiais aprovados em concurso, dos quais 257 (40%) vão para a Amazônia. Outra prioridade, segundo o diretor-geral, é ajudar os Estados no combate à criminalidade em geral, especialmente os crimes de mando e contra a vida. “Tudo isso, sem descuidar das megaoperações de combate à corrupção, que serão ampliadas em todo o País”, ressalta.

Ex-jogador de vôlei, Corrêa é de Santa Maria, mesma cidade de Nelson Jobim, ministro da Defesa, e onde cresceu Tarso Genro, ministro da Justiça. Casado, 49 anos, três filhos, o chefe da PF tem dois pontos fracos na vida: o chimarrão e o Grêmio porto-

alegrense. Ele ingressou na carreira há 27 anos, como agente. Em 1995, foi aprovado no concurso de delegado. Antes, passou em concursos para o Judiciário e o Ministério Público. “Sou polícia por natureza”, afirma.

Como será a cooperação com a segurança pública dos Estados?

A PF está se preparando para uma cooperação federativa mais intensa. Cresce na PF a consciência de que nós temos um papel nessa articulação federativa de segurança pública, de proximidade e de apoio aos Estados. Uma das preocupações é o combate à pistolagem e aos crimes contra a vida, que assumiram proporções graves em vários Estados. É o caso de Pernambuco, onde desmantelamos grupos de extermínio. O mesmo ocorreu no Ceará, onde os grupos de matadores eram comandados por policiais nas horas de folga. Outro exemplo de cooperação foi a articulação com a Prefeitura de São Paulo no caso do Law King Chong, no combate ao contrabando de mercadorias importadas.

Em que outras áreas a PF pode ajudar os Estados?

Um exemplo é o caso do Detran do Rio Grande do Sul, onde foi desmantelada uma quadrilha de roubo de carros. Em vários Estados, ajudamos a investigar atividades criminosas com envolvimento de agentes públicos. Outro caso é nossa atuação no sul do Pará, para conter a violência no campo. Fizemos apreensão de um arsenal de armas em fazendas. Lá tem os dois lados: a violência dos invasores e a força dos fazendeiros, muitos também grileiros, defendendo a terra com a matança de pessoas. São ações que, em tese, não seriam de competência da PF, mas, pela sua capacidade de investigação e relevância do caso, ela tem contribuído fortemente.

Por que o combate à pirotecnia nas operações policiais está entre os objetivos do novo manual de conduta operacional da PF?

O manual é algo muito mais amplo. Vai passar também por isso, porque é um acúmulo de experiência. A nossa ação tem uma finalidade: produzir prova. Tudo que possa contaminar a prova tem de ser excluído. Mas está se dando enfoque a um detalhe periférico. O que é mais importante no manual é blindar a produção da prova. A nossa preocupação é, numa busca, como deve proceder o policial na coleta e na preservação para que isso chegue ao Instituto Nacional de Criminalística sem qualquer contaminação. O objetivo é que o laudo consolide aquela busca e seja uma prova inatacável. Que a prova deixe o promotor à vontade para oferecer uma denúncia e, ao final, o juiz condene com base naquela prova produzida.

Que importância dá à interceptação telefônica?

É um dado relevante, mas não é o ponto central. Ela nos racionaliza, nos permite agilizar a produção da prova. Substitui uma vigilância física, uma localização de pessoas, revela práticas, costumes e contatos do suspeito. Mas isso não substitui a investigação, porque eu tenho de vigiar, filmar e materializar aquilo que falaram. É um instrumento a mais para ser analisado na composição do corpo da prova, que não pode se basear só nisso, nem ser regra. A melhor fonte ainda é a humana: pessoas dispostas a dar informações, a

delação premiada de alguém de dentro da organização. Tudo isso tem mais peso do que um diálogo solto. Dependendo do delito, o diálogo ganha ou perde valor.

A estrutura de pessoal da PF vai continuar a crescer?

No próximo dia 14 de dezembro se formam mais 700 novos policiais nas diferentes categorias, além de peritos. Com isso, o efetivo da PF sobe para 14.296 servidores, dos quais, 10.400 são policiais. Esse efetivo será prioritariamente lotado na Amazônia e fronteiras, onde há déficit de efetivo. Hoje, temos operações na Amazônia e a PF tem de deslocar freqüentemente policiais, o que encarece o custo.

Por que a prioridade para a Amazônia?

A Amazônia é prioridade por tudo que significa em termos de meio ambiente. O olhar do mundo todo está voltado para esse patrimônio da humanidade, que nós temos de cuidar. Há grande preocupação também com tráfico de drogas, proteção das nossas fronteiras, extração irregular de minerais, pedras preciosas e riquezas da floresta. Vamos nos concentrar nisso para ter maior capacidade de resposta instalada. Se lotar mais, cai o custo com deslocamentos, diárias, passagens. Articulado com Ibama, Ministério do Meio Ambiente, Incra e Funai, nós estamos com várias medidas em vista. A PF terá ação mais proativa e não só por demanda desses órgãos. Vamos produzir inteligência sobre desmatamento, exploração ilegal de madeira, minérios, etc.

As megaoperações serão mantidas ou terão correção de rumo?

Isso não é uma diretriz da direção, mas de capacidade instalada de investigação. A PF investiga fatos e, à medida que a inteligência vai produzindo conhecimento e se inteirando do fato, vai ganhando a dimensão que tem. A polícia ganhou grande capacidade de investigar corrupção e fraudes, em articulação com os órgãos de controle interno do governo (CGU e TCU).

A polícia prende, a Justiça solta. É falha na produção de provas?

Nós temos dois tipos de prisão. Uma é a processual, que engloba as prisões temporárias e preventivas. Essa tem um prazo e uma razão de ser no processo. Se, findo o prazo da prisão temporária, o juiz solta, não quer dizer que a prova está fraca. Prisão temporária faz parte da produção da prova. Cumpriu seu papel, não é mais necessária. Só ao final, na sentença, é que temos de avaliar quantos foram condenados. O (banqueiro Salvatore) Cacciola, por exemplo, foi solto após a prisão processual e agora está capturado por força de uma decisão judicial. Então a prova foi boa.

A PF tem sido alvo de queixas quanto a abusos nas prisões.

Abuso não teve. O que nós temos de fazer é dobrar o cuidado para aprimorar o nosso serviço. O que é considerado abuso talvez seja porque algumas classes sociais, algumas categorias que historicamente não eram atingidas pelas ações de repressão do

Estado, agora estão sendo. Isso deve causar desconforto. Onde há excessos, a PF demonstra que não tem constrangimento nenhum em apurar desvios de conduta.

De um modo geral, a ação das polícias no Brasil está associada a violência e corrupção. Como vê isso?

A parte repressiva tem de ser qualificada, como revelam as ações da PF. Os Estados estão capacitando suas polícias civis e têm feito esforços para chegar num nível, se não igual, próximo da PF, para que no futuro nós tenhamos todos o mesmo padrão de serviço. Se olharmos os Estados, vamos encontrar ilhas de excelência. A questão é torná-las regra geral.

Megaoperações prenderam mais de mil servidores públicos. Significa a falência do Estado?

A criminalidade organizada tem como uma de suas características alcançar agentes do Estado, pois ela precisa de facilidades. Se não tiver um braço de servidor público, não caracteriza crime organizado. Historicamente, o que o País nunca teve foi capacidade de investigação e vontade política de enfrentar o problema. A pressão da opinião pública e a mobilização social trouxeram a vontade política do governo a reboque. Se a sociedade era permissiva com certas coisas, os governos refletiam isso. O País está melhor.

De Brasília a Bali para 'salvar o clima' - Rosa Costa – Estado de São Paulo – Nacional – 25/11/2007

Missão mobiliza 11 parlamentares

Instalada em março, a comissão de deputados e senadores para “acompanhar, monitorar e fiscalizar ações referentes às mudanças climáticas no Brasil” tem custado caro ao contribuinte. Enquanto estuda o assunto, a comissão remeteu uma comitiva de 11 parlamentares e 3 assessores em “missão externa” a Londres; agora mandará outra a um destino digno de um verão dourado - Bali, na Indonésia, onde haverá a 13ª Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima.

No Brasil, a comissão já viajou a dez Estados para apreciar e estudar o clima de cada um deles, sempre devidamente acompanhada de assessores e equipes da TV, do jornal e da Agência Senado. Só no Senado, as despesas com diárias já passam de R\$ 50 mil e os gastos com passagem superaram os R\$ 60 mil. Esses gastos, explicou o relator da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), se devem a uma agenda “bastante intensa”. Ele é um dos que vão a Bali, no que, confessa, será sua primeira viagem internacional.

O nome do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) aparece como um dos que viajaram a Londres, mas ele nega ter ido. Admite, no máximo, ter feito uma viagem ao Recife para aprender sobre a elevação das marés. Mas garante ter pago sua passagem.

Além de cara, a comissão tem atribuições que se superpõem às de duas outras subcomissões do Senado sobre mudanças climáticas: a que faz o acompanhamento internacional sobre mudanças climáticas e a subcomissão sobre aquecimento global.

Casagrande explica que não há superposição: o trabalho das duas foi suspenso quando a nova começou a operar. Mesmo assim, o tema “clima” parece repetir agora, no Senado, o modismo que imperou em 1996, logo após a clonagem da ovelha Dolly, e que multiplicou as subcomissões sobre o assunto.

Como se não fosse pouco, assessores do Senado negam respaldo regimental para a criação da comissão, porque ela teria sido criada por ato conjunto dos presidentes do Senado e da Câmara, sem ser votada em sessão conjunta, como obriga o Regimento Comum do Congresso.

Guiana oferta floresta mediante financiamento - Daniel Howden – O Globo – Ciência – 25/11/2007

País quer fechar acordo com Reino Unido e diz que trato é importante mensagem climática para reunião de Bali

GEORGETOWN, Guiana. As mudanças climáticas causadas pelo homem são um perigo claro e presente.

Lideranças das mais diversas partes do mundo se reunirão em Bali por duas semanas numa tentativa de fazer algo respeito. E a convocação já foi feita para que os líderes mundiais tomem medidas severas para evitar a catástrofe.

Entra a Guiana. A antiga colônia britânica, ensanduichada entre a Venezuela e o Brasil, abriga menos de um milhão de pessoas e uma intacta floresta tropical de área maior que a da Inglaterra.

Numa oferta dramática, o governo da Guiana afirmou que deseja entregar toda a sua floresta ao controle de um organismo internacional de liderança britânica em troca de um acordo bilateral com o Reino Unido que assegure ajuda para o desenvolvimento do empobrecido país e a assistência técnica necessária para que faça uma transição para uma economia verde.

O acordo representa a maior negociação já feita no mercado mundial de créditos de carbono. Pois oferece os vastos sorvedouros de CO₂ de uma floresta intacta em troca de ajuda para o crescimento econômico de uma das mais empobrecidas nações da América do Sul.

Em seu escritório, na capital do país, Georgetown, o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, afirma que a oferta é uma chance de os britânicos fazerem uma “compensação moral” e, ao mesmo tempo, estabelecerem sua liderança num dos maiores desafios mundiais do momento, o aquecimento global.

— Oferecemos a floresta contra o aquecimento global e, com a ajuda do Reino Unido, ela não precisará frustrar o desenvolvimento da Guiana.

‘Não sou mercenário’, diz o presidente Jagdeo, de 43 anos, afirmou estar “procurando um parceiro” para trabalhar junto com ele nos termos precisos de um acordo que não comprometa a soberania do país.

— Somos um país com vontade política e uma grande floresta intacta — afirmou. — Eu não sou um mercenário, nem estou fazendo chantagem.

Mas também não estou fazendo isso apenas porque sou um homem bom e quero salvar o planeta, eu preciso de ajuda.

Economista, Jagdeo afirmou ainda que não via perspectiva de um apoio a longo prazo dos britânicos e que, dessa forma, o governo do Reino Unido poderia ajudar, dando seu apoio a investimentos do setor privado por meio dos emergentes mercados de carbono.

— O mercado deveria, no fim das contas, compensar os países. Mas, na ausência disso, essa é a melhor proposta na mesa. Seria uma forte mensagem para Bali mostrar que as florestas de pé têm importância — afirmou.

A reserva de floresta tropical de Iwokrama, na região central do país, é sempre apontada como um modelo para o que poderia ocorrer por toda a Guiana. A reserva foi ofertada à Comunidade Britânica em 1989 como uma amostra positiva de como uma floresta tropical poderia ser manejada de forma a prover tanto benefícios ecológicos quanto econômicos. Cientistas estimam que ela abrigue 120 milhões de toneladas de carbono, um volume equivalente ao de emissões anuais do Reino Unido.

Desmatamento é grande causa do aquecimento – O Globo – Ciência – 25/11/2007

Queimadas colocam o Brasil entre maiores emissores de CO₂

GEORGETOWN, Guiana. A acelerada destruição das florestas tropicais que formam uma faixa em torno do equador da Terra é reconhecida como uma das principais causas das mudanças climáticas. O desmatamento representa um quinto das emissões de carbono — mais do que todo o setor de transportes, incluindo a indústria da aviação.

As queimadas de árvores lançam tanto CO₂ na atmosfera quanto os Estados Unidos e colocam a Indonésia e o Brasil entre os quatro maiores emissores do mundo.

Além disso, os esforços para evitar o desmatamento não foram incluídos no Acordo de Kioto. O tratado expira em 2012, e a conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas a ser realizada em Bali, no próximo mês, tem como missão trabalhar num acordo para sucedê-lo que funcione de fato.

O Relatório Stern, um marco na área ao relacionar as mudanças climáticas às economias dos países, concluiu que as florestas oferecem a única forma eficaz, e com uma relação custo-benefício possível, de reduzir emissões de CO₂ imediatamente.

Mas a lacuna entre a retórica e a realidade permanece grande para pequenas nações como a Guiana.

— Me enfurece escutar discursos grandiosos e vazios no mundo desenvolvido — afirmou o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo. — Apesar do Relatório Stern, a gente imagina se eles realmente acreditam que impedir o desmatamento é a forma mais eficaz de combater as mudanças climáticas.

Floresta abriga madeira nobre e ouro Hylton Murray-Philipson, coordenador da organização Rainforest Concern, baseada em Londres, afirmou que um acordo como esse pode representar um atalho importante: — Na ausência de um acordo internacional, uma

iniciativa dessas, tomada por líderes iluminados, pode ser muito bem-vinda. Negócios tradicionais não vão funcionar.

O ex-investidor financeiro, que atualmente reúne fundos para o emergente mercado de carbono, afirmou ainda: — É insano que uma única empresa de serviços, a Google, tenha um mercado avaliado em US\$ 200 bilhões, enquanto todos os serviços de todas as grandes florestas do mundo estejam avaliados em nada.

As pressões para explorar ouro e a madeira das florestas do país aumentam a cada dia no empobrecido país, o único da América Latina de língua inglesa.

— Talvez devéssemos simplesmente cortar as árvores.

Então alguém reconheceria o problema — concluiu o presidente.

— Mas quero acreditar que as aspirações do nosso povo podem ser alcançadas sem desmatamento.

A última do Greenpeace - Reflexões sobre equívocos da nossa agenda ambientalista (II) - Bernardo Kucinski – 26/11/2007

Fiquei imaginando se o Greenpeace confeccionaria o mesmo “informe publicitário” substituindo o retrato de Lula pelo de Marina Silva, a ministra diretamente responsável pelas questões ambientais. Não, a Marina não, ela é do bem...

O espantoso "informe publicitário" ocupou a página inteira do *Estadão* (1). No topo, uma foto do presidente de ponta a ponta, cabisbaixo, escolhida a dedo para humilhar, no melhor estilo *Folha de S. Paulo*, onde, aliás foi comprada (ou foi cedida?). Em baixo, em corte horizontal um cenário de floresta incendiada. Sobre a fumaça, a admoestação: Presidente Lula: o problema das mudanças climáticas está bem embaixo do seu nariz.

No pé da página um longo parágrafo começa com “O Brasil é o quarto maior emissor de gas carbônico na atmosfera... acelerando o aquecimento global..” E repete pacientemente o pito: “A explicação, presidente, está bem debaixo do seu nariz e na frente dos nossos olhos: o desmatamento da Amazônia.....etc e tal, e assim vai. Assinado: Greenpeace.

Quanto será que custou esse anúncio de página inteira no jornal mais caro do país? De onde veio o dinheiro? Certamente de doações, filiados do Greenpeace, ambientalistas desprendidos e apoiadores da boa causa. Enfim: dinheiro do público. Essa gente toda foi consultada sobre a relação custo-benefício desse anúncio? Ou sobre seus termos, sua linguagem? Se não foi, está errado. Se foi está mais errado ainda, porque o “informe publicitário” dessa ONG internacional, que não deveria se meter em política partidária, explora a cultura do preconceito anti-lulista, criada e adubada pelos tucanos. O presidente é um ignorante, não percebe um problema que está “bem embaixo do seu nariz” . É preciso que o Greenpeace "explique".

O informe publicitário personaliza a crítica, num ataque direto à figura do presidente, outra característica do discurso tucano. Fiquei imaginando se o Greenpeace confeccionaria o mesmo “informe publicitário” substituindo o retrato de Lula pelo de Marina Silva, a ministra diretamente responsável pelas questões ambientais. Não, a Marina não, ela é do bem...

A linguagem da propaganda não admite nuances, contradições. Por isso, o Greenpeace passa por cima das medidas que o governo já tomou para defender o meio ambiente, ou das novas medidas em discussão. Não discute se são boas, suficientes, se não são. Não considera se o desmatamento da Amazônia está diminuindo no governo Lula ou não. De fato, está diminuindo, mas esse “detalhe” complicaria o “informe publicitário”.

Não é uma peça didática, analítica, que procura conscientizar, como se esperaria de uma ONG ambientalista. Não discute. É uma peça de ataque político. É um informe de natureza metafísica, que por isso precisa ignorar a realidade das políticas do governo em relação à Amazônia. Mais que isso, o pressuposto do discurso do “está bem embaixo do seu nariz”, é o de que não há política nenhuma. Uma mentira.

Como toda peça de propaganda, esse “informe publicitário” foi concebido para desinformar, não para informar. Por isso, as falácias do informe sucedem-se, dentro da lógica inexorável da linguagem enganosa de toda propaganda. A primeira frase é a primeira falácia: “O Brasil é o quarto maior emissor de gás carbônico na atmosfera acelerando o aquecimento global...”

Não é o quarto maior, é o sexto maior (2) e nem poderia estar acelerando o aquecimento global, porque suas emissões de 1,14 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente por ano, correspondem a apenas 6% das 19,31 bilhões de toneladas emitidas pelos cinco grandes. Mesmo que o Brasil corte toda sua emissão, se nada for feito pelos Estados Unidos e China, ao aquecimento continuará se acelerando.

A relação entre efeito estufa e Floresta Amazônica é bem mais complexa: graças à sua imensidão, a floresta amazônica praticamente captura de volta todo o CO₂ que o Brasil emite, inclusive o CO₂ de suas próprias queimadas, que constituem a maior parte do que emitimos. É o que mostram os últimos estudos do maior projeto de pesquisa ambiental da Amazônia, revelados pelo caderno especial Amazônia, publicado pelo *Estadão* (3). Ou seja, o Brasil não pode tecnicamente contribuir para o aquecimento global, porque a floresta amazônica não deixa. É nisso que está justamente a importância da preservação da floresta amazônica.

Ao contrário do que sugere o “informe publicitário” do Greenpeace, é o aquecimento global que ameaça a floresta amazônica. Foi essa a grande mudança de percepção, verbalizada no começo de novembro na Espanha pelo secretário geral da ONU, Ban Kimoon: “Se as mais severas projeções do painel de mudanças climáticas se tornarem reais, muito da Amazônia será transformada em savana.”

E problema é emergencial, alertam os cientistas. Se o problema é a aceleração do aquecimento global, base da peça publicitária do Greenpeace, o ataque deve ser dirigido

contra essas cinco potências poluentes e seus padrões de consumo. São elas que em primeira instância ameaçam a Amazônia com suas emissões. “O problema foi causado pelas nações ricas, então elas precisam mostrar liderança ” diz o Secretário executivo da Convenção do Clima, Yvo de Bôer (4). Por que não cobrar do presidente Bush a não adesão ao protocolo de Kyoto?

Mesmo não tendo a obrigação de reduzir suas emissões, por sermos uma economia que ainda não satisfaz as necessidades básicas da população, somos signatários do protocolo de Kyoto e estamos para adotar uma meta voluntária de redução de emissões. Essa discussão já vem, rolando no governo há alguns meses e o Greenpeace sabia disso. Por que não publicou um manifesto ou abaixo assinado dizendo por exemplo: Nós os abaixo assinados, apoiamos a propostas em tramitação no governo de adoção de metas voluntárias de redução de emissões, mesmo sabendo que com isso perdemos um instrumento de pressão para que o presidente Bush aceite o protocolo de Kyoto, etc, e tal.

E agora, uma última pergunta? Quantas árvores foram derrubadas para produzir essa página de propaganda enganosa do Greenpeace? Tentei fazer uma estimativa. Como não entendo do assunto, usei a lógica formal: a cinco gramas por folha de jornal, teríamos 2,5 gramas por página. Vezes 300 mil exemplares de tiragem chegamos a 750 quilos de polpa, numa estimativa grosseira. Uns cinco pés de eucalipto, pelo menos. Essa foi a contribuição do informe publicitário do Greenpeace à derrubada de nossas árvores. O Estadão ainda não usa papel reciclado.

Deputado protocola ação contra lei que cria plano de outorga de florestas – Sítio Eletrônico da CPT – 26/11/2007

O deputado federal Moreira Mendes (PPS-RO) e o presidente nacional do PPS, Roberto Freire, protocolaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal, no último dia 21. A Adin vai contra a lei 11.284 que cria o plano de outorga de florestas. O partido aceita que o texto seja mantido, mas pedem que a legislação seja válida somente para áreas com até 2.500 hectares. Quando a porção de floresta concedida para exploração for maior que isso, o processo terá que passar pelo Congresso Nacional, conforme determina a Constituição Federal. O texto atualmente em vigor fere a Constituição porque libera a concessão a qualquer extensão de floresta. O PPS argumenta que as florestas são acessórios das terras e por isso, estão sujeitas ao preceito constitucional.

A maioria dos cientistas acredita que o clima está mudando por causa das emissões de dióxido de carbono e de outros gases que causam efeito estufa, resultante da industrialização. Al Gore é o principal porta-voz desse grupo. Do outro lado há uma minoria que atribui as mudanças climáticas a causas naturais, e não à ação antrópica. Independentemente de quem detenha a razão científica, algumas medidas objetivas para diminuir a emissão desses gases, com repercussões econômicas, já fazem parte da realidade econômica de diversos países.

O Tratado de Kyoto materializa o compromisso dos países signatários de chegar a 2012 com um nível de emissão global 5% inferior ao que existia em 1990. Nesse sentido, foram estabelecidas cotas individuais de emissão para cada um dos “países desenvolvidos”; para os “países em desenvolvimento” - grupo que inclui o Brasil - as reduções são voluntárias. Esse tratamento diferenciado é justificável: o acúmulo dos gases na atmosfera pela ação antrópica é resultado de séculos de atividade industrial dos países que largaram na frente e hoje são desenvolvidos. Não faria sentido impedir o desenvolvimento dos que largaram tardiamente, impondo-lhes restrições que só serviriam para manter o fosso da diferença de renda e bem-estar que separa os dois grupos.

Os EUA, apesar de serem os principais emissores, negam-se a aceitar limites porque o governo Bush rejeita as consequências que tal restrição teria sobre o estilo de vida de sua população. Já a União Européia aceitou o conceito das cotas e impôs limites de emissão a alguns setores industriais: cada indústria recebeu uma cota anual de emissão para o primeiro ciclo (2005-2007) e, se a ultrapassar, há uma multa de 40 euros (cerca de R\$ 100) por tonelada de excesso.

A empresa, todavia, pode evitar essa situação crítica e adquirir o que lhe falta de três maneiras: 1) Compra direta de outra empresa que tenha excesso de cota; 2) compra em leilão organizado por seu próprio governo, que terá adquirido excesso de cota de outro governo; e 3) compra de Certificado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), associado a algum empreendimento de país em desenvolvimento. Os créditos de carbono associados a projetos aprovados pelo MDL são vendidos no mercado europeu e em alguns outros, em particular o de Chicago, onde compram as empresas interessadas em melhorar a imagem com o grande público no quesito poluição.

O Brasil ocupa a terceira posição no ranking dos países que têm logrado aprovação de projetos MDL. Em termos de número de projetos certificados, não há grande diferença entre o Brasil e a China, a primeira colocada. Em termos de volume de carbono não emitido, contudo, o Brasil recebe apenas cerca de 20% do que cabe à China. Isso ocorre porque um projeto é elegível para receber certificação MDL se só for viável com a venda do crédito de carbono. Na China isso é relativamente simples porque a produção de energia depende essencialmente da queima de carvão e qualquer fonte alternativa emite menos carbono. No Brasil é mais difícil conseguir projetos aprovados pelo MDL porque já temos

uma matriz energética bastante limpa, em grande parte por conta do uso intensivo da hidreletricidade.

Adicionalmente, o MDL não concede créditos a projetos que evitem ou diminuam o desflorestamento. Ao contrário da maioria dos países que têm no setor energético sua principal causa de emissões antrópicas dos gases estufa, a maior fonte no Brasil é o desflorestamento, principalmente na Amazônia, que responde por 75% de nossas emissões. Isso significa que, embora tenhamos uma matriz energética limpa, contribuímos expressivamente para o efeito estufa por uma prática - a queima de árvores - que não interessa aos brasileiros nem ao resto da humanidade.

Suponhamos que, ao contrário da orientação vigente, o Brasil aceitasse uma cota compatível com nosso atual nível de emissão e que nos fosse possível diminuir a taxa de desflorestamento, sem muito esforço, à taxa de 1.000 km²/ano. Isso seria traduzido em pelo menos 10 milhões de toneladas de carbono. Ou, ao preço unitário negociado hoje na Europa para o segundo ciclo (2008-2012), de R\$ 50 por tonelada, essa opção implicaria uma renda anual para o Brasil de cerca de R\$ 500 milhões, ao longo de pelo menos dez anos. Não é suficiente para causar uma modificação fundamental em nossa situação econômica. Mas também não é desprezível.

Considerando os instrumentos de gestão criados pela Lei 11.284/06, seria pequeno o custo para reduzir a taxa de desflorestamento, bem menos que os R\$ 500 milhões por ano. Isso porque a lei admite que a União conceda áreas na Amazônia a agentes privados para a exploração sustentável de madeira e de outros recursos naturais, ao longo de décadas. Significa que o corte de árvores deve ser lento e pulverizado na área de concessão, de modo a permitir contínua recomposição. Com essa política se evita o que os economistas chamam de tragédia do uso dos bens comuns: quando não há regras de utilização de um bem coletivo, a tendência é que haja uso insustentável. A lei foi criada para reverter esse processo: a regra da concessão induz à sustentabilidade, na medida em que será do interesse do agente o bloqueio das atividades predatórias sob sua concessão.

No debate que ocorrerá em dezembro, em Bali, sobre a eventual imposição de cotas de emissão de carbono a países em desenvolvimento, o Brasil não deve tomar decisão “olhando para trás”, em busca da punição das sociedades que historicamente causaram a alta concentração de dióxido de carbono existente hoje na atmosfera. Ao contrário, deve “olhar para a frente”, em busca da avaliação de quanto pode ganhar ou perder com o estabelecimento de uma cota.

Há indícios de ganho. ***Jerson Kelman é professor da Coppe-UFRJ, curador da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável e diretor-geral da Aneel**

Dá para salvar a Amazônia? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/11/2007

Desenvolver a Amazônia “significa garantir proteção ambiental, condições de vida digna à população local e estímulo a uma economia que se nutra da existência da floresta e não de sua destruição”, afirma o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em artigo para a revista especial Grandes Reportagens - Amazônia, que circulou com o Estado de ontem. Não há como discordar do presidente. Mas sua afirmação não assegura uma resposta positiva à pergunta da equipe que preparou a revista especial e também dos que estão preocupados com o futuro da região: “Ainda é possível salvar a Amazônia?”

Em meio a tragédias ambientais, como o desmatamento que já consumiu 17% da Amazônia, é possível encontrar experiências que demonstram a possibilidade de compatibilizar desenvolvimento com preservação, ou seja, extrair recursos da floresta sem devastá-la. Mas, embora animadoras, são experiências limitadas. Uma delas é a da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Cujubim, com área maior do que o território de Israel, criada por meio de parceria entre uma ONG e o governo amazonense. Nela, práticas como a extração de madeira e a comercialização de espécies de peixes e tartarugas ameaçadas de extinção estão sendo substituídas pela extração do látex da seringueira e do óleo de copaíba, utilizado nas indústrias farmacêutica e de cosméticos. Mas a nova atividade não atrai toda a população local. O comércio clandestino de madeira, peixes e tartarugas continua próspero.

Em outra RDS, em Mamirauá, os resultados são melhores. Nela só está autorizada a pesca do pirarucu, o maior peixe da Amazônia. A limitação já tem resultados positivos. Em 2004, agentes ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contaram 44.367 pirarucus adultos; em 2005, 103.004; e em 2006, 117.555. Neste ano, o número baixou para 71.733 porque a instituição que administra a reserva decidiu excluir do balanço 90 dos 350 lagos da RDS, pois neles havia muitos peixes pequenos.

Outra boa notícia é que o desflorestamento está diminuindo. De 27.379 km² em 2004, a área desmatada caiu para 14.039 km² em 2006. Mesmo assim, não se pode menosprezar o tamanho do estrago: embora menor, a área desflorestada corresponde a 1,4 milhão de campos de futebol ou 2,5 vezes a área do Distrito Federal. O crime compensa. Quem desmata ganha e muito raramente é punido; quem preserva perde.

O caos fundiário - de cada 5 hectares de terra, 1 hectare está sendo ocupado sem documentação ou com títulos falsos - estimula o desflorestamento, pois quem ocupa ilegalmente uma terra não se preocupa com eventuais punições; já quem tem a documentação em ordem teme ser multado ou preso.

Um dos grandes obstáculos ao êxito dos programas de preservação é o desconhecimento. O Brasil abriga 13% das espécies da fauna e da flora do mundo, e a maior parte está na Amazônia. Nela vivem 1.200 espécies conhecidas de aves. As espécies de peixes descritas são mais de 2 mil, dez vezes mais do que as existentes na Europa. Mas isso se refere à parte conhecida, que se estima não ser superior a 10% das espécies da região.

“Não chamo isso nem de lacuna; é uma cratera gigantesca de informação”, diz o ecólogo Thomas Lewinsohn, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Como é que vamos entender o funcionamento de um ecossistema se nem conhecemos as espécies que fazem parte dele?”, pergunta o zoólogo Miguel Trefaut Rodrigues, da Universidade de São Paulo (USP). Melhorar o nível de conhecimento sobre a região pode levar tempo, pois há menos doutores em toda a Amazônia Legal do que no câmpus da USP.

Há quem julgue prioritária a defesa da Amazônia contra a cobiça internacional. É claro que há interesses estrangeiros sobre a Amazônia. No entanto, a defesa e a preservação da região são necessárias não apenas por causa de ameaças externas, mas principalmente porque os grandes predadores da floresta são brasileiros que não respeitam a lei.

“Soluções para a Amazônia têm de ser maiores que governos e mandatos, têm de ser assumidas pela sociedade brasileira e suas instituições, dentro de espaços inovadores de negociação, construção e implementação de decisões”, diz o presidente Lula. De pleno acordo. Mas cabe ao governo impor a lei na Amazônia.

Herança poluída – Folha de São Paulo – Opinião – 26/11/2007

Estudo indica aumento de 45% na emissão de gases do efeito estufa entre 1994 e 2005; setor energético cresce mais

NUM PAÍS tão mesmerizado com o curto prazo como o Brasil, basta um estudo com o horizonte de uma década para evidenciar a miopia reinante. Mesmo quando repete o que já se sabe, a mera expressão da realidade em números -como o crescimento de 45% nas emissões de gás carbônico (CO₂) do país entre 1994 e 2005- tem o impacto de um pequeno terremoto.

Não é de hoje que especialistas apontam a crescente poluição da matriz energética nacional. Medidas para fazer frente ao apagão de 2001 se concentraram em termelétricas, que queimam combustíveis fósseis (gás natural, óleo ou carvão). Essas usinas são a principal responsável pelo agravamento do efeito estufa, origem do aquecimento global. Os átomos de carbono dos combustíveis fósseis estavam soterrados nas profundezas do planeta, como hidrocarbonetos. Na queima desses compostos para liberar sua energia química e movimentar turbinas, montanhas de CO₂ ganham a atmosfera e adensam o invólucro de gases que dificultam a dissipação do calor próximo da superfície de volta para o espaço.

Um tratado internacional (Protocolo de Kyoto) estipula que países-membros publiquem inventários de suas emissões. Do Brasil só se produziu um até o presente, com dados de 1994. Em preparação para o segundo, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a organização social Economia & Energia esboçaram um balanço de carbono do país de 1994 a 2005.

O relatório, note-se, não contemplou o desmatamento, principal fonte emissora do país (cerca de 75%, segundo o inventário anterior). Mesmo assim, há motivo de sobra para alarme.

Alguns dos setores mais poluentes aumentaram emissões no ritmo geral e mantiveram sua participação, como indústria (31%) e transportes (40%). Isso já é grave por si, porque em países mais desenvolvidos a tendência é reduzir a intensidade energética e carbônica da economia. Ou seja, produzir mais bens e serviços com menos energia e emissões de carbono. O Brasil segue na contramão, sem dar a devida atenção a eficiência energética, energias alternativas e transporte ferroviário. Nesse aspecto, os governos FHC e Lula se parecem terrivelmente.

O que mais chama a atenção no estudo é o crescimento relativo do setor energético. De 7,6 milhões de toneladas de carbono em 1994, passou a 15,3 milhões em 2005. Sua participação no total foi de 12% a 17%, com decréscimo correspondente da hidreletricidade, que quase não emite gases do efeito estufa.

Somada ao flanco aberto pelo desmatamento, o Brasil vai à reunião de negociação sobre clima em Bali (Indonésia), no mês que vem, em posição frágil. Para assumir o papel de protagonista que a diplomacia nacional se arvora, porém, o país terá de explicitar algum tipo de compromisso concreto -ainda que sejam metas modestas e voluntárias de redução do desmatamento.

Maranhão mobiliza 73 municípios em conferências territoriais – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2007

Nesta terça-feira (27), a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Maranhão (MDA/MA) realiza, no território rural do Munin, a quarta conferência territorial do estado. A reunião será na cidade de Morros, a partir das 9h, na Pousada Pedra Grande.

A próxima conferência, agendada para sexta-feira (30), será realizada no território da Baixada, na cidade de Guimarães, no espaço Vila do Gen. Esses eventos mobilizam 73 municípios integrantes dos cinco territórios rurais maranhenses homologados pelo MDA.

As conferências dos territórios Vale do Itapecuru, Baixo Parnaíba e Cocais já ocorreram. Nessas três atividades, foram eleitos 150 delegados que participarão do encontro estadual preparatório para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), marcada para junho de 2008.

Para o delegado do MDA/MA, José Inácio Sodrê Rodrigues, merece destaque a participação de povos remanescentes de quilombos e das quebradeiras de cocos nas conferências territoriais realizadas. “Devido à participação efetiva dessas comunidades, seus integrantes receberão, no futuro, benefícios mais específicos, de acordo com as demandas levantadas por seus representantes”, ressaltou o delegado.

Durante as conferências territoriais, são realizados debates sobre o desenvolvimento rural sustentável. O objetivo das discussões é a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, voltada ao Meio Rural e que contemple todas as forças sociais e diversidades regionais. Os encontros prévios funcionam como preparatórios para a ICNDRSS.

Novo premiê australiano diz que ratificará Kyoto – Folha de São Paulo – Ciência – 26/11/2007

Acordo foi rejeitado por governante conservador

DA REDAÇÃO - O premiê eleito da Austrália, o trabalhista Kevin Rudd, começou ontem seu mandato com a promessa de ratificar o Protocolo de Kyoto, o acordo internacional contra os gases de efeito estufa rejeitado por seu antecessor, o conservador John Howard.

No domingo, após uma vitória avassaladora que pôs fim a 11 anos de governo Howard, Rudd prometeu "ação e ação imediata" no combate ao aquecimento global e aceitou o convite do presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, para comparecer à reunião das Nações Unidas sobre o clima em Bali, no mês que vem. A Austrália quer assumir um papel de liderança no encontro.

Com isso, os EUA de George W. Bush ficarão isolados como o único país industrializado do planeta a rejeitar o acordo do clima. Outro sinal do afastamento entre Canberra e Washington foi a decisão de Rudd de retirar os 550 soldados australianos do Iraque.

Maior exportador de carvão mineral (o combustível fóssil mais sujo) do mundo, a Austrália havia rechaçado o acordo de Kyoto por razões econômicas. O país tem abastecido o crescimento chinês e indiano, faminto de carvão e outros minérios.

No entanto, o clima acabou se tornando um dos principais focos da eleição, em parte devido às secas anormais que têm assolado o país. A maioria dos australianos defende ações estritas de combate a emissões.

Com agências internacionais

Negociadora americana diz que Doha sai ainda sob Bush – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007

DE WASHINGTON - A conclusão da Rodada Doha de liberalização de comércio deve ser aprovada ainda no segundo mandato de George W. Bush e sob o atual Congresso norte-americano, controlado pela oposição. Essa é a opinião da negociadora dos EUA, Susan Schwab, segundo seu interlocutor, o chanceler brasileiro Celso Amorim.

No país para representar o Brasil na conferência de paz de Annapolis, hoje, o chanceler brasileiro se encontrou ontem com sua colega do USTr, o escritório de comércio exterior dos EUA, em Washington. "Sobre os números nós não conversamos", disse Amorim, em encontro com a imprensa. Ainda assim, os dois negociadores falaram de prazos.

Em 20 de janeiro de 2009, o republicano Bush entrega o comando do país para seu sucessor. Até lá, luta para aprovar leis e acordos com um Congresso democrata. "Eu perguntei muito se ela achava que esse tempo seria suficiente para ter uma aprovação do acordo ainda dentro dessa administração e do atual Congresso, e a avaliação é que é possível", disse Amorim.

Para o chanceler, a probabilidade de a votação do acordo acontecer após as eleições de novembro de 2008, quando parte dos políticos norte-americanos já terá sido substituída pelo voto mas ainda dará expediente no Congresso, não é impedimento. "Pode ser até mais fácil, as pessoas votam com mais liberdade."

União Européia

A UE acena com corte na tarifa de importação de todos os cereais, com exceção da aveia, em tentativa de conter a pressão inflacionária provocada pelos alimentos no bloco. **(SÉRGIO DÁVILA)** *Com a Redação

Pesquisas revelam que ainda são poucos os brasileiros que deixam de comprar produtos de empresas que danificam o ambiente

Só 15% dos consumidores no Brasil não compram de quem prejudica o ambiente, contra 51% na Austrália e 42% nos EUA e na Alemanha

O consumidor brasileiro dá cada vez mais valor às práticas de responsabilidade socioambiental das empresas e quer ter informações sobre o assunto, mas ainda está longe de incorporar esses valores nas compras do dia-a-dia.

É o que mostram diversas pesquisas relacionadas ao tema. Uma delas, do Instituto Akatu, aponta que apenas 15% dos consumidores no Brasil deixam de comprar um produto ou falam mal de uma empresa que tenha prejudicado de alguma forma o ambiente e a sociedade na qual está inserida. Na Austrália, o percentual é de 51%, nos Estados Unidos, de 42%, e na Alemanha, de 42%.

Os dados sobre quem premia as empresas (comprando produtos ou falando bem) que adotam boas condutas socioambientais são parecidos: 17% no Brasil, contra 53% da Austrália, 44% nos Estados Unidos e 40% na Alemanha.

Os números revelam um contraste com os dados sobre o interesse em conhecer como as empresas praticam a responsabilidade (75% afirmaram estar muito interessados) ou com o crescimento dos que acreditam que as empresas são também responsáveis por ajudar a resolver os problemas sociais (de 65% em 2002 para 88% em 2005). "Quando se trata de punir ou de premiar uma empresa por conta de sua conduta com o ambiente ou a sociedade, o consumidor brasileiro ainda está muito abaixo dos estrangeiros, sobretudo os de países desenvolvidos", avalia o presidente do Akatu, Helio Mattar.

Outra pesquisa sobre o comportamento dos consumidores, feita recentemente pelo Ibope, mostra um quadro semelhante. Ao mesmo tempo em que 85% dos entrevistados valorizam as empresas com boas práticas sociais e estariam dispostos a pagar mais por um produto feito sem prejudicar o ambiente, apenas 37% deixariam de comprar um produto de sua marca preferida se soubessem que a empresa prejudica o ambiente.

"Há uma distância nítida entre o que pensa e o que pratica o consumidor, igualmente detectada em suas ações cotidianas, como separar o lixo ou não comprar produtos piratas", reforça a diretora de atendimento e planejamento do Ibope, Paula Sória.

A pergunta que naturalmente surge diante desse quadro é: se o consumidor não coloca as práticas de responsabilidade socioambiental como critério de escolha na compra de um produto, as empresas se sentirão pressionadas a adotá-las?

A pesquisa do Ibope, por exemplo, mostra que os executivos das empresas estão bastante conscientes dessa distância entre o que pensa e o que faz o consumidor. A boa notícia é que, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a resposta é "sim". E não apenas porque essa pressão também vem de fornecedores e de intermediários das empresas -vide o movimento de crédito bancário com critérios socioambientais-, mas também porque o consumidor tende a ser cada vez mais ativo nesse sentido.

"Na medida em que os diferenciais competitivos das empresas por meio dos fatores preço e qualidade vão ficando mais próximos, as práticas e valores de responsabilidade socioambiental ganham relevância como diferencial", ilustra Mattar. "Além disso, não tenha dúvida de que a pressão dos consumidores sobre as empresas está aumentando. Eles estão comprovadamente mais atentos ao que se fala delas e menos do que elas falam de si próprias e começam, ainda que lentamente, a utilizar esses critérios na hora de comprar ou deixar de comprar algo."

Outro fator que pode ter peso importante nessa mudança de percepção do consumidor é o esforço de marketing que as empresas, sobretudo as de grande porte, têm feito em relação ao tema da sustentabilidade. São muitas vezes campanhas ostensivas - atualmente mais focadas na questão ambiental, como o aquecimento global ou o desmatamento- e que em boa parte dos casos chama o consumidor a participar diretamente do movimento pela preservação do planeta.

Basta abrir uma revista ou um jornal de grande circulação para perceber esse movimento. Quanto mais o consumidor estiver informado sobre o assunto, maior a possibilidade de adotar esses valores e práticas no seu dia-a-dia.

"Diversas empresas elegeram o tema da sustentabilidade como o eixo central de sua comunicação corporativa. E obviamente isso terá um impacto cada vez maior nas decisões do consumidor na hora de comprar. É um jogo no qual todo mundo sai ganhando: as empresas, o consumidor e o planeta", ilustra o presidente do Instituto C&A, Paulo Castro.

Efeito bumerangue - Essa disseminação dos conceitos de responsabilidade socioambiental via marketing corporativo começa a ser acompanhada mais de perto pelos consumidores.

Uma pesquisa que será divulgada em breve pelo Akatu mostra justamente que os consumidores começam a rejeitar o mero discurso das empresas e passam a cobrar práticas de fato.

A do Ibope revela que quase metade dos consumidores acredita que as empresas só adotam práticas socioambientais como ação de marketing.

Nesse ambiente, não bastará uma empresa se afirmar socialmente responsável se um parente distante ou um amigo, que trabalhe nessa empresa, disser ao consumidor o contrário a respeito de suas práticas internas. Para o consumidor, está cada vez mais fácil "espalhar" esse tipo de notícia por meio de blogs pessoais, sites e fóruns de discussão e e-mails.

"Vai se dar mal a empresa que fizer o marketing social e que tenha apenas uma ou outra ação isolada nesse sentido, que não tenha o tema incorporado aos seus valores e princípios. Esse marketing só é legítimo se esses valores estão alinhados, caso contrário ele se tornará um verdadeiro bumerangue", conclui Mattar.

Desenvolvimento territorial é tema de encontro em Manaus – Sítio Eletrônico do MDA – 27/11/2007

Começa nesta quinta-feira (29), em Manaus, o Seminário-Oficina Estratégias em apoio ao Desenvolvimento Territorial no Norte do Brasil, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Na região Norte, há 24 territórios incorporados ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais da SDT/MDA.

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, que também é secretário do Condraf, participa da solenidade de abertura do encontro regional. De acordo com o coordenador da SDT, Ronaldo Camboim “o objetivo do encontro é fazer uma análise crítica sobre a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais localizados na região Norte, propondo alternativas para o desenvolvimento dessas áreas”.

A programação prevê, na manhã desta quinta-feira (29), uma palestra intitulada Desenvolvimento Rural Sustentável: Abordagem Territorial e os Desafios na Amazônia, sob responsabilidade do secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira; depois, haverá debate com os participantes do encontro regional.

À tarde, a partir das 14h, os representantes dos núcleos dirigente e técnico dos colegiados territoriais abordam o tema Os desafios do desenvolvimento territorial na visão dos representantes dos territórios: processos, produtos e resultados. A atividade também será seguida de debate. Na sexta-feira (30), às 8h30, o destaque da programação são os trabalhos em grupo.

Deverão participar do seminário membros do Comitê de Desenvolvimento Territorial do Condraf; representantes estaduais e nacionais da SDT; núcleos dirigente e técnico dos Colegiados Territoriais da região Norte; delegados federais do MDA na região Norte; representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da região Norte; Universidade Federal do Amazonas(UFAM); Banco da Amazônia (Basa), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Grupo de Pesquisa em Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre) e, ainda, representantes do Instituto Chico Mendes.

Ministra pede maior participação dos países ricos nas negociações sobre clima - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 27/11/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse esperar que a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 aumente o senso de urgência e a participação dos países desenvolvidos nas negociações sobre clima que ocorrerão em dezembro, em Bali, na Indonésia. O documento, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), tem como tema este ano "Combater as Mudanças do Clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido" e foi lançado nesta terça-feira (27), no Palácio do Planalto, em Brasília.

O texto destaca que as mudanças climáticas poderão causar um retrocesso sem precedentes na redução da pobreza e nos avanços alcançados em setores como saúde e educação, além de aumentar as desigualdades sociais no mundo. O relatório é divulgado em um momento-chave das negociações em torno de um acordo multilateral que vai substituir o Protocolo de Quioto após 2012.

"Estamos a poucos dias da 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Trata-se de um momento crucial e é preciso um entendimento político de que, sem a liderança das nações desenvolvidas, pouco poderemos avançar nas negociações", disse a ministra. Segundo Marina Silva, os países ricos são os maiores responsáveis pelo problema e, ao mesmo tempo, os que detêm recursos financeiros e capacidade tecnológica para começar imediatamente as ações necessárias para redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

Esta também foi a tese defendida pelo administrador do Pnud, Kemal Dervis. Segundo ele, "é justo que os países ricos tenham uma responsabilidade maior e liderem os esforços", visto que são responsáveis por 70% dos gases causadores do efeito estufa lançados na atmosfera, enquanto os países pobres respondem por 2% e as nações em desenvolvimento, por 28%.

O documento do Pnud analisa os efeitos mundiais da mudança climática sob a perspectiva do desenvolvimento de 177 países. E constata que, além da escassez de água, perdas na produção agrícola e inundações, o problema ambiental pode causar um "apartheid" ecológico, que dividirá o mundo entre as nações que possuem e as que não possuem sistemas "à prova de clima".

A remoção da taxa imposta pelos países desenvolvidos ao etanol brasileiro seria, segundo o Relatório, uma medida capaz de amenizar de forma significativa os efeitos das mudanças climáticas no mundo. O estudo sustenta que o álcool brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, emite até 70% menos gases do efeito estufa do que os combustíveis fósseis, enquanto o etanol com base em milho, dos Estados Unidos, reduziria as emissões em apenas 13% e com custo unitário maior.

De acordo com o texto, as barreiras comerciais e os subsídios estão, ao mesmo tempo, elevando o custo de mitigar as emissões de carbono e de diminuir a dependência do

petróleo. A queda da sobretaxa ao etanol e uma taxaço para o petróleo foram medidas defendidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia.

Para o presidente Lula, o debate sobre as mudanças climáticas não é apenas econômico ou ambiental, mas também político. "Cadê o equilíbrio comercial? Cadê a vontade de despoluir o Planeta? Cadê a vontade de diminuir a emissão de gases de efeito estufa?", questionou o presidente.

Desmatamento - O relatório também defende a criação de incentivos para evitar o desmatamento. Segundo o texto, a perda de florestas tropicais representa a erosão de um recurso que desempenha papel vital na vida dos mais pobres, na provisão de serviços de ecossistema e na manutenção da biodiversidade. "De um modo geral, os recursos provenientes do carbono poderiam ser utilizados para apoiar a recuperação de pastagens degradadas, gerando benefícios para a mitigação e adaptação da mudança do clima", diz o documento.

Para a ministra Marina Silva, a redução do desmatamento não é mais fácil e barata para o Brasil do que a diminuição das emissões decorrentes do uso de combustíveis fósseis para os países desenvolvidos. Mesmo assim, diz que o Brasil tem feito a sua parte e que a redução de 50% na taxa de desmatamento, nos últimos dois anos, é o que o país tem de mais significativo para ilustrar seu esforço e suas responsabilidades com a questão do clima.

Boas notícias - O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil aumentou em relação ao ano passado e permitiu que o País entrasse pela primeira vez no grupo dos países de Alto Desenvolvimento Humano. Em termos absolutos, o país ultrapassou a barreira de 0,800 (linha de corte) no índice - que varia de 0 a 1 -, considerada o marco de alto desenvolvimento humano. Em termos relativos, o Brasil caiu uma posição no ranking de 177 países e territórios: de 69º, em 2006, para 70º este ano.

Criar juízo é rasgar Kyoto – José Eli da Veiga – Valor Econômico – 27/11/2007

Se você quiser fundamentar opinião sobre o aquecimento global, não poderá deixar de ler o sumário da síntese do quarto relatório de avaliação do IPCC (Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas), divulgado há dez dias em Valência. De suas 23 páginas, apenas metade é de texto, a outra ocupada por soturnos gráficos, figuras e tabelas (www.ipcc.ch).

A primeira coisa que poderá lhe incomodar é a forma utilizada para tentar transmitir ao leitor o grau de incerteza, ou de confiança, que condiciona cada afirmativa. De modo algum no tocante às margens de erro das estimativas, pois estas são intrínsecas a quaisquer avaliações do gênero. Mas sim no que se refere ao abuso de formas adverbiais - "provavelmente", "muito provavelmente", "muito improvavelmente" - ou comparativas tipo "mais provável do que improvável". Estão todas em itálicos e ocorrem 95 vezes ao longo de uma dúzia de páginas de texto.

Claro, nada disso poderá perturbar quem já esteja plenamente convencido de que são inquestionáveis os resultados das pesquisas revisadas pelo painel. Pode-se pensar, por

exemplo, que não passam de 95 as manifestações de recalcitrantes resistências políticas, ou, no máximo, de 95 sinais do excessivo rigor dos 40 componentes da equipe de redação. Nesta linha, o que mais importa é tirar de tão importante documento as decorrências que deveriam nortear as conversações internacionais sobre o modo mais efetivo de combater o aquecimento global. E, para debater tal orientação, não há necessidade de se examinar mais do que duas tabelas que aparecem no final do texto: SPM.6 e SPM.7 (págs. 21 e 23).

A primeira apresenta seis cenários de elevação da temperatura média global em relação ao que deve ter sido o "equilíbrio pré-industrial", indicando os correspondentes patamares de concentração de gases estufa, medidos em equivalentes de dióxido de carbono (CO₂). Escancara que o único cenário admissível é o primeiro, no qual um aumento de temperatura situado entre 2 e 2,4 graus centígrados (°C) exigirá que a concentração seja contida no intervalo de 445 a 490 partes por milhão (ppm).

Se o IPCC estiver certo, esse protocolo deve ser substituído por um entendimento entre os 20 países responsáveis por 90% das emissões de carbono

Admitir qualquer dos outros cinco cenários seria o cúmulo da irresponsabilidade. Afinal, se a temperatura global aumentar mais de 2° C, estima-se que entre 0,7 e 4,4 bilhões de pessoas sofrerão de crescente falta de água; que haverá queda de rendimentos agrícolas em muitos países pobres; que as florestas amazônicas serão irreversivelmente comprometidas; que de 15 a 40% das espécies se extinguirão; que geleiras desaparecerão; que o derretimento da placa de gelo da Groenlândia acelerará a elevação do nível do mar; e que o permafrost siberiano exalará seu imenso estoque de metano (CH₄), gás-estufa bem mais furioso que o CO₂.

O suficiente para mostrar a profunda incoerência dos que elogiam simultaneamente o IPCC e o Protocolo de Kyoto. Se o IPCC estiver mesmo certo, então esse protocolo deve ser imediatamente denunciado e substituído com máxima urgência por um sério entendimento entre os 20 países que são responsáveis por 90% das emissões de carbono. Não há outra maneira de se obter uma redução das emissões superior a 50% até 2050, condição sine-qua-non da estabilização da concentração no intervalo 445-490 ppm e, portanto, de um aquecimento máximo que fique entre 2 e 2,4 °C.

Além da fixação de metas de emissão nacionais muito mais drásticas para esses vinte principais emissores, as cotações resultantes dos chamados "mercados de carbono" precisariam aumentar, e muito. Seja mediante leilões dos direitos de emissão, ou pela adoção de impostos para cada tonelada de carbono emitida, semelhantes ao que já são pagos quando se consome um maço de cigarros, ou uma dose de bebida alcoólica. E ainda faltaria o principal: intensa cooperação científica voltada à descoberta de saídas realmente capazes de descarbonizar as matrizes energéticas.

Qual seria o custo macroeconômico desse trevo do conseqüente combate ao aquecimento global? É o que procura responder a última tabela do sumário do IPCC. Todavia, quem chegar até ela, notará que, para esse primeiro cenário, as estimativas não estão disponíveis ("not available"). Por quê? Pergunte ao IPCC. O que pode ser dito aqui é que tais custos já foram calculados por pelo menos dezenove complexos modelos, entre os quais se destacam o "Dice", de Nordhaus, e o "Page", de Stern. A principal diferença entre os dois é de natureza ética, pois depende da parcela de responsabilidade que será transferida às futuras gerações. Segundo o Nordhaus, o custo social da tonelada de carbono deveria se aproximar nos próximos anos de US\$ 60. Já para Stern, esse custo deveria ser cinco vezes

maior (US\$ 305), já que seu pressuposto ético é de que as gerações presentes é que devem assumir a maior parte do sacrifício.

A percepção de que o aquecimento global é a maior ameaça que o mundo enfrenta avançou bastante em 2007. As outras - terrorismo, armas nucleares, Oriente Médio - até parecem bem menores. Então, é absurdo dizer que o pós-Kyoto poderá ser mero aprofundamento do protocolo, além de esperar 2013 para entrar em vigor. Tal postura só pode ser assumida por quem pretenda ganhar tempo. Por quem não queira encarar os próximos anos como momento decisivo. Talvez por ter dúvidas sobre os resultados validados pelo IPCC. E é essa a atitude da maioria dos corpos diplomáticos, aí incluído o do Brasil, país que já aparece como sexto principal emissor (caso a União Européia seja considerada em bloco na terceira posição).

Enfim, como o leitor deve ter notado desde a primeira linha deste artigo, o aquecimento global envolve sérias controvérsias, tanto do âmbito das ciências naturais, quanto no das econômicas e políticas. E é muito ruim que permaneçam subestimadas, ou mesmo ignoradas. Daí porque deve ser enfático o convite à leitura do relatório "Aquecimento global: um balanço das controvérsias", redigido em co-autoria com Petterson Vale, disponível em www.zeeli.pro.br

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br

ONU quer metas mais duras que as de Kyoto - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 28/11/2007

Países ricos terão de diminuir bastante as emissões de carbono

Em 2005, o meio da Amazônia, entre o oeste do Pará e o leste do Amazonas, foi atingido por uma seca extrema. Trechos de rios caudalosos secaram totalmente, inviabilizando o melhor meio de transporte (às vezes o único) disponível para a população: o barco. Municípios, em estado de calamidade pública, enfrentaram falta de água potável, alimentos, medicamentos e combustível. A frequência às escolas foi comprometida, assim como o acesso ao atendimento médico. Com a chegada das chuvas, a preocupação eram epidemias de doenças tropicais.

Uma causa possível para o fenômeno seria o aquecimento anormal das águas do Atlântico Tropical Norte - o mesmo que estaria por trás do furacão Katrina, que devastou a cidade de Nova Orleans (EUA) também em 2005. Neste ano, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas formado por cientistas, ligou a anomalia com o aquecimento global.

O grupo também mostrou que eventos climáticos extremos, como secas, enchentes, furacões, tempestades e ondas de calor, serão mais frequentes nas próximas décadas, devido à subida da temperatura da Terra, e que as populações mais pobres serão as mais

afetadas. É o que acaba de acontecer em Bangladesh, onde o ciclone Sidr deixou pelo menos 3.500 mortos. Já o que aconteceu na Amazônia em 2005 é um exemplo próximo do impacto que um evento climático extremo tem na qualidade de vida das pessoas.

É essa a preocupação que levou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) a focar as mudanças climáticas como tema do novo relatório de Desenvolvimento Humano (IDH). Se o problema não for enfrentado, diz, as conquistas obtidas nesse campo até hoje estarão em risco, também no Brasil: “Quando o choque climático chega, as pessoas precisam primeiro lidar com as consequências imediatas: ameaças à saúde e à nutrição, a perda de economias e capital, danos à propriedade ou a destruição de áreas cultivadas. Os custos em curto prazo pode ser devastadores e com consequências altas ao desenvolvimento humano”, indica o relatório (www.pnud.org.br/rdh).

A mensagem que o Pnud passa é mais forte do que apenas uma recomendação. Às vésperas da Conferência do Clima da ONU, que começa na segunda-feira, o órgão pede respostas imediatas à crise climática, expõe culpados pelo processo de degradação ambiental com base dos dados mais recentes do IPCC e chega a recomendar caminhos políticos a serem seguidos imediatamente, para evitar as piores consequências do aquecimento global.

PREÇO ALTO - A ênfase é dada à responsabilidade dos países mais ricos - e principais emissores históricos de gases do efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂) - em ajudar as nações em desenvolvimento e as menos desenvolvidas a se prepararem para o que virá. “A responsabilidade por essa crise é, na sua grande maioria, dos países ricos. O Brasil tem uma emissão per capita de 1 tonelada (de carbono). A Etiópia, cerca de 0,2 tonelada. Os Estados Unidos, 20 toneladas. Se toda a população mundial emitisse o mesmo que um americano, precisaríamos de nove planetas para poluir. Só temos um”, disse ontem, em Brasília, o coordenador do relatório do IDH, Kevin Watkins.

Dos países ricos, a ONU pede uma redução de até 80% nas emissões de gases-estufa até 2050, para que o aquecimento não ultrapasse os 2°C. Hoje, pelo Protocolo de Kyoto, o corte é de apenas 5,2% em relação a 1990. Aos países em desenvolvimento, pede uma redução de 20% no mesmo prazo - política recusada por essas nações, que alegam ter o direito de emitir para se desenvolverem.

O Hemisfério Norte concentra a maior parte das emissões de CO₂, graças à queima de combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, para gerar energia (veja ilustração abaixo). No Norte também estão os países que enriqueceram à custa da queima indiscriminada de combustíveis fósseis e do corte das florestas, como os europeus, os Estados Unidos e o Japão, mas também os novos grandes emissores mundiais, China e Índia.

No Hemisfério Sul estão os que menos emitem, especialmente na África. A responsabilidade do continente é ínfima. Contudo, as populações africanas podem sofrer graves danos à produção de alimentos, largamente apoiada na agricultura de subsistência,

sem que tenham condições econômicas e tecnológicas de se anteciparem às mudanças no clima.

Mesmo em países com melhores condições, como o Brasil, serão os menos favorecidos os que mais sofrerão. Os cientistas prevêem que um aumento na temperatura média do planeta pode levar o semi-árido, na Região Nordeste, a ficar desértico. Uma parte da Amazônia pode perder a floresta e apresentar uma vegetação parecida com cerrado.

Quando a análise de desenvolvimento humano é feita localmente, a situação brasileira é ainda mais delicada. “Com a savanização, as regiões mais desmatadas, também as mais empobrecidas, são as mais vulneráveis”, diz o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que analisou o IDH de cidades amazônicas - que, em média, não atinge o índice de 0,800. “Toda a história daqui é baseada no ciclo das águas e nos recursos naturais. A Amazônia não está preparada para lidar com os percalços das mudanças climáticas.”

Por isso, o Pnud cobra a criação de um fundo em que os países desenvolvidos repassariam US\$ 20 bilhões por ano para ajudar os pobres na adaptação às possíveis consequências do aquecimento global. “Os países ricos investem bilhões de dólares todos os anos em infra-estrutura para se precaver de cheias e outras mudanças climáticas e não fazem quase nada para fortalecer a adaptação dos países pobres. Vão proteger seus próprios cidadãos, enquanto deixam os mais pobres para nadar ou afundar. É eticamente indefensável”, acusou Watkins.

COLABORARAM LISÂNDRA PARAGUASSU E LÍGIA FORMENTI

NÚMERO – 326 é a média de desastres climáticos registrados por ano, entre 2000 e 2004; o efeito estufa intensificará esses eventos

Bovespa muda ações de carteira ‘sustentável’ - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/11/2007

No novo índice de sustentabilidade divulgado pela Bolsa, empresas de aviação perdem espaço para as de energia

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) anunciou ontem a nova carteira de ações do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O índice reúne ações de empresas que, segundo critérios de avaliação da Bolsa, aliam preocupações socioambientais e de governança corporativa a um bom desempenho econômico. Foi a segunda revisão da carteira do índice, que passou a vigorar em dezembro de 2005 e é considerado o único com esse perfil na América Latina.

A nova carteira, que entra em vigor em dezembro, vai reunir 40 ações de 32 empresas. Juntas, essas empresas têm um valor de mercado de R\$ 927 bilhões. Esse

montante corresponde a 39,6% da capitalização total da Bolsa, que atualmente é de R\$ 2,3 trilhões.

As sete novas empresas a integrar o índice são AES Tietê, Cesp, Eletrobrás, Light S/A, Sadia, WEG e Sabesp. Na contramão, oito empresas que figuravam na listagem até então foram excluídas: ALL, Gol, TAM, Celesc, Itaúsa, Localiza, Unibanco e Ultrapar.

De acordo com Ricardo Nogueira, diretor de operações da Bovespa, este ano a carteira ficou mais diversificada em relação aos anos anteriores, com maior presença de setores como energia elétrica - 11 empresas, que em ativos equivalem a 13% da carteira - alimentos e papel e celulose. O peso do setor financeiro, que era de 41% do índice em 2006, caiu para 37%.

“Para estar no ISE as empresas precisam realizar investimentos socioambientais e estar em dia com questões trabalhistas e de direitos do consumidor, além de serem rentáveis”, diz. A saída de empresas aéreas como TAM e Gol pode ser reflexo dos problemas de infra-estrutura aérea, reconhece Nogueira. “Fatores conjunturais podem prejudicar o desempenho das empresas no decorrer do ano, o que pode comprometer sua permanência na carteira.”

A seleção das empresas obedece a uma análise de sustentabilidade, feita a partir de um questionário com 150 perguntas que é enviado às companhias. “Entram no índice as empresas que conseguem boa pontuação em todos os aspectos avaliados e que comprovam, por meio de documentos, a veracidade das informações”, explica Mario Monzoni, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, que elabora o questionário.

Inspirado no Dow Jones Sustainability Index (DJSI), da Bolsa de Nova York, o ISE foi criado para servir de referência nacional para os chamados fundos SRI (socially responsible investments), que privilegiam empresas com esse perfil.

CRESCIMENTO - Desde 2005, com a criação do ISE, esse segmento vem crescendo no País. “Os fundos com esse perfil já acumulam um patrimônio líquido de R\$ 1,7 bilhão, e a tendência é de crescimento”, diz Roberto González, assessor de sustentabilidade da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). Só a família de fundos Ethical, do ABN Amro Real, acumula um patrimônio de R\$ 670 milhões. Há um ano, o patrimônio de todos os fundos com esse perfil no País estava em torno de R\$ 500 milhões.

Um dos motivos dessa expansão é o interesse dos investidores institucionais. Este ano, os 14 maiores fundos de pensão do País, como o Valia (da Vale) e o Petros (da Petrobrás), passaram a considerar temas ligados à sustentabilidade em suas decisões de investimentos.

QUEM FAZ PARTE - Energia elétrica: AES Tietê, Cemig, Cesp, Coelce, Copel, CPFL, Eletrobrás, Eletropaulo, Energias do Brasil, Light e Tractebel
Setor financeiro: Banco do Brasil, Bradesco e Itaú

Siderurgia e Metalurgia: Acesita, Gerdau e Gerdau Metalurgia
Saneamento: Sabesp
Análise e Diagnósticos: Dasa
Alimentos: Perdigão e Sadia
Rodovias: CCR
Equipamentos: WEG
Transporte: Embraer e Iochpe-Maxion
Papel e Celulose: Aracruz, Suzano e Votorantim Celulose e Papel
Petróleo e Gás: Petrobrás
Petroquímica: Braskem e Suzano
Cosméticos: Natura

A Guiana quer virar protetorado florestal – Elio Gaspari – Folha de São Paulo – Brasil
– 28/11/2007

ENQUANTO A diplomacia-companheira brincou de potência emergente em Annapolis discutindo uma solução para a crise do Oriente Médio (encrenca com 60 anos de idade, a 10 mil quilômetros de Brasília), apareceu um verdadeiro problema com a Guiana, logo ali, na fronteira norte do país. Numa entrevista ao repórter David Howden, o presidente Bharrat Jagdeo anunciou que vai negociar a preservação de sua floresta amazônica em troca de recursos para o desenvolvimento. Nas suas palavras: "Eu não sou um mercenário e isso não é chantagem. Eu sei que não existe almoço grátis e não estou fazendo isso porque sou um bom sujeito que quer salvar o mundo. Precisamos de ajuda".

Medida pelo poder de compra, a renda per capita dos 770 mil habitantes da Guiana está em US\$ 4.800. A dos brasileiros aproxima-se dos US\$ 9.000. A floresta de Jagdeo ocupa uma área maior do que a Inglaterra e a mata seria administrada por uma organização internacional liderada pelos britânicos. Seria um dos maiores projetos de preservação do planeta. Seria também uma recaída colonial para o país, que se tornou independente em 1966.

É um direito do povo da Guiana fazer o que bem entende com seus recursos naturais, sobretudo numa época em que o progresso da região amazônica confunde-se com a ação predadora das motosserras e das queimadas.

Desde 1978, Brasil, Guiana, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru são signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. Por elegância, o presidente da Guiana poderia ter apresentado sua idéia nesse foro. Por cortesia, em outubro passado o presidente do Suriname, Roland Venetiaan, também poderia ter discutido com seus vizinhos a idéia de oferecer um campo de testes para veículos militares americanos em seu território.

A diplomacia-companheira faz figuração em Annapolis, enquanto nas fronteiras de Pindorama constrói-se a maloca da Mãe Joana. Na condição de grande potência poluidora da atmosfera, o governo brasileiro é responsável pelo que faz e sente-se bem na condição

de malfeitor. Nosso Guia trata a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, como se fosse uma santa de procissão, seguida pela bandinha da diplomacia emergente, na suposição de que a questão amazônica pode ser resolvida com parolagem doméstica.

Admita-se um cenário no qual há uma base americana no Suriname e a Guiana transforma-se num protetorado ambiental da Inglaterra. Nessa hora, voltarão para a mesa as palavras do presidente francês François Mitterand, em 1989: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia". Ou ainda uma frase do Prêmio Nobel Al Gore: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles. Ela pertence a todos nós".

Nunca é demais lembrar que o primeiro americano a descer o Amazonas, em 1851, foi o tenente William Herndon. Parecia um oficial curioso, mas era um observador da possibilidade de transplante da escravaria do sul dos Estados Unidos para os matos de Pindorama. Ele escreveu um livro que fez enorme sucesso, e um garoto de 16 anos, encantado pela narrativa, foi para Nova Orleans em busca de um navio com destino a Belém. Queria a aventura e um pouco de comércio de coca. Como a rota não existia, subiu o Mississippi com um amigo. Chamava-se Mark Twain.

Países pobres vão sofrer mais com clima; ricos terão de ajudar, diz ONU – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 28/11/2007

Nações desenvolvidas têm que gastar para que IDH no mundo subdesenvolvido não caia ainda mais - Pnud quer um fundo de mitigação das mudanças climáticas, para que países do 3º Mundo migrem para modelo energético limpo

A mudança climática vai piorar significativamente a qualidade de vida nos países pobres, e as nações ricas terão de colocar a mão no bolso para impedir que o gás carbônico que emitiram durante seu desenvolvimento torne ainda mais baixo o IDH no mundo subdesenvolvido. Essas são as principais conclusões do Relatório Global de Desenvolvimento Humano, lançado ontem.

"Estamos indo muito rapidamente em direção ao ponto em que a nossa geração vai experimentar reversões em grande escala no desenvolvimento humano", disse Kevin Watkins, diretor e redator principal do relatório, ontem em Brasília. Para evitar que isso aconteça, o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) quer criar um fundo de mitigação das mudanças climáticas, que mobilize os US\$ 25 bilhões a US\$ 50 bilhões necessários para que os países do Terceiro Mundo façam a transição para um modelo energético limpo. E também um fundo de adaptação de nada menos que US\$ 86 bilhões até 2016, para proteger as nações mais vulneráveis -como as da África. O relatório pede ainda um imposto sobre o carbono como forma de desestimular as emissões e obter o que o PNUD considera a meta ideal -reduzi-las em 80% até 2050. Todos esses mecanismos precisam ser embutidos no acordo contra o aquecimento que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012. O novo tratado começa a ser negociado a partir da próxima segunda-feira em Bali, Indonésia. "O nosso foco é sobre a parte mais pobre do

mundo, de 2,6 bilhões de pessoas no mundo", disse Watkins. Nessa porção do planeta, os efeitos atuais e futuros da mudança climáticas (como secas e inundações intensas) estão transformando riscos em vulnerabilidades.

"A fonte desses riscos incrementais pode ser rastreada, através da mudança climática, até os padrões de consumo de energia e escolhas políticas do mundo rico", afirma o PNUD. E a resposta a eles é também desigual. Entre 2000 e 2004, uma pessoa em 19 foi afetada por desastres climáticos nos países em desenvolvimento. Nas nações ricas, a média foi de uma pessoa em 1.500.

Enquanto os ricos lidam com choques climáticos por meio de seguros ou poupança, os pobres são forçados a reduzir seu consumo, tirar os filhos da escola ou vender suas terras. "Essas são escolhas que limitam as capacidades humanas e reforçam a desigualdade", diz o texto.

A solidariedade que os maiores causadores do problema teriam de ter com suas maiores vítimas tem passado longe. Todos os fundos existentes hoje para adaptação dos países mais pobres ao clima receberam, somados, o equivalente ao que é gasto em uma semana no programa de proteção contra enchentes no Reino Unido. Para quem acha que um fundo de adaptação de US\$ 86 bilhões é muita coisa, o PNUD lembra que isso equivale a um décimo do orçamento militar dos países desenvolvidos, ou 0,2% de seu PIB. É um terço do que foi prometido como ajuda internacional na Eco-92. *Colaborou **EDUARDO SCOLESE**, da Sucursal de Brasília

A Guiana quer virar protetorado florestal – Elio Gaspari – O Globo – Opinião – 28/11/2007

Enquanto a diplomacia-companheira brincou de potência emergente em Annapolis discutindo uma solução para a crise do Oriente Médio (encrenca com 60 anos de idade, a 10 mil quilômetros de Brasília), apareceu um verdadeiro problema com a Guiana, logo ali, na fronteira norte do país. Numa entrevista ao repórter David Howden, o presidente Bharrat Jagdeo anunciou que vai negociar a preservação de sua floresta amazônica em troca de recursos para o desenvolvimento. Nas suas palavras: "Eu não sou um mercenário e isso não é chantagem. Eu sei que não existe almoço grátis e não estou fazendo isso porque sou um bom sujeito que quer salvar o mundo. Precisamos de ajuda." Medida pelo poder de compra, a renda per capita dos 770 mil habitantes da Guiana está em US\$ 4.800.

A dos brasileiros aproxima-se dos US\$ 9 mil. A floresta de Jagdeo ocupa uma área maior do que a Inglaterra, e a mata seria administrada por uma organização internacional liderada pelos britânicos. Seria um dos maiores projetos de preservação do planeta. Seria também uma recaída colonial para o país, que se tornou independente em 1966.

É um direito do povo da Guiana fazer o que bem entende com seus recursos naturais, sobretudo numa época em que o progresso da região amazônica se confunde com a ação predadora das motosserras e das queimadas.

Desde 1978, Brasil, Guiana, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru são signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. Por elegância, o presidente da Guiana poderia ter apresentado sua idéia nesse foro. Por cortesia, em outubro passado, o presidente

do Suriname, Roland Venetiaan, também poderia ter discutido com seus vizinhos a idéia de oferecer um campo de testes para veículos militares americanos em seu território.

A diplomacia-companheira faz figuração em Annapolis, enquanto, nas fronteiras de Pindorama, constrói-se a maloca da Mãe Joana. Na condição de grande potência poluidora da atmosfera, o governo brasileiro é responsável pelo que faz e se sente bem na condição de malfeitor.

Nosso Guia trata a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, como se fosse uma santa de procissão, seguida pela bandinha da diplomacia emergente, na suposição de que a questão amazônica pode ser resolvida com parolagem doméstica.

Admita-se um cenário no qual há uma base americana no Suriname e a Guiana se transforma num protetorado ambiental da Inglaterra. Nessa hora, voltarão para a mesa as palavras do presidente francês François Mitterand, em 1989: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia.” Ou, ainda, uma frase do Prêmio Nobel Al Gore: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles.

Ela pertence a todos nós.” Nunca é demais lembrar que o primeiro americano a descer o Amazonas, em 1851, foi o tenente William Herndon. Parecia um oficial curioso, mas era um observador da possibilidade de transplante da escravaria do sul dos Estados Unidos para os matos de Pindorama. Ele escreveu um livro que fez enorme sucesso, e um garoto de 16 anos, encantado pela narrativa, foi para Nova Orleans em busca de um navio com destino a Belém.

Querida a aventura e um pouco de comércio de coca. Como a rota não existia, subiu o Mississippi com um amigo. Chamava-se Mark Twain.

A floresta sufoca - Roberta Jansen – O Globo – Ciência – 28/11/2007

Aquecimento global ameaça matar plantas de calor e reduzir biodiversidade

Se o aumento de dióxido de carbono na atmosfera em tese oferece alimento extra para as florestas, a elevação das temperaturas globais causada pelo acúmulo do CO₂ pode simplesmente matar as plantas por inanição. Parece um paradoxo, mas não é. Pesquisando o equilíbrio delicado da manutenção das matas, a uma certeza os cientistas já chegaram: um mundo mais quente pode até ter abundância de vegetação, mas ele certamente será bem mais pobre em diversidade. E o processo de empobrecimento já foi deflagrado.

Um estudo internacional feito com plantas da Floresta Amazônica revelou que quando as folhas atingem uma temperatura superior a 33 graus Celsius, a capacidade da planta de realizar fotossíntese (ou seja, de se alimentar) é prejudicada. No mínimo, o processo impede o crescimento do vegetal. Na pior das hipóteses, o mata.

— A planta, para se alimentar, precisa de água, carbono e luz — explica Edgard Tribuzy, da Universidade Federal do Amazonas, que coordenou o estudo. — Luz é um recurso ilimitado.

A água, pelo menos na Amazônia, em geral também é. Um fator limitante seria o CO₂. Mas se as concentrações estão aumentando na atmosfera, a capacidade de absorção da planta também aumenta porque isso funciona por osmose.

Ou seja, em princípio, o aumento de CO₂ na atmosfera poderia ser benéfico para as florestas, como já sustentaram alguns estudos.

Ocorre que, como já foi excessivamente demonstrado, o acúmulo de CO₂ está provocando uma elevação da temperatura global da Terra. E, de acordo com as projeções

do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, a tendência deve se manter por ainda muito tempo.

— Nosso grupo estudou o efeito da temperatura na fisiologia das plantas — contou Tribuzy, cujo estudo foi feito em conjunto com pesquisadores da Universidade da Califórnia, da Universidade de Tulane, da Universidade de São Paulo e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Ao longo de um mês os cientistas mediram as temperaturas de cem plantas. As medições eram feitas em quatro pontos das folhas e em dois momentos do dia: quando a temperatura do ar é mais baixa, normalmente à noite, e no seu momento de pico, por volta do meio-dia.

— Encontramos coisas assustadoras, como folhas com temperaturas de 52 graus Celsius. E não apenas uma vez, mas diariamente — disse o cientista. — Isso significa que já temos organismos vivendo em condições extremas.

Nesse horário de temperaturas mais elevadas, várias folhas registraram 40 graus Celsius.

A mínima que os pesquisadores encontraram foi de 34 graus Celsius — o que já é considerado excessivo.

Experiências em laboratório demonstraram que a partir dos 33 graus Celsius o mecanismo da fotossíntese começa a ser degradado.

— Quando a temperatura chega a esse ponto, os estômatos (os pequeninos orifícios das folhas que permitem a troca de gases, a fotossíntese) se fecham porque a planta entende que está sob estresse — explicou Tribuzy. — Outro problema é que a organela responsável pela fotossíntese passa a funcionar de forma irregular.

Todos precisam se alimentar para ter energia. E a fotossíntese é a forma de alimentação das plantas.

Quando a capacidade de fazer fotossíntese diminuiu, no mínimo a planta pára de crescer.

Algumas espécies podem se adaptar

Segundo o especialista brasileiro, fatores climáticos locais podem estar contribuindo para o registro de temperaturas tão altas nas folhas amazônicas. Mas ele acredita que parte do aumento poderia ser creditado já ao aquecimento do planeta.

Para Tribuzy, muitas espécies poderiam se adaptar às temperaturas mais altas, desenvolvendo novos mecanismos para lidar com elas, sobretudo se o aumento for gradual.

Mas muitas seriam prejudicadas.

— O aquecimento pode ser muito danoso para a floresta, principalmente no que se refere à diversidade — afirmou Tribuzy. — Só as plantas adaptáveis a altas temperaturas vão resistir. Então, com certeza, a diversidade será reduzida.

Esse seria também um limite para a capacidade das florestas como um todo de absorverem CO₂ da atmosfera — o que poderia, em tese, equilibrar o excesso de dióxido de carbono lançado. As florestas seriam sorvedouros de CO₂ até o ponto em que elas próprias comesçassem a morrer pelas altas temperaturas.

A Conferência de Bali e suas conseqüências para a Humanidade - Rubens Ricupero e Israel Klabin * - O Globo – Ciência – 28/11/2007

A volta para Bali, onde a ONU promoverá — entre os dias 3 e 14 de dezembro — a 13ª Conferência sobre Mudanças Climáticas. As notícias sobre constantes agravamentos dos impactos do aquecimento global conferem a esse encontro de mais de 180 países uma importância crítica só atingida antes pela Rio 92, realizada no Rio de Janeiro. Há algumas questões fundamentais sobre a reunião de Bali. Será ela capaz de dar impulso às negociações de dispositivos mais avançados e efetivos dos que os do Protocolo de Kioto?

Terá condições para romper o atual impasse no combate aos problemas oriundos do uso abusivo na matriz energética de recursos fósseis e dos impactos da destruição de florestas e de biodiversidade? Frente ao novo cenário, o secretário executivo da Convenção sobre Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, declarou:

“A fim de evitar um vácuo entre o fim do primeiro período de obrigações do Protocolo de Kioto em 2012 e a entrada em vigor de um novo quadro institucional, as negociações que iniciaremos em Bali necessitarão estar concluídas em 2009 para permitir suficiente tempo para ratificação”. Será viável um cronograma apertado como esse? Tudo indica que o processo de entrada em vigor de um protocolo que substitua o de Kioto demandará mais do que os dois anos estimados por Boer. É pouco provável também que sejam levados a sério na reunião de Bali projetos que se afastem completamente das idéias que vêm sendo examinadas na etapa preparatória. No âmbito dos dois mecanismos dessa etapa, o Grupo de Trabalho relativo aos países do chamado Anexo I — os desenvolvidos, comprometidos com limites de emissões pré-estabelecidos — e o chamado Diálogo sobre ações de longo prazo, existe consenso sobre quatro pilares fundamentais. São eles: adaptação, mitigação, tecnologia e arquitetura financeira, esta última constituindo a condição para tornar possível uma ação sustentada.

Em relação à arquitetura financeira, duvidamos muito da eficácia de qualquer fórmula que não transforme de modo radical o atual modelo de desenvolvimento econômico. Esse modelo tem como princípio o consumismo, isto é, um consumo indiscriminado incompatível com a finitude dos recursos naturais existentes e a capacidade do planeta de absorver as emissões da matriz energética. As demandas crescem de todos os lados, sem que se tenha obtido evolução tecnológica capaz de identificar recursos energéticos alternativos: renováveis e não poluentes.

Nesse cenário, muitos fatores perversos influem no sentido de adiar as soluções necessárias. O primeiro tem a ver com o maior poluidor do planeta. É pouco provável que o atual governo dos Estados Unidos recue da posição contrária a tetos obrigatórios de emissão. O segundo é a improbabilidade de que a China, segundo maior emissor, encontre substitutos de energia limpa para modificar a sua matriz energética, cada vez mais dependente de carvão de má qualidade e de emissões inclusive de enxofre.

Além da timidez das metas obrigatórias, a deficiência básica de Kioto se deve, acima de tudo, à recusa de participação dos Estados Unidos. Essa recusa, por sua vez, tem a ver em parte com a inconformidade americana diante da isenção de metas obrigatórias para todos os países em desenvolvimento em bloco, sem distinções entre o tamanho de suas economias. Ora, algumas dessas economias são as que têm, hoje, o crescimento mais acelerado do planeta, estando na raiz do assustador aumento do ritmo de emissões: China, Índia, Brasil, Indonésia e México.

Em agosto de 2007, em Viena, o Grupo de Trabalho sobre os compromissos adicionais para os países desenvolvidos (Anexo I) chegou a um acordo para fixar, na faixa

entre 25% a 40% abaixo do nível de 1990, as reduções necessárias de emissões adicionais destes países. Esses níveis refletem a melhor informação científica oriunda do trabalho do IPCC e têm como horizonte reduzir, em 2050, as emissões totais a 50% do nível do ano 2000.

Isso permitiria limitar o aumento de temperatura entre 2 graus Celsius e 2,4 graus Celsius. É dentro desses parâmetros que se vai desdobrar a negociação pós-Bali.

Um dos elementos complicadores para a adoção das políticas públicas necessárias pelos governos tem sido a abordagem sensacionalista ou de inspiração pseudocientífica. De um lado, surgem sugestões complexas como a criação de um Fundo Internacional de Carbono, que funcionaria nos moldes do Fundo Monetário Internacional. Outros põem suas esperanças em espelhos refletores extraterrestres para desviar os raios solares ou imaginam coberturas plásticas de cores claras ou escuras para absorver ou refletir o calor do sol, a serem colocadas nos oceanos. Não faltam, finalmente, os que, por pura ingenuidade e/ou desonestidade, querem fazer crer que o aquecimento global é apenas um fenômeno transitório, sem responsabilidade da ação do homem.

É implausível que o regime internacional a vigorar depois de 2012 seja influenciado por um desses cenários fantasistas ou que nada tenha em comum com os atuais mecanismos do Protocolo.

Nesse sentido, é instrutivo, embora nada encorajador, ler sobre o que se passou em Bogor, na Indonésia, em recente reunião ministerial informal de 35 dos mais importantes países. O relato do encontro é dos mais deprimentes: burocratas e diplomatas “especialistas” no tema continuam a agir dentro da mesma rotina enfadonha dentro da qual vêm repetindo uma retórica cansativa e estéril.

O esforço para tentar compreender as tendências que emergem do palavreado vazio desses documentos possibilita identificar duas tendências: a) Maximalista: propõe, após 2012, um acordo diferente e mais amplo do que Kioto. Sua característica fundamental é tentar persuadir as maiores economias em desenvolvimento a aceitarem cortes quantificáveis e fiscalizáveis em suas emissões. Para isso, os países ricos teriam de dar o exemplo de disposição de aceitar reduções mais profundas. Os europeus, a comunidade ambientalista em geral e, possivelmente, o secretariado da convenção estariam deste lado.

b) Minimalista: reduz a negociação pós-Bali apenas à definição da segunda etapa de aplicação de Kioto entre 2013 e 2018/2020. O foco se concentraria somente nos novos compromissos dos países desenvolvidos (Anexo I) em emissões e em transferências tecnológicas e financeiras aos mais pobres.

Essa é a postura que permeia os pronunciamentos de China, Índia, Brasil e da maioria dos países em desenvolvimento.

A prevalecer o minimalismo, teríamos a repetição do que já não funcionou com Kioto. Seria o tradicional business as usual, ou seja, a rota direta para catástrofe. Trata-se de perspectiva não autêntica e irresponsável.

Diante das descrições que nos chegam sobre as reuniões preparatórias para Bali, fica-se com a impressão de que estamos vivendo em dois planetas. Um é o dos relatórios do IPCC, das revelações científicas mais recentes. Por exemplo, o aumento surpreendente da taxa de crescimento das emissões de dióxido de carbono (de 0,7% ao ano na década de 1990 para 2,9% desde 2000, quatro vezes mais) em boa parte devido à China. No mesmo sentido tem sido a aceleração do derretimento dos gelos polares e geleiras de montanhas, a elevação maior que se esperava dos níveis dos oceanos. Esse é o planeta real, a Terra onde vivemos.

O outro planeta é o dos diplomatas e burocratas apaixonados pelo próprio palavreado. Vivem imersos no seu picco lo mondo de reuniões intermináveis, papelório indigesto e repetitivo, de manobras táticas dilatórias e defensivas com apenas um objetivo: evitar qualquer compromisso e fazer recair sobre os demais toda a responsabilidade por qualquer ação ou custo. Se os governos não imprimirem uma forte dose de realismo ao mesquinho mundo desses negociadores profissionais, a catástrofe global será realidade inexorável.

Ao lado da gravíssima recusa dos Estados Unidos e da Austrália de assumirem compromissos obrigatórios de diminuição de suas emissões, as negociações terão de enfrentar a resistência injustificável da China, da Índia e do próprio Brasil, poluidores importantes e fora do Anexo I. É necessário definir-se com exatidão o que se entende pelo princípio de “responsabilidade comum e diferenciada” da convenção.

A própria ministra brasileira de meio ambiente, em falas sucessivas, tem declarado que: “Responsabilidade diferenciada não significa falta de responsabilidade”.

Não há dúvida de que a responsabilidade maior cabe aos industrializados, por terem sido os que mais acumularam emissões de gases de efeito estufa desde 1750. É certo que mais de 70% do estoque dos gases de efeito estufa foram lançados à atmosfera por esses países desenvolvidos integrantes do Anexo I.

Também é certo, contudo, que, desde 1990, mais de 73% do aumento da taxa de emissão destes gases provém de economias fora desse grupo. China e Índia, por exemplo, representarão, entre 2005 e 2030, 4/5 do aumento de consumo de carvão.

Dos quatro maiores culpados pelas emissões de dióxido de carbono — EUA, China, Rússia e Índia — o segundo e o quarto estão fora do Anexo I e a Índia deve ultrapassar a Rússia em 2015. Se acrescentarmos os países que gostosamente se dedicam a queimar florestas — Indonésia, Brasil, Malásia e mais a África do Sul — vê-se bem que o pobre planeta não terá salvação. Não se pode acreditar que potências nucleares como a China e a Índia não disponham de recursos financeiros e tecnológicos para cortar suas emissões.

Da mesma forma e apesar de todo o palavrorio do governo, é inegável que o Brasil não demonstrou vontade política suficiente para acabar de vez com a destruição da floresta amazônica.

Igual constatação vale para a conservação adequada do seu gigantesco ativo de biodiversidade.

Em 1939, falando sobre as ações da Rússia, Churchill declarou que aquele país era “um quebra-cabeça embrulhado em mistério dentro de um enigma”.

A frase de Churchill talvez seja a melhor descrição das constantes e enganadoras idas e vindas na política brasileira de preservação da Amazônia.

É contra esse cenário preocupante que nos atrevemos a propor os seguintes princípios para voltar a dar ao Brasil a posição pró-ativa que já teve tão preponderantemente em 1992, 1997, em tantas outras conferências anteriores, e infelizmente perdeu: 1º) A posição brasileira deveria ser “diferenciada” em relação tanto aos desenvolvidos, quanto aos países de matriz energética “suja” como a China e a Índia.

Nosso papel deveria ser de intermediário e facilitador, como foi nos dois grandes momentos de nossa ação no tema: a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e a definição do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em 1997.

2º) O Brasil tem de reconhecer sua responsabilidade nas queimadas na Amazônia e outros pontos do território, inclusive nas relacionadas à colheita de cana, comprometendo-se a pôr fim ao desmatamento por meio de metas quantificáveis.

3º) Para tanto, seria lógico incluir as florestas nativas num expandido Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, exigindose compensações pela contribuição à redução das emissões, pelos serviços ambientais prestados à comunidade internacional, inclusive em matéria de biodiversidade e pela renúncia a outros usos legítimos do solo.

4º) O Brasil se empenharia em tentar coordenar posições comuns com os países da América Latina, evitando o isolamento no qual se encontrou com freqüência em temas como os das florestas.

Nesse sentido, procuraria ativar o Tratado de Cooperação Amazônica. Em conjunto com os demais países amazônicos, coordenaria ações de desenvolvimento harmônico e sustentável, com base na conservação do patrimônio florestal e da biodiversidade.

5º) As políticas brasileiras nas negociações e foros internacionais deveriam ser objeto de consulta transparente com os setores interessados da sociedade civil, em processo genuíno de informação, diálogo e intercâmbio de opiniões.

Conforme escreveu Emmanuel Mounier, as armas nucleares marcaram pela primeira vez, na longa história do ser humano, o momento em que o suicídio, antes fenômeno estritamente individual, passava a adquirir dimensão coletiva.

Vivemos agora a segunda vez em duas gerações em que os governos terão de evitar o suicídio coletivo involuntário.

O padrão ético pelo qual os resultados da Conferência de Bali deveriam ser aferidos pela Humanidade só pode ser esse.

PNUD quer criação de imposto sobre emissões – Sérgio Leo – Valor Econômico – Especial - 28/11/2007

Às voltas com o risco de uma catástrofe climática que vai prejudicar principalmente os mais pobres e as gerações futuras, o mundo tem de encontrar soluções "de mercado" para reduzir os efeitos do aquecimento global, defendeu o administrador do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Kamal Dervis, ao comentar, para o Valor, o lançamento, ontem, em Brasília, do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. O relatório defende a criação de impostos sobre as emissões de gases causadores do efeito estufa, como o carbono.

"A criação de mecanismos de mercado, como o imposto, é melhor que a fixação de normas burocráticas, que dão margem à ineficiência e corrupção", disse Dervis. "Esse imposto não significaria aumento da carga tributária, porque sugerimos que seja compensado com a redução de outros tributos, sobre emprego e investimento." O relatório aponta problemas na administração dos atuais mecanismos de créditos de carbono, pelo qual empresas poluentes, com a compra de títulos especiais, financiam projetos de redução de emissão de gases. Esses mecanismos ainda são uma forma eficaz de reduzir o aquecimento em curto e médio prazo, mas exigem ajustes, sugere o PNUD.

O relatório aponta com veemência o que pode ser "o maior retrocesso em desenvolvimento humano" da história, provocado pela aceleração do aquecimento global. "A mudança do clima irá minar os esforços internacionais de combate à pobreza", diz o documento, que aponta riscos de estagnação e retrocesso no bem-estar mundial. As secas, inundações, doenças e queda de produtividade agrícola provocadas pelo aumento da temperatura da terra prejudicarão principalmente as 2,6 bilhões de pessoas que estão entre

os 40% mais pobres da população mundial, dizem os especialistas da ONU, mas, no futuro, todo o globo será afetado.

Mudança de clima
Retrocessos já sentidos na América Latina

- **Produção agrícola e segurança alimentar**
Desastres climáticos já afetam as chuvas, as temperaturas e a disponibilidade de água para a agricultura, em particular em áreas vulneráveis. Na América Latina, esperam-se perdas significativas na produtividade agrícola, com efeitos negativos diretos na redução da pobreza.
- **Escassez de água**
A região enfrenta sérias ameaças nos recursos de água, devido ao colapso dos depósitos de gelo (glaciares) tropicais, em especial na região Andina. Os glaciares derretem no Peru e na Bolívia a um ritmo acelerado e glaciares de grande altitude devem desaparecer nas próximas décadas, o que compromete o fornecimento de água a milhões de pessoas. No Peru, os glaciares são a fonte de 80% do consumo de água dos maiores centros urbanos do país.
- **Aumento dos níveis do mar e exposição a riscos climáticos.**
Alterações climáticas implicarão tempestades tropicais mais fortes, com ciclones que levam ao aumento dos níveis do mar. A América Central e Caribe são regiões particularmente vulneráveis. O aumento de 50 centímetros nos níveis do mar fará desaparecer mais de um terço das praias das Caraíbas, com implicações prejudiciais para a indústria hoteleira. A invasão da água salgada também ameaça para as fontes de água.
- **Declínio da saúde**
Nos últimos anos, a dengue alcançou proporções de epidemia em países da América Latina como o Brasil, Honduras, El Salvador e Venezuela e afetou milhões de pessoas na região. Com as alterações climáticas prevê-se expansão da doença, o que pode fazer aumentar a população mundial de risco de 1,5 milhão para 3,5 mil milhões em 2080.
- **Colapso dos ecossistemas**
O colapso dos corais provocado pelas alterações no mar poderá representar uma catástrofe para o desenvolvimento humano em diversos países. Os recifes de coral são enseadas de biodiversidade excepcional e fonte de sustento, alimentação e crescimento econômico para mais de 60 países. Proporcionam rendimento, exportações e, em regiões como o Caribe, ajudam o turismo, base econômica para muitos países na região.

Fonte: PNUD

A ONU sublinha a necessidade de urgência nas medidas, lembrando que a emissão dos gases provocadores do aquecimento no globo tem efeitos que permanecem por décadas. "A mudança perigosa do clima é a catástrofe evitável do século XXI e os seguintes", defende o relatório. Segundo mostra o relatório da ONU, os países ricos já começam a investir para minimizar os efeitos dessa mudança climática sobre suas populações, sem tomar providências contra as tragédias climáticas capazes de afetar os países pobres mais vulneráveis, no que o bispo sul-africano Desmond Tutu classifica como um "apartheid adaptativo".

Os especialistas calculam que um aumento de 2 graus Celsius na temperatura da Terra criará danos ecológicos irreversíveis e retrocesso no desenvolvimento humano e que, no ritmo atual, o mundo verá um aumento de 5 graus Celsius até 2050, o que exige medidas corretivas imediatas. Se mantida a tendência, grande parte da Amazônia se tornará savana seca, avisa o documento.

Divulgado a uma semana da conferência da ONU sobre mudança climática, a ser realizada em Bali, na Indonésia, e em pleno período de campanha presidencial nos Estados Unidos, o documento endossa a tese - defendida por países como Brasil e Índia - de que cabe aos países ricos a principal responsabilidade e os maiores custos para reduzir as ameaças do clima sobre o desenvolvimento. Como é limitada a capacidade da atmosfera e dos mares de absorver os gases que provocam o aquecimento, seria necessário ter os recursos naturais de nove planetas, caso todos os países emitissem gases-estufa nos mesmos

níveis dos Estados Unidos ou Canadá, aponta o relatório, que fixa a meta de cortar em 80% as emissões de gás-estufa nos países ricos, até 2050 (30% até 2020).

O relatório sugere contribuições dos países ricos a fundos de até US\$ 86 bilhões anuais para financiar medidas de mitigação dos efeitos do aquecimento global nos países pobres. Entre essas medidas estariam programas de transferência de tecnologia (baseados no exemplo bem-sucedido do Protocolo de Montreal, de 1987, que reduziu a agressão à camada de ozônio).

O documento acusa os mecanismos de créditos de carbono adotados pela União Européia de terem gerado sinais negativos de preços no setor, e proporcionado lucros bilionários a empresas químicas e de energia, sem efeitos sensíveis na redução das emissões de carbono na Europa. Se seguidas as recomendações da ONU, haveria mudanças sensíveis no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que hoje beneficia fortemente poucos países, como o Brasil e a Índia, com investimentos de crédito de carbono originários dos países ricos. Regulamentos mais rígidos sobre emissões da indústria e dos automóveis são outra medida fundamental, recomenda o PNUD.

O relatório pede medidas também dos maiores países em desenvolvimento, porém, e fixa a meta de redução das emissões nesses países, em 20% até 2050, o que, ontem, foi recebido sem críticas pelo governo brasileiro, mas já provocou acusações de injustiça por parte de autoridades indianas, que argumentaram, na imprensa internacional, ter maior dificuldade que os países ricos de atingir as metas requeridas pela ONU. (SL)

Em Bali, Brasil pressionará Opep por medidas contra o aquecimento - Denise Chrispim Marin, Cristina Amorim e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & – 29/11/2007

Na conferência da ONU, País defenderá metas mais rígidas de corte de emissões de CO2 para os países ricos

O Itamaraty reiterou ontem que o Brasil não aceitará metas de redução de emissões de gases do efeito estufa, posição cobrada por setores da sociedade e por membros da comunidade internacional. Também reforçou sua defesa da adoção de metas mais duras pelos países desenvolvidos. Essa é a posição inicial que será defendida pelo País na Conferência do Clima (COP-13), que ocorrerá em Bali entre os dias 3 e 14 de dezembro, de acordo com o embaixador Everton Vargas, subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério de Relações Exteriores.

Para manter a pressão política sobre os Estados Unidos e outros países desenvolvidos, o Itamaraty tentará dobrar a oposição dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e, com isso, tornar possível a construção de uma posição comum do G-77+China em torno da proposta do Brasil. O grupo tem cerca de 150 membros. “A Opep tem uma posição rígida contra metas de redução mais profundas nas emissões dos países industrializados. Teremos de fazer um esforço para alcançar o consenso”, disse Vargas ontem, em Brasília.

A composição do G-77, entretanto, indica que será difícil alcançar esse equilíbrio, uma vez que cada país impacta o planeta de uma forma diferente, assim como sentirá os impactos do aquecimento global de forma diferente.

Os países insulares, por exemplo, que correm o risco de sofrerem inundações por causa da elevação do nível médio dos oceanos, querem um corte profundo no novo regime internacional, que deve substituir o Protocolo de Kyoto, a partir de 2013. Os integrantes da Opep, como a Arábia Saudita, têm sua economia baseada no petróleo, um dos combustíveis fósseis responsáveis pela liberação do principal gás-estufa, o CO₂. Eles pedem uma compensação financeira pelas perdas que sofrerão com uma economia não mais baseada no óleo.

Já a China, que disputa com os Estados Unidos a posição de maior lançador global de gases-estufa na atmosfera, é alvo de pressões fortes para reduzir o crescimento de suas emissões. Há a possibilidade de os chineses construírem um acordo paralelo com os mais ricos, especialmente com os americanos.

No Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) defendeu um corte de 80% nas emissões dos países industrializados até 2050, com a redução de 30% até 2020. Também pede um corte de 20% das emissões pelos países em desenvolvimento até 2050. O Itamaraty, cautelosamente, não endossou esse nível de corte nem o descartou.

Segundo Vargas, seria “muito injusto e míope” comparar a responsabilidade desses países no aquecimento global com a dos Estados Unidos e da União Européia, cujas emissões de gases do efeito estufa remontam à Revolução Industrial. “O Brasil não é a favor de metas para os países em desenvolvimento. A idéia é que esses países adotem políticas públicas de redução das missões de gases do efeito estufa, em nível nacional, que possam ser quantificadas e verificadas”, disse Vargas. “Seria, portanto, um esforço adicional deles, tendo presente o fato de que a obrigação efetiva pela redução das emissões é dos países industrializados.”

REDUÇÕES - Na avaliação do embaixador, metas não são os únicos instrumentos para os países em desenvolvimento reduzirem suas emissões. Ele cita o controle do desmatamento da Amazônia, que nos últimos três anos teria evitado a emissão de 400 a 500 milhões de toneladas de carbono. O desmatamento é a principal fonte brasileira de emissão de CO₂. Vargas também afirmou que, desde os anos 70, o País deixou de emitir 650 milhões de toneladas de carbono com o uso do álcool combustível.

Assumir metas internacionalmente implica em prestar contas e ser cobrado, com regularidade, de suas ações de mitigação. Segundo o diretor de campanhas do Greenpeace, o fato de o Brasil ter demonstrado que é capaz de reduzir suas emissões indica que não existem empecilhos técnicos para que o País assuma metas. “Se o Brasil quiser ter uma posição importante na negociação, terá de colocar o pescoço para fora”, disse. “Ou o País assume uma posição mais ousada ou seguirá a articulação de outros.”

PL prevê recompensa financeira para quem preservar meio ambiente - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul – 29/11/2007

Agricultores familiares que preservem matas, capoeiras, rios, nascentes, lagos, várzeas de forma permanente poderão receber recursos do Estado. Esta proposta faz parte de um Projeto de Lei protocolado na quarta-feira (28/11) pelo deputado Ivar Pavan (PT). O coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/Sul) no RS, Ari Pertuzatti, e o assessor parlamentar para a agricultura, Inácio Benincá, acompanharam o parlamentar no registro do projeto.

O Projeto institui a Política Estadual de Serviços Ambientais prevendo recompensa aos agricultores familiares que fazem preservação ambiental em suas propriedades ou são impedidos de usufruir de áreas potencialmente produtivas, impedidos pela legislação ambiental.

"São feitos grandes investimentos para despoluir o meio ambiente em todo o mundo. Está na hora de pensar em dar incentivos para a preservação, evitando agir após causar o problema", destaca o deputado. "Ao auxiliar individualmente este agricultor, o Estado ajuda a preservar um bem coletivo, do qual toda sociedade se beneficia", observa Pavan, que espera ver este projeto aprovado. "A lógica vigente é punitiva. A lei pune os que danificam o ambiente. Este projeto premia quem preserva. São focos diferentes e acreditamos no sucesso desta Política", estima Pavan.

Em geral, as leis ambientais restringem o uso de algumas áreas para produção, sem propor contrapartida de apoio aos proprietários de pequenas glebas de terra que destinam parte da área para preservação. Pela legislação, é proibido derrubar árvores nativas, mata ciliar, cultivar próximo a nascentes e rios, entre outros impedimentos, reduzindo a área para produção. *Última Atualização (29 de novembro de 2007)

Brasil se manterá contra metas para CO2 – Angela Pinho – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2007

Embaixador defende que conferência sobre tratado para o clima em Bali isente países pobres de redução obrigatória

"É uma visão míope querer comparar responsabilidades da Índia e da China nas emissões com as dos EUA e da Europa", diz Vargas

O Itamaraty voltou a avisar ontem que o Brasil não aceitará metas internacionais de redução de emissões de gases causadores do aquecimento global para países em desenvolvimento. O recado foi transmitido pelo subsecretário de assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores, Everton Vieira Vargas, às vésperas da 13ª Conferência das Partes sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Clima e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto, que começam dia 3 em Bali (Indonésia).

As reuniões começam a definir metas a serem cumpridas após 2012, quando expira o prazo dado pelo Protocolo de Kyoto para que 36 países desenvolvidos reduzam suas emissões de gases-estufa em 5% em relação aos índices de 1990.

Encarregado pelo Itamaraty de falar sobre a posição que o Brasil levará aos encontros, o diplomata rejeitou a proposta do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de fixar em 20% a redução de emissões dos gases-estufa até 2050 pelos países em desenvolvimento -a meta a ser alcançada pelos países desenvolvidos seria de 80%.

Responsabilidade variada - "Não somos a favor de metas para os países em desenvolvimento", afirmou Vargas. "Nossa idéia é que esses países adotem políticas públicas de redução das emissões de gases do efeito estufa em âmbito nacional que possam ser quantificadas e verificadas." O embaixador justificou a posição brasileira pelo princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" que os países ricos devem ter em relação aos desenvolvidos. Ele citou as "responsabilidades históricas" dos ricos pelo aquecimento global e o "perfil distinto das emissões" de gases-estufa entre os dois grupos de países -para ele, levar energia elétrica produzida por carvão a vilarejos na China é algo "muito distinto" das emissões geradas por "SUV" nos países desenvolvidos, que poderiam rodar a etanol. Os SUV (veículo utilitário esportivo, na sigla em inglês), ou picapes, são apontados como recordistas em emissões de gás carbônico. "É uma visão injusta e míope querer comparar responsabilidades da Índia e da China nas emissões com as dos EUA e da Europa", disse. Ele afirmou que, embora seja um dos maiores poluidores do mundo, a China não aumentou suas emissões considerando o número de habitantes.

O Itamaraty argumenta que o Brasil e outros países em desenvolvimento já vêm adotando políticas para minimizar os efeitos do aquecimento global. "A meta não é o único instrumento", afirmou o embaixador, para depois citar que, com a redução do desmatamento, o Brasil diminuiu as emissões em 400 mil toneladas de dióxido de carbono desde 2004.

Segundo ele, o Brasil vai levar a Bali duas propostas: o estabelecimento, na conferência que acontecerá em 2009 em Copenhague (Dinamarca), de um segundo prazo de emissões para os países industrializados após 2012, e a criação de um órgão para negociar o apoio, em financiamento e transferência de tecnologia para a produção de energia limpa, a países em desenvolvimento que adotarem políticas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.

Ele admitiu que vai ser difícil chegar a um consenso sobre as propostas dentro do próprio G-77, grupo dos países em desenvolvimento mais a China. De um lado, lembra ele, há os membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que resistem a medidas de estímulo à redução das emissões. Do outro, os países insulares ou com áreas abaixo do nível do mar, que correm o risco de submergir com o aumento da temperatura no planeta e a conseqüente elevação do nível do mar e, por isso, defendem medidas drásticas.

Ninguém vai barrar o debate, diz Pachauri – Folha de São Paulo – Ciência – 29/11/2007

DA ASSOCIATED PRESS - Na opinião do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), a conferência que se inicia em Bali (Indonésia) na segunda-feira não deve conseguir definir tantos pontos quanto poderia.

Segundo Rajendra Pachauri, presidente do IPCC, já será uma vitória se os países conseguirem elaborar um "mapa" que os guie para estabelecer novas metas para reduzir as emissões de gases-estufa depois que o Protocolo de Kyoto expirar, em 2012. É provável que o novo acordo só comece a nascer de fato em 2008, mas a expectativa é que nenhum país "obstrua" as negociações agora, afirma o cientista indiano.

"Há um nível sem precedentes de consciência sobre as mudanças climáticas entre pessoas e líderes do mundo", diz. "O que terá importância crítica é que todos os países se dêem conta de que estamos juntos nessa."

Austrália isola Bush – O Globo – Ciência – 29/11/2007

Novo governo assegura que ratificará Kioto em dias e deixa EUA sozinhos em Bali
SYDNEY

O novo governo trabalhista da Austrália disse que vai assinar em poucos dias o Acordo de Kioto para a redução das emissões de gases-estufa, isolando os Estados Unidos no grupo dos grandes poluidores que se recusam a ratificar o tratado. É pouco provável que o novo governo, eleito no sábado, consiga assinar o acordo antes do início da reunião da ONU sobre o clima, que começa na próxima segunda-feira, em Bali, na Indonésia. Mas os representantes do país participarão da cúpula como integrantes do pacto, segundo afirmaram ontem especialistas em meio ambiente. O primeiro-ministro eleito Kevin Rudd espera que o Parlamento ratifique o acordo "o mais breve possível" e estuda a possibilidade de levar alguns documentos climáticos ao secretário-geral da ONU, Ban Kimoon, a serem entregues em Bali.

O principal objetivo das duas semanas de discussão em Bali é estabelecer parâmetros para começar a debater as bases de um acordo para substituir Kioto, que expira em 2012. A adesão da Austrália é de extrema importância, não só simbólica, mas também efetiva, uma vez que o país se encontra entre os maiores emissores do mundo. — Há diversas maneiras de conduzir o processo de ratificação e eu estou buscando aconselhamento sobre o tema agora — afirmou Rudd.

O primeiro-ministro conservador John Howard, que está deixando o cargo depois de 11 anos, sempre foi radicalmente contra o Acordo de Kioto que, segundo ele, importaria um custo injusto para a economia australiana — baseada na exportação de energia. Por essa posição, o país era o mais forte aliado dos EUA.

Corte de emissão pode chegar a 40%

Já em seu primeiro dia de trabalho, na última segunda-feira, Rudd discutiu a adesão ao acordo climático com o ex-vice presidente dos EUA Al Gore, vencedor do Nobel da Paz deste ano, junto com os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, por sua luta contra o aquecimento global. — Falamos muito sobre mudanças climáticas e sobre medidas importantes que precisam ser tomadas globalmente

— Contou Rudd, sobre o telefonema. — Vamos retomar essa conversa em Bali, com um chá ou algo mais forte.

Segundo Don Henry, da Australian Conservation Foundation, Rudd pode, inclusive, ser bem ousado e negociar um acordo para reduzir suas emissões em 40% até 2020.

Agora, os Estados Unidos são o único país desenvolvido que se recusa a assinar o pacto. Como Howard, o presidente George W. Bush diz que o compromisso com metas de redução prejudicaria muito a economia do país e causaria desemprego.

A promessa de assinar Kioto, junto com a garantia de deixar o Iraque, foi uma das principais razões para a vitória trabalhista. A Austrália enfrenta uma das maiores secas da sua história — com impacto na produção agrícola e na oferta de água — que pode estar ligada às mudanças climáticas.

Assinatura de contratos marca início do Pronat em SE – Sítio Eletrônico do MDA – 29/11/2007

Em solenidade realizada nessa quarta-feira (28), no auditório do Palácio dos Despachos, sede do governo sergipano, em Aracaju, foram assinados os contratos do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (Pronat) para o estado. Com as assinaturas, o programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) começará a ser implantado em todos os territórios sergipanos, priorizando ações de extensão rural, assistência técnica e educação no campo.

Desenvolvido em parceria com o governo do estado, o Pronat deverá injetar inicialmente em Sergipe mais de R\$ 1 milhão, que será aplicado na aquisição de veículos, computadores e equipamentos para a estruturação das ações do programa no meio rural. Outra parcela importante do recurso será investida em ações educacionais e na aquisição livros, para a formação de bibliotecas em projetos de assentamento criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado.

Além do superintendente da Caixa Econômica Federal (CEF), Gilberto Occhi, do presidente da Empresa do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (Pronese), José Macedo Sobral, e da secretária de Estado do Planejamento, Lúcia Falcón, também participaram da solenidade de assinatura dos contratos do Pronat em Sergipe, representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetase), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o superintendente regional do Incra, Carlos Antonio Fontenele, e o governador do estado, Marcelo Déda.

'Kyoto não será suficiente', diz Nobel - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 30/11/2007

Ganhar um Nobel da Paz tem suas vantagens. Para Mohan Munasinghe, vice-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que ganhou o prêmio neste ano - junto do ex-vice-presidente americano Al Gore - a homenagem trouxe pelo menos três benefícios. 'Conseguimos reconhecimento, credibilidade e poder de influência. Com o Nobel ficou mais fácil convencer as lideranças políticas e a população de que a ação humana no aquecimento global é um fato', diz.

Natural do Sri-Lanka, Munasinghe é autor de 85 livros sobre temas como energia e desenvolvimento sustentável. Hoje ele dará uma palestra sobre mudanças climáticas na EcoPower, conferência internacional sobre energias renováveis sediada em Florianópolis.

Com voz calma e tom professoral, Munasinghe se mostra cético em relação às chances de a humanidade refrear uma catástrofe climática e econômica. 'Como cientista, é difícil falar sobre quando chegaremos a um ponto sem retorno no que tange ao aquecimento global. Mas se os níveis de CO₂ na atmosfera ultrapassarem o limite de 450 partes por milhão (ppm), teremos problemas', afirmou.

Atualmente, o nível de gases de efeito estufa na atmosfera está em torno de 385 ppm - o nível adequado para manter a temperatura terrestre na casa dos 14°C seria 275 ppm. 'Nos últimos 30 anos, as emissões de gases do efeito estufa aumentaram em 70%. Nossos níveis de CO₂ estão muito próximos do limite', pondera.

O ceticismo do professor se revela também quando ele é perguntado se o Protocolo de Kyoto, o acordo global sobre mudanças climáticas, fracassou. 'Apesar de Kyoto, as emissões de gases de efeito estufa aumentaram nos últimos dez anos. E nos próximos 30 anos, elas devem crescer de 50% a 100%', disse. 'Kyoto é um pequeno passo, insuficiente para refrear o aquecimento global. As próximas negociações sobre clima terão que ser mais ambiciosas para evitarmos catástrofes', diz.

Um dos meios para se atingir o almejado desenvolvimento sustentável seria diminuir a dependência dos combustíveis fósseis. 'Aumentar o consumo de energias renováveis para 5% ou 10% da matriz mundial seria o ideal', diz. Mas reconhece que é muito difícil livrar a humanidade do vício do petróleo e do carvão. 'Não podemos impedir os países de usar carvão, já que é um recurso altamente disponível, com reservas para os próximos 200 anos. Mas podemos explorar isso de uma forma tecnologicamente mais limpa.'

O ITAMARATY saiu do mutismo de sempre sobre a mudança climática global. Por meio de seu subsecretário de assuntos políticos, Everton Vieira Vargas, revelou a proposta brasileira para a conferência de Bali (Indonésia), que se inicia na segunda-feira: nenhuma. O país não aceita metas de redução de emissões de gases causadores do aquecimento global para países em desenvolvimento. Ponto.

Essa era a posição defendida pelo país e pelo G-77 (grupo de países em desenvolvimento) antes mesmo da Convenção sobre Mudança do Clima, adotada na Eco-92. Serviu para fincar nesse tratado o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas. Dito de outra maneira: os países que mais contribuíram para agravar o efeito estufa devem também responder por reduções capazes de combatê-lo.

A premissa redundou na adoção de metas obrigatórias, no quadro do Protocolo de Kyoto (1997), só por países desenvolvidos. Na média, eles deveriam cortar 5,2% suas emissões no período 2008-2012. Os EUA, que geram mais de um quinto das emissões mundiais, nunca ratificaram o protocolo e hoje emitem 16% a mais de gases de efeito estufa que em 1990.

Em vários sentidos, Kyoto foi um fracasso. Em Bali começa a discussão de algo para substituí-lo a partir de 2013. O problema é que, em uma década, reforçaram-se de modo acentuado as previsões científicas acerca do impacto do aquecimento global. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, criado pela ONU, para evitar o pior cumpriria cortar pelo menos 50% das emissões até 2050.

A partir dessa projeção, impõe-se uma constatação inapelável: é impossível alcançar tal objetivo sem que China, Índia e Brasil também cortem emissões. O Itamaraty, em lugar de reciclar a ladainha das responsabilidades comuns porém diferenciadas, deveria liderar o G-77 na sua reinterpretação compromissada.

Advogar programas nacionais voluntários sem metas e sem verificação equivale a pedir uma carta-branca para omitir-se. É uma posição inaceitável.

Encontro em Bali não conseguirá ainda delinear acordo, diz assessor da ONU

Ex-presidente do Chile propõe fundo internacional para financiar as energias renováveis e discute criação de imposto sobre emissões

Nenhuma grande conclusão prática deve sair da conferência sobre clima de Bali (Indonésia), que começa na próxima segunda-feira, se as previsões de Ricardo Lagos, assessor especial de clima da ONU (Organização das Nações Unidas) estiverem corretas. "Não temos que ter altas expectativas na substância [da reunião]. A conferência de Bali vai ser fundamentalmente de procedimentos", disse o também ex-presidente do Chile à Folha, em Florianópolis, em um simpósio sobre energia.

Sobre a próxima década, além de dizer que o tempo está curto e que o ponto de não-retorno [em relação ao impacto das mudanças climáticas] está cada vez mais próximo, Lagos acha que será inevitável a discussão sobre metas. "Suponho que todos os governos têm metas internas, mas a partir de 2020 também teremos que examinar quais deles deverão ter compromissos [externos]", comentou Lagos, questionado sobre o Brasil. Para ele, Índia e China também preocupam.

O ex-presidente chileno concorda com a chamada responsabilidade diferenciada entre países ricos e pobres e que países que preservarem suas florestas possam pleitear vantagens. O que é condenável, diz ele, é um país aumentar o seu PIB (Produto Interno Bruto) com seu consumo energético subindo de forma desenfreada.

Isso seria prova de que há uma falta de preocupação com a eficiência da energia usada no crescimento e, portanto, contribuindo muito para o aquecimento global. "Os países que chegaram depois [ao mundo do crescimento] podem se beneficiar de tecnologia mais limpas", diz Lagos, que defende metas de corte de emissões para países em desenvolvimento.

Os EUA são responsáveis hoje por 28% do carbono jogado na atmosfera desde 1840, enquanto a China -apesar de ser o maior emissor agora-, por enquanto, responde por apenas 7% das emissões históricas.

Dentro da ótica de Lagos -de que Bali será só para discutir métodos- Lagos afirmou estar até otimista. "Há seis meses não se pensava que em Bali as negociações iriam ocorrer dentro das Nações Unidas, agora podemos dizer que sim". Lagos faz referência aos EUA, que estão dispostos a aceitar o palco de negociações da ONU, e a Austrália, que acaba de eleger um primeiro-ministro favorável ao Protocolo de Kyoto.

"Temos de ter algum avanço nesses próximos dois anos, não temos muito tempo. O ponto de retorno [para se conseguir segurar os impactos do aquecimento global] é de duas

décadas no máximo", disse Lagos. Para ele, chegou o momento de questões mais complexas serem colocadas sobre a mesa.

"Hoje, por exemplo, exportamos frutas para Paris", diz. "Mas na última vez que estive com o presidente Sarkozy, ele me disse: quanto será que essas frutas emitiram de carbono para chegar até aqui?". Moral da história: segundo Lagos, vai ser possível criar taxas sobre o carbono presente nos produtos sem que a exportação deles se torne algo inviável. "É uma questão complexa", comenta.

Lagos também propõe a criação de um fundo internacional para financiar tecnologias de energia renovável, bancado por dinheiro do petróleo. Segundo o ex-presidente do Chile, um mecanismo coletivo como esse poderia tornar mais seguro o investimento em pesquisa no setor. O fluxo do dinheiro do fundo, diz, estaria atrelado à cotação do petróleo, pois quando o preço do barril está muito alto a aposta em energia renovável pode não compensar para o investidor. O fundo retornaria parte das reservas para quem investiu, no caso de o preço do barril subir muito, diz. *O jornalista viajou a convite da Eco Power Conference

Revista reforça alerta sobre desmatamento da Amazônia – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - Às vésperas do início da conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a revista científica "Science" (www.scienceexpress.org) publica hoje uma espécie de alerta para a necessidade de conter a devastação da Amazônia.

A convite da revista, uma equipe de pesquisadores do Reino Unido, dos Estados Unidos e do Brasil fez uma revisão de diversos estudos anteriores que avaliam o impacto do desmatamento e do aquecimento global na região.

O texto reforça uma mensagem já conhecida, porém ainda não transformada em políticas públicas de conservação da mata: se o ritmo de alteração da floresta se mantiver pelos próximos anos, os ecossistemas da região sofrerão danos permanentes. Haverá perda de biodiversidade e o regime de chuvas vai sofrer uma pane, bagunçando o clima não só da região como de todo o continente.

"Sem contar que, sem a mata, o país perderá seu importante serviço ambiental de armazenamento de carbono", lembra o climatologista Carlos Afonso Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), co-autor do artigo.

Em colaboração com Yadvinder Malhi, do Instituto de Mudança Ambiental da Universidade de Oxford, Nobre e mais quatro cientistas também propuseram saídas para a floresta. O texto lembra que é quase inevitável que ainda ocorra uma conversão futura de parte da mata em áreas para plantio e pasto, mas defende que ela seja a menor possível.

Apesar de não ter sido apontado no artigo como uma meta recomendável para a região, o "desmatamento zero", proposto em outubro por entidades ambientais, foi lembrado por Nobre. "Não será algo que se possa querer alcançar no ano que vem, mas acho que deveria ser, sim, um plano para as próximas décadas", disse.

Ao longo da ocupação da região, cerca de 700 mil km² já foram devastados. "Se pegássemos 50% dessa área e investíssemos em alta tecnologia para aumentar a produtividade e a rentabilidade, não seria preciso desmatar mais nada."

Ciência cresce mais no Norte, afirma CNPq – Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007

A Amazônia foi o lugar do país onde a ciência mais cresceu nos últimos anos. Dados do Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa, divulgado ontem pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), mostram que o número de grupos de pesquisa na região Norte do país cresceu 21% entre 2004 e 2006. Nas regiões Sul e Sudeste o crescimento foi de apenas 5%.

Mesmo assim, a participação de Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total da pesquisa nacional é pequena: subiu de 24% para 26%.

O censo (dgp.cnpq.br/censos/index.htm) mostra ainda que a medicina é a área que concentra o maior número de linhas de pesquisa (4.928). A agronomia vem em segundo, com 4.363 linhas. **(DA REDAÇÃO)**

Ciência cresce mais no Norte, afirma CNPq - Folha de São Paulo – Ciência – 30/11/2007

A Amazônia foi o lugar do país onde a ciência mais cresceu nos últimos anos. Dados do Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa, divulgado ontem pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), mostram que o número de grupos de pesquisa na região Norte do país cresceu 21% entre 2004 e 2006. Nas regiões Sul e Sudeste o crescimento foi de apenas 5%.

Mesmo assim, a participação de Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total da pesquisa nacional é pequena: subiu de 24% para 26%.

O censo (dgp.cnpq.br/censos/index.htm) mostra ainda que a medicina é a área que concentra o maior número de linhas de pesquisa (4.928). A agronomia vem em segundo, com 4.363 linhas. **(DA REDAÇÃO)**

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

